



PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO
TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA
PRESENCIAL

Cachoeira

2023

Reitor

Georgina Gonçalves dos Santos

Vice-reitor

Fábio Josué Souza dos Santos

Pró-reitora de Graduação

Carolina Fialho Silva

Diretora do Centro de Artes, Humanidades e Letras

Dyane Brito Reis Santos

Vice-diretor do Centro de Artes, Humanidades e Letras

Sérgio Armando Diniz Guerra Filho

Coordenadora do Curso

Doraliza Auxiliadora Abranches Monteiro

Núcleo Docente Estruturante

Portaria UFRB N°506, de 02 de junho de 2022

Daniela Abreu Matos, SIAPE 1567617

Doraliza Auxiliadora Abranches Monteiro, SIAPE 2308212

Ivana Tavares Muricy, SIAPE 1838559

Lucas Santos Cerqueira, SIAPE 1940864

Lys Maria Vinhaes Dantas, SIAPE 1844377

Nelson Eugenio Pinheiro Montenegro, SIAPE 1581481

Sielia Barreto Brito, SIAPE 1844164

Pedro Augusto Pessoa Lepikson, SIAPE 1465273

SUMÁRIO

1.	DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	6
2.	DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	6
3.	BASE LEGAL	8
4.	HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	11
5.	JUSTIFICATIVA	14
6.	OBJETIVOS.....	16
7.	PERFIL DO EGRESSO	18
8.	PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS, EPISTEMOLÓGICOS E PEDAGÓGICOS	20
9.	POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE ENSINO, EXTENSÃO E PESQUISA.....	23
10.	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	26
10.1	ESTRUTURA CURRICULAR	30
10.1.1.	COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS.....	30
10.1.2.	COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS	31
10.2.	ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE CURSO	37
10.3.	ATIVIDADES DE EXTENSÃO	39
10.4.	ESTÁGIO NÃO- OBRIGATÓRIO	41
10.5.	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	44
10.6.	METODOLOGIA	48
11.	AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	51
12.	ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO AO DISCENTE	52
13.	AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO.....	54
14.	RECURSOS HUMANOS	56
15.	INFRAESTRUTURA	57
	APÊNDICE I - CARACTERIZAÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES.....	59
	APÊNDICE II – PLANO DE MIGRAÇÃO CURRICULAR.....	181

APRESENTAÇÃO

O presente documento tem por objetivo apresentar os elementos técnicos, administrativos, acadêmicos e pedagógicos que norteiam a reformulação do Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Tais elementos relacionam-se com a trajetória da UFRB, com a aplicação de seu Plano de Desenvolvimento Institucional e com o funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública nos últimos 12 anos.

O Projeto Pedagógico, ora apresentado, busca responder às demandas identificadas ao longo da existência do curso a partir da escuta qualificada de seus discentes e egressos, pelo diálogo intenso com as comunidades de entorno, pela avaliação crítica dos/as docentes que compõe as instâncias de Colegiado e NDE do Curso e pelo desenho institucional da UFRB, indicado no PDI 2019-2013. Desse modo, destacam-se alguns princípios norteadores fundamentais a esse processo de revisão curricular: a) Qualificação profissional com base na ética e na competência para o enfrentamento dos desafios colocados à função pública na contemporaneidade; b) Compromisso com as demandas dos setores públicos da sociedade brasileira e, em especial, aqueles do Recôncavo baiano; c) Compromisso de integração da dimensão prática no processo formativo, com ênfase na análise e na proposição de tecnologias para a gestão pública; d) Formação crítica e plural voltada para os processos de formulação, implementação e avaliação de tecnologias e políticas públicas; e) Formação científica como eixo transdisciplinar, com ênfase para atitude investigativa e f) Interação com as comunidades do entorno.

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública (CSTGP) integra a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB - criada pela Lei 11.151 de 29 de julho de 2005, por desmembramento da Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia, com sede e foro na Cidade de Cruz das Almas e unidades instaladas em outros seis municípios do Estado da Bahia (Cachoeira, São Félix, Santo Antônio de Jesus, Amargosa, Santo Amaro e Feira de Santana) é uma autarquia com autonomia administrativa, patrimonial, financeira e didático-pedagógica. A criação da UFRB ocorreu a partir de um longo processo de diálogo e mobilização das comunidades de algumas cidades do Recôncavo da Bahia e da própria comunidade acadêmica ligada à Escola de Agronomia da UFBA. Este movimento obteve apoio no Plano de

Expansão do Ensino Superior do Ministério da Educação e de várias bancadas do Congresso Nacional.

A Instituição atualmente oferece sessenta e quatro cursos de graduação (33 bacharelados, 23 licenciaturas e 8 tecnológicos) e 21 cursos de pós-graduação *stricto sensu* (19 mestrados e 2 doutorados) em uma estrutura multicampi. Sua missão primordial é exercer de forma integrada e com qualidade as atividades de ensino, pesquisa e extensão, buscando promover o desenvolvimento das ciências, humanidades, letras e artes e a formação de cidadãos com visão técnica, científica e humanística, propiciando valorizar as referências das culturas locais e dos aspectos específicos e essenciais do ambiente físico e antrópico.

O CSTGP compõe o conjunto de cursos oferecidos pelo Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL), unidade de ensino localizada no Campus Cachoeira e São Félix que, atualmente, oferta 11 Cursos de Graduação – entre Bacharelados, Licenciaturas e Curso Tecnológico e cinco Cursos de Pós-graduação *stricto sensu*, formando assim, uma vibrante comunidade acadêmica dedicada a produção de conhecimento socialmente referenciado nas áreas das Humanidades, Ciências Sociais Aplicadas e Artes. Reunida, essa comunidade soma aproximadamente 1,8 mil alunos, 123 professores efetivos, 37 servidores técnico-administrativos e 40 servidores terceirizados.

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Nome: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Lei de criação: Lei 11.151, de 29/07/2005

Atos regulatórios vigentes:

- Recredenciamento - Portaria 651 de 12/07/2018
- Credenciamento EAD - Portaria 865 de 12/09/2013

2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Nome: Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública

Código e-MEC: 1105377

Grau Acadêmico: Graduação Tecnológica

Modalidade: Educação Presencial

Área de Conhecimento (CAPES): 60202009

Título acadêmico conferido: Tecnólogo em Gestão Pública

Habilitação: Tecnólogo

Ênfase: Gestão Pública

Duração: 6 semestres

Prazo máximo de integralização: 09 semestres

Vagas ofertadas: 50

Turno de funcionamento: Noturno

Formato do curso: Linear

Forma de ingresso: SISU, Editais para portador de diploma / transferências interna e externa / Reingresso / Rematrícula

Regime letivo: Semestral

Ato de criação do curso: Resolução CONAC N° 035 de **2009**

Portaria de autorização de funcionamento do curso: Portaria N° Art. 35 Decreto 5.773/06 de **2006**

Portaria de reconhecimento do curso: Portaria N° 211 de 07/07/**2020**

Data de início de funcionamento: **01/03/2010**

Endereço de funcionamento: Rua Maestro Irineu Sacramento, 11, Quarteirão Leite Alves, Centro, Cachoeira-BA, CEP 44300-000.

Endereço eletrônico: cogep@cahl.ufrb.edu.br

Sítio eletrônico: www.ufrb.edu.br/gestaopublica

Distribuição de carga horária por atividades formativas:

Componentes Curriculares Obrigatórios:	1.411h
Componentes Curriculares Optativos:	306 h
Estágio Curricular Obrigatório:	00
Atividades Complementares de Curso:	85 h
Carga horária total do curso:	1.802 h
Percentual da carga horária destinada à Extensão:	187 h (10,4%)
Percentual da carga horária ofertada em EaD:	00

3. BASE LEGAL

- Lei Nº 9394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da educação nacional.
- Titulação do corpo(a) docente (art. 66 da LDB nº 9394/96)
- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei nº 9394/96, com a redação dada pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP Nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP 3/2004.
- Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP nº 8/2012, que originou a Resolução CNE/CP nº 1/2012.
- Resolução Nº 1, de 13 de janeiro de 2014, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, e dá outras providências.
- Resolução CNE/CP 3, de 18 de Dezembro de 2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia.
- Portaria Normativa nº 40/2007, alterada pela Portaria Normativa MEC nº 23/2010, que trata de dispositivos legais acerca de informações acadêmicas.
- Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
- Regulamento de Graduação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – Resolução CONAC 004/2018
- Núcleo(a) docente estruturante (NDE), Resolução CONAES nº 1/2010.

Para os Cursos Superiores de Tecnologia

- Portaria MEC Nº413 de 11 de maio de 2016, que dispõe sobre a adequação da denominação dos cursos superiores de tecnologia ao Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia.
- Portarias nº 10/2006, nº 1024/2006 e Resolução CNE/CP nº 3/2002, que dispõe sobre a carga horária mínima em horas para Cursos Superiores de Tecnologia.
- Portarias Periódicas do INEP que dispõem sobre os componentes de Formação Geral e Formação Específica que integram o Exame Nacional de Desempenho

dos Estudantes como parte integrante do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Últimas atualizações: Portaria MEC/INEP nº 501/2018 e Portaria MEC/INEP nº 458/2018.

Educação Ambiental

- Lei 9.795/04/1999, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
- Decreto nº 4281/2002, que regulamenta a Lei 9.795/04/1999.
- Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012 - Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Educação Especial

- Decreto nº 7611/2011, que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.
- Condições de Acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida conforme disposto na CF/88, art.205, 206 e 208, na NBR/ABNT nº 9050/2004, na Lei nº 10.098/2000 e nos Decretos nº 5296/2004, nº 6949/2009, nº 7611/2011 e na Portaria nº 3284/2003. Lei n. 13.146 de 06 de Julho de 2015 institui a Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto pessoa com deficiência)
- Libras Decreto nº 5626/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002 e o Art. 18 da Lei 10.098/2000- inclusão de Libras como componente curricular. Resolução CONAC/UFRB N°14/2009, que dispõe sobre a inserção da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como componente curricular obrigatório para os cursos de Licenciatura e optativo nos cursos de Bacharelados e Superiores de Tecnologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Resolução CONAC/UFRB N°40/2013, que dispõe sobre a aprovação das normas de atendimento aos estudantes com deficiência matriculados nos cursos de graduação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
- Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei nº 12.764/2012.

Diretrizes para elaboração dos PPC'S na UFRB

- Resolução UFRB/CONAC N° 016/2021, que dispõe sobre as Diretrizes para elaboração dos PPC na UFRB.

- Resolução UFRB/CONAC N° 01/2009, que altera a Resolução UFRB/CONAC nº 003/2007 que dispõe sobre as diretrizes para elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Diretrizes específicas

- Atividades Complementares de Curso
 - Resolução CONAC N° 003/2019 que dispõe sobre o regulamento de Atividades Complementares dos cursos de Graduação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
 - Resolução CONAC 024/2012, que dispõe sobre as Atividades Curriculares Complementares do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.
- Trabalho de Conclusão de Curso
 - Resolução UFRB/CONAC N° 004/2019, que dispõe sobre o regulamento do trabalho de conclusão de curso da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
 - Resolução UFRB/CONAC N° 18/2017 que aprova o Regulamento de TCC do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.
- Estágio
 - Lei 11.788/08 – Lei de Estágio.
 - Resolução UFRB/CONAC N° 005/2019, que dispõe sobre aprovação do regulamento de estágios obrigatórios e não obrigatórios da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
- Extensão
 - Resolução CONAC/UFRB N°025/2021, que dispõe sobre a regulamentação da política de curricularização da extensão nos cursos de graduação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e dá outras providências.

4. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia –UFRB foi criada pela Lei 11.151 de 29 de julho de 2005, por desmembramento da Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia, com sede e foro na Cidade de Cruz das Almas e unidades instaladas em outros Municípios do Estado da Bahia, é uma autarquia com autonomia administrativa, patrimonial, financeira e didático-pedagógica.

A criação da UFRB ocorreu a partir de um longo processo de diálogo e mobilização das comunidades de algumas cidades do Recôncavo da Bahia e da própria comunidade acadêmica ligada à Escola de Agronomia da UFBA. Este movimento obteve apoio no Plano de Expansão do Ensino Superior do Ministério da Educação e de várias bancadas do Congresso Nacional.

A Instituição atualmente oferece sessenta e quatro cursos de graduação (33 bacharelados, 23 licenciaturas e 8 tecnológicos) e 21 cursos de pós-graduação *stricto sensu* (19 mestrados e 2 doutorados) em uma estrutura multicampi. Sua missão primordial é exercer de forma integrada e com qualidade as atividades de ensino, pesquisa e extensão, buscando promover o desenvolvimento das ciências, humanidades, letras e artes e a formação de cidadãos com visão técnica, científica e humanística, propiciando valorizar as referências das culturas locais e dos aspectos específicos e essenciais do ambiente físico e antrópico.

A estrutura multicampi

A UFRB foi concebida em uma estrutura multicampi, inicialmente, a partir das cidades de Cruz das Almas, Amargosa, Cachoeira e Santo Antônio de Jesus. Esta estrutura tem uma relação direta com a região do Recôncavo que se constitui em um território cuja construção histórica, social, econômica e cultural data do início da colonização brasileira, tendo uma delimitação regional bem definida e marcos histórico-culturais que constituem uma região com expressivas marcas identitárias na relação com a Bahia e mesmo o Brasil.

Tais aspectos permitiram a estruturação de uma universidade multicampi, baseada em especificidades locais, com centros de estudos nas diversas áreas do conhecimento, que exploram as culturas locais, os aspectos específicos da sua organização social e do meio ambiente.

A UFRB tem atribuições de articulação entre saber científico e a complexa realidade do Recôncavo. Neste aspecto, sem perder a noção de universalidade, o Recôncavo está sendo concebido como “região de aprendizagem”, buscando-se ações sinérgicas entre a universidade e o referido território, de modo a contribuir para a constituição de competências regionais. Isto acontecerá via uma desafiadora e contínua dinamização das atividades de ensino, pesquisa e extensão, pretendendo-se que o processo de aprendizagem se espraie e seja praticado em todos os setores da sociedade regional. Deste modo, a Universidade tem buscado elementos que a introduzam, regionalmente, como uma relevante fonte de saber que liga o Recôncavo aos processos socioeconômicos e culturais em curso em todo o mundo.

A UFRB possui atualmente sete centros acadêmicos: Centro de Artes, Humanidades e Letras (Campus Cachoeira e São Félix), Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas, Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (Campus Cruz das Almas), Centro de Ciências da Saúde (Campus Santo Antônio de Jesus), Centro de Formação de Professores (Campus Amargosa), Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (Campus Feira de Santana) e Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (Campus Santo Amaro da Purificação).

O Campus de Cachoeira e São Félix

Cachoeira teve origem numa fazenda criada por Diogo Álvares Correia, o Caramuru, no final do século XVI. Em 1674, foi criada a freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira que foi elevada a vila e conselho em 1693, e a cidade em 1837, com o título de Heroica Cidade de Cachoeira. Seu território compreende 398 km².

Graças a seu rico patrimônio arquitetônico e paisagístico dos mais importantes da América Latina, converteu-se em Monumento Nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional (IPHAN), conforme o Decreto n.º 68.045, de janeiro de 1971.

Já São Félix, cidade separada de Cachoeira apenas pelo Rio Paraguassu, foi um território ocupado por Tupinambás que, com a chegada dos escravizados, recuaram para as matas. O município foi desmembrado de Cachoeira em 1889, de acordo com o IBGE. Atualmente no campus de Cachoeira e São Félix, sede do Centro de Artes, Humanidades e Letras – CAHL, estão em funcionamentos onze cursos de graduação: Gestão Pública (Tecnológico), Artes Visuais (Licenciatura e Bacharelado), Ciências Sociais (Licenciatura e

Bacharelado), Cinema, Comunicação/Jornalismo, Comunicação/ Publicidade e Propaganda, História (Licenciatura), Museologia e Serviço Social. O Centro conta ainda com cinco cursos de pós-graduação *Strictu Senso* (Mestrado Acadêmico em Ciências Sociais, Mestrado Acadêmico em Comunicação Social, Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas, Mestrado em Arqueologia e Patrimônio Cultural e Mestrado em Política Social e Territórios).

O Curso de Gestão Pública da UFRB

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública está em funcionamento desde 2010 oferecendo 50 vagas ao ano. Atualmente conta com 163 discentes matriculados (matrícula ativa) e 125 egressos. Sua criação foi formalizada pela Resolução CONAC 035/2009 e o projeto político pedagógico em vigor foi aprovado na Resolução CONAC 011/2010. Sua autorização foi dada em parecer do Conselho Nacional da Educação em outubro de 2010. Em dezembro de 2013, o CSTGP foi reconhecido pelo MEC por meio da Portaria 651/2013. Em 03 abril de 2017, o MEC renovou o reconhecimento do Curso pela Portaria 272, publicada no DOU de 04 de abril.

Ao longo da sua existência foi avaliado em duas edições do ENADE, 2015 e 2018. Nas duas edições obteve nota geral 4,0. Em relação aos dados de 2018, no que se refere ao Componente de Formação Geral, a nota média dos concluintes no curso foi 49,9, superior, portanto, à média nacional (44,0) e à média da Grande Região (47,7). A média no Componente de Conhecimento Específico foi de 43,8, seguindo o mesmo padrão acima, superior à média nacional (39,2) e à média da Grande Região (41).

A gestão pública é um campo tecnopolítico do saber que articula conhecimento das áreas do Direito, da Economia, das Ciências Sociais e da Administração com fins de contribuir para o aprimoramento de políticas e programas voltados para o bem público. A gestão é técnica porque precisa de ferramentas e instrumentos para planejar, implementar e avaliar os programas e projetos, mas também é política, já que diz respeito à busca por atender as demandas e os anseios da nossa tão diversa sociedade.

Vale lembrar que a gestão pública é mais abrangente que a gestão governamental, porque considera, além das ações e políticas de governo, ações do setor privado voltadas para o bem público.

5. JUSTIFICATIVA

O projeto pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública (CSTGP) foi originalmente proposto em 2009, com implementação em 2010. A equipe que o elaborou era constituída por professores de Serviço Social, Economia, Ciências Sociais e Ciências Políticas. No momento da constituição do quadro docente do Curso, novos professores – mais ligados à Gestão Pública - assumiram as disciplinas propostas e, no processo de implementação a partir de 2011, foram sendo percebidas lacunas em conteúdos e abordagens ou necessidades de ajustes nas ementas existentes e, em especial, a demanda por mais atividades com foco prático.

A formação em Gestão Pública contempla uma formação a partir de quatro áreas de conhecimento que compõem o Campo de Públicas: o Direito, a Economia, as Ciências Políticas e a Administração Pública. No projeto pedagógico vigente, alguns destes eixos estavam sub-representados, a exemplo do Direito e da Administração Pública. Além disso, o perfil do egresso precisaria considerar diversos *loci* de atuação, na gestão pública estatal e não estatal e mesmo na gestão privada, quando em interface com a gestão pública.

Com a formação do Núcleo Docente Estruturante no segundo semestre de 2011, foi iniciado um movimento de análise da matriz e do projeto pedagógico. Este movimento foi fortalecido com os resultados das pesquisas sobre o perfil do(a) aluno(a) ingressante no CSTGP, iniciadas em 2011 e reformuladas a partir de 2012, para incluir dados socioeconômicos; com o resultado das avaliações pelo formando, sistematizadas nos anos 2012 e 2013, e, por fim, no início de 2016, com uma pesquisa sobre o egresso do CSTGP. Todos os relatórios destas pesquisas encontram-se divulgados no *site* do CSTGP e foram objeto de discussão com o(a)s aluno(a)s em várias ocasiões.

Acresce-se a este cenário a avaliação feita pela Comissão de Reconhecimento do Curso, ocorrida em 2013, e suas recomendações para que o Curso tivesse um caráter mais voltado para as práticas e as tecnologias, além dos resultados do ENADE e dos relatórios da CPA da UFRB. Neste sentido, o Colegiado e o NDE do CSTGP se voltaram para a proposição de um laboratório de Gestão Pública, local no qual os professores e aluno(a)s poderão se reunir extraclasse e trabalhar em pesquisas e desenvolvimento de novas tecnologias.

Neste período entre 2011 e 2019, as diretrizes curriculares para a administração pública foram validadas e, na UFRB, foram revistos o Regulamento de Graduação e os regulamentos de trabalho de conclusão de curso, de atividades complementares e estágio. Além disso, foi elaborada uma Resolução para que a extensão fosse curricularizada em, pelo menos, 10% da carga horária do Curso. Em consequência, este projeto pedagógico prevê carga horária de extensão em algumas disciplinas obrigatórias.

Assim, a cada nova orientação normativa, o NDE do CSTGP se debruçava sobre o projeto pedagógico em reconstrução até que, no início de 2020, o Colegiado determinou que a proposta fosse finalizada. Para tanto, foram observadas estas normativas e a crença de que deve haver autonomia do(a) aluno(a) para a escolha do seu percurso formativo, o que implicou a alteração da matriz curricular de modo a se considerar disciplinas optativas a partir do 2º semestre e ampliada a carga horária das atividades complementares.

Vale ressaltar que o(a)s aluno(a)s do CSTGP são majoritariamente oriundos e residentes em municípios do Recôncavo da Bahia, com grande demanda pela Gestão Pública, demonstrada na concorrência que tem variado de 27 a 31 candidatos por vaga, ao longo dos anos. A região é marcada por práticas patrimonialistas resistentes, por um lado, e por grande necessidade de aprimoramento da gestão pública, tanto em instituições do Estado, em especial as prefeituras, como nas organizações públicas não estatais.

6. OBJETIVOS

Objetivo Geral:

Formar, com base em uma perspectiva multidisciplinar, tecnólogos em Gestão Pública aptos a compreender a importância do contexto econômico, político e sociocultural e atuar na formulação de estratégias, no desenho, na implementação e na avaliação de programas e de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico e social.

Objetos Específicos

1. Promover a formação teórica e prática de profissional qualificado para atuar como gestor em organizações públicas, estatais e não estatais e, eventualmente, no setor privado em prestação de serviços para o setor público.
2. Estimular a formação e conhecimentos técnicos e científicos do Tecnólogo em Gestão Pública nas áreas de planejamento, organização, direção, controle, assessoramento, formulação, implementação e avaliação de políticas públicas.
3. Fornecer subsídios para estabelecer relações com a pesquisa, a extensão e a prática em gestão e políticas públicas.
4. Criar uma estrutura curricular que estimule a autonomia intelectual, a capacidade analítica dos estudantes, em uma ampla formação humanística e com consciência social local e global.
5. Proporcionar aos(as) aluno(a)s, por meio de oferta de disciplinas optativas, a possibilidade de explorar trajetórias de conhecimentos alternativos ou complementares a sua formação obrigatória.
6. Incentivar a produção e a inovação científico-tecnológica e suas respectivas aplicações no mundo do trabalho.
7. Desenvolver competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, para a gestão de processos e/ou a produção de bens e serviços públicos.

8. Promover, aos docentes em Gestão Pública, oportunidades de aprendizagem continuada de modo a favorecer o acompanhamento e a compreensão das mudanças do mundo contemporâneo.
9. Estimular conhecimentos que possam contribuir para o processo de desenvolvimento econômico e social do Recôncavo da Bahia, do Estado e do País.

7. PERFIL DO EGRESSO

O(a) profissional egresso do CSTGP foi formado para atuar de modo humanista e crítico enquanto gestor de organizações públicas estatais e não-estatais, político e formulador/analista de políticas públicas, tendo conhecimentos teóricos, instrumentais e de intervenção para atuar em (inter)organizações, políticas, programas e projetos na esfera pública. O(a) profissional necessita:

- desenvolver consciência quanto às implicações éticas do exercício profissional, em especial a compreensão do *ethos* republicano e democrático, indispensável à sua atuação;
- conhecer e seguir os princípios legais, éticos e democráticos da gestão pública e de suas relações com indivíduos, grupos e organizações;
- reconhecer, definir e analisar problemas de interesse público relativos às organizações e políticas públicas, formulando diagnósticos e propondo agendas, alternativas e soluções para processos complexos, inclusive de forma preventiva, estando ainda apto a implementá-las;
- estar preparado para participar, em diferentes graus de complexidade, do processo de tomada de decisão, da formulação e da implementação de políticas, programas, planos e projetos públicos e para desenvolver avaliações, análises e reflexões críticas sobre a área pública;
- ser articulador(a) e mediador(a) de relações e redes interorganizacionais, interinstitucionais e intersetoriais em diferentes escalas territoriais;
- expressar-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e socioculturais, desenvolvendo expressão e comunicação adequadas aos processos de negociação e às comunicações interinstitucionais;
- ter iniciativa, criatividade, determinação, abertura ao aprendizado permanente e às mudanças;
- desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com métodos quantitativos e qualitativos na análise de processos econômicos, sociais, políticos e administrativos;

- ser propositor(a) e executor(a) de estratégias inovadoras na gestão das organizações e políticas públicas, buscando facilitar as relações entre indivíduos, grupos e coletividades de modo a garantir a participação cidadã;
- promover a valorização humana e a diversidade cultural local, regional e global, sendo hábil no trato da interculturalidade e sensível às diversidades sociais;
- ter capacidade de planejar, alocar e gerir recursos para garantir sustentabilidade;
- ser efetivo na consecução de resultados que promovam a ampliação da esfera pública e da cidadania.

COMPETÊNCIAS DO EGRESSO

- Compreensão do *ethos* republicano e democrático que baliza a atuação pública.
- Capacidade de formular, implementar e avaliar programas e políticas públicas.
- Domínio, de maneira articulada, dos conceitos que caracterizam as áreas de conhecimento relacionadas à gestão pública.
- Capacidade de articulação entre teoria, pesquisa, extensão e prática.
- Autonomia intelectual.
- Pensamento crítico, criativo e flexível.
- Adequação das linguagens como meio de expressão, comunicação e informação para os diversos públicos.
- Compreensão dos princípios das tecnologias e suas relações integradoras.
- Compreensão dos princípios éticos, com compromisso social e respeito à diversidade sociocultural.

8. PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS, EPISTEMOLÓGICOS E PEDAGÓGICOS

Os princípios filosóficos, epistemológicos e pedagógicos adotados pelo Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) estão em consonância com princípios e políticas constantes no Estatuto da Instituição, no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para o período 2019 – 2030 e também com os princípios dispostos no Art. 2º das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, entendendo, neste último caso, que, embora tenham sido definidos para cursos de bacharelado, podem igualmente ser adotados por cursos tecnológicos do Campo de Públicas.

Conforme o Art. 2º do seu Estatuto, a UFRB é regida pelos seguintes princípios:

- I - indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- II - respeito à liberdade de pensamento e de expressão, sem discriminação de qualquer natureza;
- III - universalidade de conhecimentos;
- IV - democracia e transparência na gestão;
- V - integração sistêmica entre educação, trabalho e atuação social;
- VI - valorização e reconhecimento das experiências práticas.

Também esses princípios regem o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, manifestos tanto nas atividades pedagógicas, em sala de aula e fora dela, como também nas atividades de pesquisa (de natureza aplicada, na maior parte das vezes) e de extensão e na sua gestão. O Curso de Gestão Pública, ao longo da sua primeira década, foi marcado por estratégias de transparência ativa e participação democrática, inclusive em seus Colegiado, Núcleo Docente Estruturante e grupos de trabalho. Sua aprendizagem na implementação de tais estratégias as consolida como eixo orientador de gestão e formação.

Aos princípios dispostos no Estatuto se somam princípios de funcionamento da Universidade, expressos no Art. 2º do PDI 2019-2030: excelência acadêmica, inclusão social, desenvolvimento local e, em menor monta no caso de Gestão Pública, internacionalização. A tradução desses princípios em definições e em ações pode ser observada, por exemplo, no Regulamento de Trabalho de Conclusão do Curso e nos trabalhos de conclusão desenvolvidos desde 2012, boa parte dos quais voltados para a investigação e mesmo proposição de soluções para problemas públicos do / no Território do Recôncavo. Uma outra manifestação concreta da adoção de tais princípios é observada nas estratégias de orientação ativa junto aos

estudantes, uma política do Colegiado do Curso implementada desde 2014, voltada para a inclusão e permanência estudantis. Por meio desta política, os ingressantes são acolhidos e acompanhados com atenção especial e, em paralelo, os demais discentes têm orientação para aspectos institucionais e acadêmicos concernentes a sua permanência e formação, de maneira contínua e permanente.

Neste sentido, vale o registro de que o alunado que tem sido atraído para a formação em Gestão Pública na UFRB reflete as questões sociais observadas no Território do Recôncavo e é bastante diverso. Das turmas com entradas entre 2013 e 2019, 85,8% dos alunos se autodeclararam negros, as duas faixas etárias com maior número de alunos tem sido de 19 a 23 anos e entre 30 e 40 anos (o que aponta para um distanciamento entre o final do Ensino Médio e o início da Educação Superior), 71,5% do alunado de 2015 a 2019 tem renda familiar média mensal igual ou inferior a 2 salários mínimos e 56,7% dos alunos são trabalhadores. A adesão ao ENEM / SiSu abre a concorrência para todo o Brasil, mas, na formação de suas turmas, o Curso de Gestão Pública tem atraído(a) aluno(a)s do próprio Recôncavo e regiões contíguas. É em respeito a este perfil discente “não tradicional” que Colegiado e NDE do Curso de Gestão Pública têm envidados esforços que resultem em inclusão e em permanência.

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da UFRB está atento à complexidade da Gestão Pública no Brasil contemporâneo, em um mundo globalizado, diverso e em crise climática. Observados o Território do Recôncavo e territórios vizinhos, é marcante a convivência entre os diversos modelos de gestão pública, com marcas evidentes do modelo patrimonialista e suas manifestações no compadrio e no clientelismo, por exemplo.

Assim, a formação que o Curso de Gestão Pública busca proporcionar não se restringe à dimensão técnica e considera os aspectos técnicos e políticos que caracterizam a Gestão, bem como sua natureza multi e interdisciplinar. No processo formativo que oferece, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da UFRB busca educar cidadãos e cidadãs comprometidos com a res publica e com as comunidades locais, bem como com a sociedade, de maneira mais ampliada. Desta maneira, também observa os princípios dispostos no Art. 2º das Diretrizes Curriculares para a Administração Pública, a saber:

I - o *ethos* republicano e democrático como norteador de uma formação que ultrapasse a ética profissional, remetendo-se à responsabilidade pela res publica e à defesa do efetivo caráter público e democrático do Estado;

II - a flexibilidade como parâmetro das Instituições de Educação Superior, para que formulem projetos pedagógicos próprios, permitindo ajustá-los ao seu contexto e vocação regionais;

III - a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade que garantam a multiplicidade de áreas do conhecimento em temas como política, gestão pública e gestão social e sua interseção com outros cursos.

Neste cenário, são princípios específicos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública:

- Qualificação profissional com base na ética e na competência para o enfrentamento dos desafios colocados à função pública na contemporaneidade.
- Compromisso com as demandas dos setores públicos da sociedade brasileira e, em especial, aqueles do Recôncavo baiano.
- Compromisso de integração da dimensão prática no processo formativo, com ênfase na análise e na proposição de tecnologias para a gestão pública.
- Formação crítica e plural voltada para os processos de formulação, implementação e avaliação de tecnologias e políticas públicas.
- Formação científica como eixo transdisciplinar, com ênfase para atitude investigativa.
- Interação com as comunidades do entorno, aberta aos saberes tradicionais e à riqueza cultural que marca a região na qual o Curso se insere.

Finalizando esta seção, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, neste projeto pedagógico se coloca comprometido com a inovação tecnológica em gestão pública e com estudos e pesquisas sobre a formação tecnológica no Campo de Públicas.

9. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE ENSINO, EXTENSÃO E PESQUISA

O Plano de Desenvolvimento Institucional, como documento estratégico orientador das ações da UFRB, aponta as principais linhas de atuação da Universidade. Assim, o projeto político pedagógico do CSTGP acompanha tais linhas e pressupõe a informação e orientação aos(as) aluno(a)s quanto às políticas de assistência estudantil, mobilidade (nacional e internacional), estágio não obrigatório, bem como o incentivo à participação em projetos de pesquisa e de extensão, coordenados por professores da UFRB, não apenas aqueles vinculados ao CSTGP.

Em especial, o projeto político pedagógico do CSTGP acompanha as orientações do PDI quanto à flexibilidade curricular, com grande oferta de disciplinas optativas que favoreçam a formação nas quatro áreas da formação no Campo de Públicas, a não exigência de pré-requisitos, e a permanente disponibilização, pelo Colegiado, de orientação acadêmica. Há ainda a preocupação, que atravessa a grade curricular, com a análise e a proposição de tecnologias que venham a contribuir para a gestão pública no Recôncavo, Bahia e Brasil.

A matriz curricular acolhe, sob uma perspectiva transversal, produção de conhecimento em quatro áreas: Administração, Economia, Ciências Sociais e Direito a fim de propiciar uma formação que articule os saberes das referidas áreas, sendo capaz de produzir um conhecimento novo que responda às demandas contemporâneas de consolidação da democracia e a partir de uma compreensão refinada do ethos republicano e democrático que baliza a atuação pública.

Em termos de organização curricular a matriz está organizada em três dimensões formativas a saber: Formação Geral, Formação Básica e Formação Específica. A formação geral e a formação básica, obrigatórias, dão lastro teórico e prático para que os aluno(a)s escolham seus percursos de formação específica, o que pode ser feito pela opção de disciplinas com ênfase em uma ou mais áreas que compõem o Campo de Públicas. As disciplinas que formam o Núcleo de Formação Geral e de Formação Básica, além de introduzirem o(a) aluno(a) aos conceitos e aos modos de fazer do Campo de Públicas, contribuem para o acolhimento do calouro, de modo a integrá-lo às demais turmas, à cultura do CSTGP, bem como à cultura do CAHL e da UFRB.

As dimensões de formação são desenvolvidas em um ambiente acadêmico que considera pesquisa, extensão, prática, desenvolvimento de tecnologias e, priorizando a gestão pública no Recôncavo, para o planejamento das aulas e das atividades práticas. As atividades práticas que compõem transversalmente os diferentes Componentes Curriculares tem objetivo de favorecer, de maneira multidisciplinar e por vezes interdisciplinar, a aplicação dos conteúdos conceituais, atitudinais e procedimentais.

Estimulando o desenvolvimento das múltiplas dimensões da pesquisa e também, o desenvolvimento de novas tecnologias, tem-se o Trabalho de Conclusão de Curso como uma atividade obrigatória para integralização curricular, podendo o discente optar por desenvolvê-lo em formato de Monografia ou Produto Tecnológico, conforme explicitado nos Regulamentos de trabalho de conclusão de curso da UFRB e do CSTGP vigentes.

O Laboratório de Gestão Pública é um espaço com computadores, equipamentos e infraestrutura destinado à realização de atividades do Curso de Gestão Pública, de modo a favorecer o desenvolvimento de pesquisa, extensão e os trabalhos de conclusão de curso.

Objetivando garantir a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, o Projeto Pedagógico aqui apresentado implementa a curricularização da extensão, regulamentada pela Resolução CONAC 05/2021, assegurando 10% da carga horária curricular para a realização de atividades extensionistas viabilizadas a partir de Programas e Projetos de Extensão. Com essa iniciativa a formação tecnológica em Gestão Pública prevê que o (a) discente participe de processos de socialização e compartilhamento de saberes acadêmicos e não acadêmicos e que possa colaborar com a resolução de problemas sociais e, portanto, com a melhoria da qualidade de vida da população em geral, e, mais diretamente, com sua comunidade de entorno.

O CSTGP faz uso de site institucional (www.ufrb.edu.br/gestaopublica) com objetivo de contribuir para a afiliação institucional dos aluno(a)s, divulgação das principais informações sobre o Curso e sobre o Campo de Públicas, disponibilização de documentos formais, formulários, materiais didáticos e outros, de utilidade para os aluno(a)s. Busca também, na medida do possível, aproximar o Curso do campo de atuação, promovendo um diálogo com os governos locais, estaduais e federal.

Por fim, buscando uma formação que facilite a articulação entre as diversas áreas do conhecimento, o CSTGP oferece, a cada semestre, pelo menos um evento acadêmico-cultural que colabore para a aproximação do(a) aluno(a) de Gestão Pública com o(a)s egresso(a)s do Curso, com aluno(a)s de outros cursos da UFRB e com a sua comunidade de entorno.

10. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública está inserido no conjunto de cursos de graduação que compõem o Campo de Públicas, uma área de caráter multidisciplinar que pode ser compreendida a partir da seguinte concepção:

um campo multidisciplinar de ensino, pesquisa e fazeres tecnopolíticos, no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas e das Ciências Humanas, que se volta para assuntos, temas, problemas e questões de interesse público, de bem-estar coletivo e de políticas públicas inclusivas, em uma renovada perspectiva republicana ao encarar as ações governamentais, dos movimentos da sociedade civil organizada e das interações entre governo e sociedade, na busca do desenvolvimento socioeconômico sustentável, em contexto de aprofundamento da democracia. (PIRES, V. et AL, 2014, p.112)¹

Desse modo, sua matriz curricular acolhe, sob uma perspectiva transversal, produção de conhecimento em quatro áreas: Administração, Economia, Ciências Sociais e Direito a fim de propiciar uma formação que articule os saberes das referidas áreas, sendo capaz de produzir um conhecimento novo que responda às demandas contemporâneas de consolidação da democracia e a partir de uma compreensão refinada do *ethos* republicano e democrático que baliza a atuação pública.

Em termos de organização curricular a matriz está organizada em três dimensões formativas a saber: Formação Geral, Formação Básica e Formação Específica. A formação geral e a formação básica, obrigatórias, dão lastro teórico e prático para que os aluno(a)s escolham seus percursos de formação específica, o que pode ser feito pela opção de disciplinas com ênfase em uma ou mais áreas que compõem o Campo de Públicas. As disciplinas que formam o Núcleo de Formação Geral e de Formação Básica, além de introduzirem o(a) aluno(a) aos conceitos e aos modos de fazer do Campo de Públicas, contribuem para o acolhimento do calouro, de modo a integrá-lo às demais turmas, à cultura do CSTGP, bem como à cultura do CAHL e da UFRB.

As dimensões de formação são desenvolvidas em um ambiente acadêmico que considera pesquisa, extensão, prática, desenvolvimento de tecnologias e, na medida do possível, foco na gestão pública no Recôncavo, para o planejamento das aulas e das atividades

¹ Pires, Valdemir Aparecido et al. Campo de públicas no Brasil: definição, movimento constitutivo e desafios atuais. Administração Pública e Gestão Social, v. 6, n. 3, p. 110-126, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/124602>>.

práticas. As atividades práticas que compõem transversalmente os diferentes Componentes Curriculares tem objetivo de favorecer, de maneira multidisciplinar e por vezes interdisciplinar, a aplicação dos conteúdos conceituais, atitudinais e procedimentais.

O Trabalho de Conclusão de Curso, atividade obrigatória para integralização curricular, prevê um percurso formativo que estimula as dimensões da pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias concomitantemente. Desse modo, o(a) discente pode optar por desenvolver seu trabalho em formato monográfico ou produto tecnológico, conforme explicitado na Resolução UFRB-CONAC 004/2019.

Ainda no sentido de garantir a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, o Projeto Pedagógico aqui apresentado implementa a curricularização da extensão, regulamentada pela Resolução UFRB-CONAC 025/2021, assegurando 10% da carga horária curricular para a realização de atividades extensionistas viabilizadas a partir de Programas e Projetos de Extensão. Com essa iniciativa a formação tecnológica em Gestão Pública prevê que o (a) discente participe de processos de socialização e compartilhamento de saberes acadêmicos e não acadêmicos e que possa colaborar com a resolução de problemas sociais e, portanto, com a melhoria da qualidade de vida da população em geral, e, mais diretamente, com sua comunidade de entorno.

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR
Quadro Horário Geral do Curso

SEMESTRE I	SEMESTRE II	SEMESTRE III	SEMESTRE IV	SEMESTRE V	SEMESTRE VI
<i>Introdução à gestão pública</i> 68 h	<i>Formulação e análise de políticas públicas</i> 68 h	Direito Administrativo 68 h	Políticas sociais no Brasil 68 h	Avaliação de políticas e projetos sociais 68 h	Planejamento estratégico no setor público 68 h (17H EXT)
<i>Ciência política</i> 68 h (17H EXT)	<i>Administração pública e processos gerenciais</i> 68 h (17H EXT)	<i>Políticas públicas, participação e sociedade civil</i> 68h (17H EXT)	<i>Metodologia da pesquisa</i> 68 h	TCC I 34 h	TCC II 68 h
Sociologia geral 68 h	Gestão do desenvolvimento e território 68h (17H EXT)	Elaboração de programas e projetos sociais 85 h (34H EXT)	Sustentabilidade e mobilização de recursos em organizações da sociedade civil 68h (34H EXT)	Gestão de pessoas no serviço público 68 h (17 H EXT)	Optativa V h 68 h
<i>Introdução ao Estudo do Direito</i> 68 h	<i>Economia e finanças públicas</i> 68 h (17H EXT)	Orçamento público 68 h	Optativa III 68 h	Optativa IV 34h	
Introdução aos estudos acadêmicos 68h	Optativa I 68 h	Optativa II 68 h			

* legenda

	Formação Geral
	Formação Básica
	Formação Específica
	Optativas

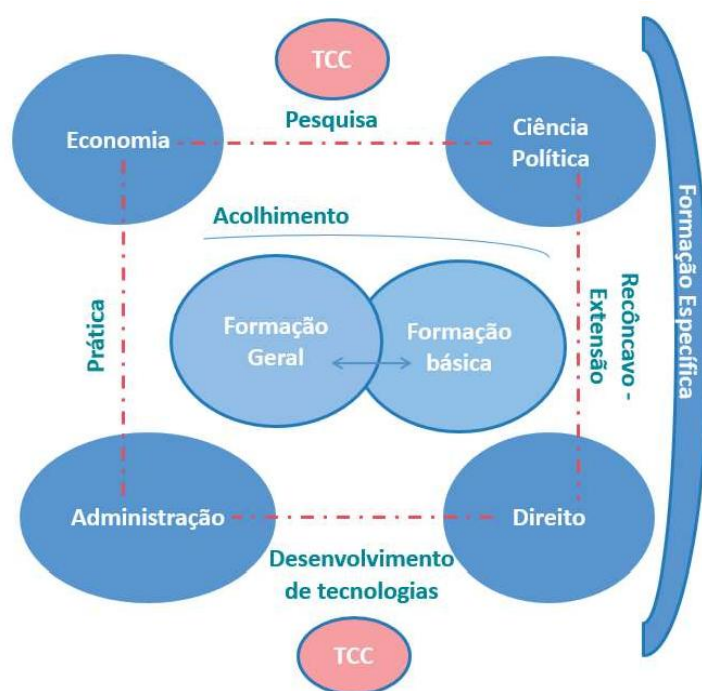


Figura 01: Representação da lógica estruturante do CSTGP

Formação Geral: 136 h (Sociologia geral e Introdução aos estudos acadêmicos)

Formação Básica: 544 h (Ciência política, Introdução ao Estudo do Direito, Introdução à Gestão Pública, Economia e finanças públicas, Formulação e análise de políticas públicas; Administração pública e processos gerenciais; Políticas públicas, participação e sociedade civil; Metodologia da pesquisa).

Formação Específica: 629 h (Gestão do desenvolvimento do território; Direito Administrativo; Elaboração de programas e projetos sociais; Orçamento Público; Políticas Sociais no Brasil; Sustentabilidade e mobilização de recursos em organizações da sociedade civil; Avaliação de políticas e projetos sociais; Gestão de pessoas no serviço público; Planejamento estratégico)

Optativas: 306h

TCC: 102 h

ACC: 85 h

CARGA HORÁRIA DE DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS: 1.309 h

CARGA HORÁRIA DE DISCIPLINAS OPTATIVAS: 306 h

CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES: 85h

CARGA HORÁRIA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO: 102 h

CARGA HORÁRIA TOTAL: 1.802 horas

10.1 ESTRUTURA CURRICULAR

10.1.1. COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS

Código	Nome	Função	Semestr e	Carga Horária				Total/sem ana	Pré- requisitos
Código do Centro	Nome completo			T	P	Ext	Tot al		
1º SEMESTRE									
A ser criada	Introdução à gestão pública	Básica	1º	68	0	0	68	4	Não
A ser criada	Ciência Política	Básica	1º	68	0	17	68	4	Não
A ser criada	Introdução ao Estudo do Direito	Básica	1º	68	0	0	68	4	Não
A ser criada	Introdução aos estudos acadêmicos	Geral	1º	34	34	0	68	4	Não
CAH 225	Sociologia geral	Geral	1º	68	0	0	68	4	Não
2º SEMESTRE									
A ser criada	Formulação e análise de políticas públicas	Básica	2º	68	0	0	68	4	Não
A ser criada	Economia e finanças públicas	Básica	2º	68	0	17	68	4	Não
A ser criada	Administração pública e processos gerenciais	Básica	2º	68	0	17	68	4	Não
A ser criada	Gestão do desenvolvimento e território	Específico	2º	68	0	17	68	4	Não
	Optativa I		2º	68	0	0	68	4	Não
3º SEMESTRE									
A ser criada	Direito Administrativo	Específico	3º	68	0	0	68	4	Não
A ser criada	Políticas públicas, participação e sociedade civil	Específico	3º	68	0	17	68	4	Não
A ser criada	Elaboração de programas e projetos sociais	Específico	3º	51	34	34	85	5	Não
A ser criada	Orçamento público	Específico	3º	68	0	0	68	4	Não

Código	Nome	Função	Semestr e	Carga Horária				Total/sem ana	Pré- requisitos
Código do Centro	Nome completo			T	P	Ext	Tot al		
	Optativa II		3º	68	0	0	68	4	Não
4º SEMESTRE									
A ser criada	Políticas sociais no Brasil	Específico	4º	68	0	0	68	4	Não
A ser criada	Metodologia da pesquisa	Básico	4º	68	0	0	68	4	Não
A ser criada	Sustentabilidade e mobilização de recursos em organizações da sociedade civil	Específico	4º	51	17	34	68	4	Não
	Optativa III		4º	68	0	0	68	4	
5º SEMESTRE									
A ser criada	Avaliação de políticas e projetos sociais	Específico	5º	34	34	0	68	4	Não
A ser criada	Gestão de pessoas no serviço público	Específico	5º	68	0	17	68	4	Não
A ser criada	TCC I	Específico	5º	34	0	0	34	2	Não
	Optativa IV		5º	34	0	0	34	2	Não
6º SEMESTRE									
A ser criada	Planejamento estratégico no setor público	Específico	6º	68	0	17	68	2	Não
A ser criada	TCC II	Específico	6º	0	68	0	68	4	Não
	Optativa V		6º	68	0	0	68	4	Não

10.1.2. COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS

Código	Nome completo	Função	Semestr e	Carga Horária				Total/seman a	Pré- Requisitos
				Especificar a distribuição de carga horária					
				T	P	Ext	Total		
GCECULT 539	Administração e gestão pública	Básica		68			68	4	
GCAH 460	Administração e políticas públicas	Básica		68			68	4	
A ser criada	Administração Pública Comparada	Básica		68			68	4	

Código	Nome completo	Função	Semestr e	Carga Horária				Total/seman a	Pré- Requisitos
				Especificar a distribuição de carga horária					
				T	P	Ext	Total		
CAH 784	Administração Pública no Brasil: Análise Política	Básica		34			34	2	
GCAH 104	Antropologia I	Geral		68			68	4	
GCAH 699	Antropologia, gênero e sexualidade	Geral		68			68	4	
A ser criada	Auditoria e controle governamental	Específico		68			68	4	
GCAH 564	Comportamento eleitoral	Geral		68			68	4	
GCAH 604	Cooperativismo e capital social	Específico		68			68	4	
GCAH 141	Cultura Baiana	Geral		68			68	4	
A ser criada	Cultura e Criatividade na Economia e no Desenvolvimento	Geral		68			68	4	
GCAH 706	Cultura popular	Geral		68			68	4	
GCAH 462	Desenvolvimento de comunidade	Geral		68			68	4	
GCAH 602	Desigualdades sociais e raciais	Geral		68			68	4	
CAH 779	Direito Constitucional	Específico		34			34	2	
CAH 781	Direito do Consumidor	Específico		34			34	2	
A ser criada	Direito do trabalho e previdenciário	Específico		68			68	4	
A ser criada	Direito tributário	Específico		68			68	4	
GCAH 463	Direitos Humanos	Geral		68			68	4	
GCAH 359	Economia brasileira contemporânea	Básica		68			68	4	
GCAH 390	Economia da Cultura	Geral		68			68	4	
GCAH 840	Economia do Setor Público	Específico		34			34	2	
GCAA 580	Educação Ambiental	Geral		68			68	4	
GCECULT 356	Educação Ambiental	Geral		68			68	4	
A ser criada	Educação Ambiental	Geral		68			68	4	
A ser criada	Empreendedorismo no Serviço Público	Específico		34			34	2	

GCAH 363	Estado militar no Brasil: política e	Geral		68			68	4	
----------	--------------------------------------	-------	--	----	--	--	----	---	--

Código	Nome completo	Função	Semestr e	Carga Horária				Total/seman a	Pré- Requisitos
				Especificar a distribuição de carga horária					
				T	P	Ext	Total		
	repressão (1964-1985)								
GCAH 780	Estatística Básica Aplicada	Básico		34			34	2	
A ser criada	Estudo da previsão do comportamento dos agentes em políticas públicas	Específico		34			34	2	
GCAH 565	Etnologia e história dos povos indígenas	Geral		68			68	4	
GCAH 364	Formação econômica do Brasil	Geral		68			68	4	
GCAH 224	Fundamentos de Filosofia	Geral		68			68	4	
A ser criada	Gestão Cultural	Geral		34			34	2	
GCCA H 528	Gestão da qualidade	Específico		34			34	2	
A ser criada	Gestão de Materiais e Patrimônio no Setor Público	Específico		68			68	4	
A ser criada	Gestão de Operações e Logística no Setor Público	Específico		68			68	4	
A ser criada	Gestão Integrada de Serviços Públicos	Específico		68			68	4	
A ser criada	Gestão Pública no Brasil Contemporâneo	Específico		68			68	4	
CAH 468	Gestão Social	Básica		68			68	4	
A ser criada	Globalização e Políticas Públicas no Brasil	Geral		34			34	2	
CAH593	Instituições Políticas	Geral		68			68	4	
A ser criada	Licitação e Contratos	Específico		68			68	4	
GCAH 395	Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS)	Geral		68			68	4	
GCAH 721	Marxismo latino americano	Geral		68			68	4	

A ser criada	Metodologias Qualitativas de	Geral		68			68	4	
Código	Nome completo	Função	Semestr e	Carga Horária				Total/seman a	Pré- Requisitos
				Especificar a distribuição de carga horária					
				T	P	Ext	Total		
	Pesquisa Aplicadas à Gestão Pública								
A ser criada	Metodologias Quantitativas de Pesquisa Aplicadas à Gestão Pública	Específico		68			68	4	
GCAH 470	Movimentos Sociais e Cidadania	Básica		68			68	4	
GCAH 783	Oficina de Comunicação Escrita no Setor Público	Específico		34			34	2	
A ser criada	Oficina de Elaboração de Casos em Gestão Pública	Específico		68			68	4	
A ser criada	Oficina de elaboração de Textos Acadêmicos	Geral		34			34	2	
GCAH 858	Oficina de Expressão Oral	Específico		34			34	2	
GCAH 197	Oficina de textos	Geral		68			68	4	
GCAH 447	Oficinas de informática	Geral		68			68	4	
A ser criada	Participação e Políticas Públicas no Brasil: autonomia e clientelismo	Básica		68			68	4	
GCAH 727	Partidos políticos	Básica		68			68	4	
GCAH 729	Pensamento social no Brasil	Básica		68			68	4	
GCAH 619	Planejamento Social	Básica		34			34		
A ser criada	Planejamento Urbano e Regional	Básica		68			68	4	
GCAH 106	Poder político na Bahia Contemporânea I	Básica		68			68	4	
GCAH 204	Poder político na Bahia Contemporânea II	Básica		68			68	4	
GCAH 391	Políticas Culturais	Básica		68			68	4	

A ser criada	Política e Gestão da Assistência Social no Brasil	Básica				68	4	
GCAH 615	Políticas de Educação	Específico		34		34	2	

Código	Nome completo	Função	Semestr e	Carga Horária				Total/seman a	Pré- Requisitos
				Especificar a distribuição de carga horária					
				T	P	Ext	Total		
A ser criada	Políticas públicas na América Latina	Específico		68			68	4	
GCAH778	Políticas de Educação no Brasil	Específico		68			68	4	
GCAH 616	Políticas de Emprego e Renda	Específico		34			34	2	
A ser criado	Políticas públicas dos povos e comunidades tradicionais	Específico		68			68	4	
GCAH 618	Políticas para a Criança e o Adolescente	Específico		34			34	2	
GCAH 612	Políticas Públicas de Saúde no Brasil	Específico		34			34	2	
A ser criada	Teoria das Políticas Públicas II	Básica							
GCAH 631	Políticas Públicas para Idosos	Específico		34			34	2	
GCAH 609	Políticas Públicas para Juventude	Específico		34			34	2	
A ser criada	Políticas Públicas para o Meio Ambiente	Específico		68			68	4	
GCAH 611	Políticas Públicas para o Meio Rural	Específico		34			34	2	
GCAH 614	Políticas Públicas para o Turismo	Específico		34			34	2	
A ser criada	Políticas Sociais para Pessoas com Deficiência	Específico		68			68	4	
A ser criada	Responsabilidade Socioambiental Empresarial e Governos	Específico		68			68	4	
GCAH 617	Sistema Braille	Geral		34			34	2	
GCAH 732	Sociologia brasileira	Geral		68			68	4	
GCAH 392	Sociologia da Cultura	Geral		68			68	4	
GCAH 476	Sociologia da educação	Geral		68			68	4	

GCAH 679	Sociologia da juventude	Geral		68			68	4	
GCAH 733	Sociologia da religião	Geral		68			68	4	
GCAH 503	Sociologia das relações raciais	Geral		68			68	4	

Código	Nome completo	Função	Semestr e	Carga Horária				Total/seman a	Pré- Requisitos
				Especificar a distribuição de carga horária					
				T	P	Ext	Total		
GCAH 504	Sociologia do conhecimento	Geral		68			68	4	
GCAH 738	Sociologia do desenvolvimento	Geral		68			68	4	
GCAH 279	Sociologia do trabalho	Geral		68			68	4	
GCAH 567	Sociologia rural	Geral		68			68	4	
GCAH 744	Sociologia Urbana	Geral		68			68	4	
GCAH599	Teoria do Desenvolvimento Contemporâneo	Específico		68			68	4	
GCAH 595	Teoria do Desenvolvimento I	Específico		68			68	4	
GCAH 546	Tópicos especiais em Ciência Política I	Específico		68			68	4	
GCAH 621	Tópicos Especiais em Gestão Pública I	Específico		34			34	2	
GCAH 622	Tópicos Especiais em Gestão Pública II	Específico		34			34	2	
GCAH 623	Tópicos Especiais em Gestão Pública III	Específico		34			34	2	
GCAH 624	Tópicos Especiais em Gestão Pública IV	Específico		34			34	2	
GCAH 625	Tópicos Especiais em Gestão Pública V	Específico		34			34	4	
A ser criada	Tópicos Especiais em Gestão Pública VI	Específico		68			68	4	
A ser criada	Tópicos Especiais em Gestão Pública VII	Específico		68			68	4	
A ser criada	Tópicos Especiais em Gestão Pública VIII	Específico		68			68	4	
A ser criada	Tópicos Especiais em Gestão Pública IX	Específico		68			68	4	

A ser criada	Tópicos Especiais em Gestão Pública X	Específico		68			68	4	
GCAH 563	Tópicos especiais em Sociologia II	Geral		68			68	4	

Código	Nome completo	Função	Semestr e	Carga Horária				Total/seman a	Pré- Requisitos
				Especificar a distribuição de carga horária					
				T	P	Ext	Total		
A ser criada	Violência e políticas de segurança	Específico		68			68	4	
A ser criada	Encontro de Saberes - Gestão Pública e Territórios	Específico		17		17	34	2	

10.2. ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE CURSO

As Atividades Complementares, regulamentadas pela Resolução UFRB-CONAC Nº 003/2019, são definidas como atividades formativas que possuem o objetivo de ampliar o conhecimento dos discentes permitindo o aprimoramento de sua formação científica, política, humanística, crítica, cultural, ética e cidadã. As atividades complementares serão desenvolvidas ao longo do curso e deverão totalizar uma carga horária de 85 horas, de acordo com barema de equivalência disposto a seguir. A escolha das atividades complementares dependerá da iniciativa e do dinamismo de cada aluno, que deve buscar as atividades nas quais tenha mais interesse em participar.

Cabe ao Colegiado a divulgação das orientações sobre as atividades complementares no ano de ingresso dos discentes, bem como a indicação um professor para orientação acadêmica no semestre de ingresso do aluno no curso. Ao orientador acadêmico cabe acompanhar e avaliar o desenvolvimento das atividades realizadas por seus orientandos, tendo como parâmetro o perfil do profissional que se deseja formar, segundo o Projeto Político Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

Para fins de cálculo da Carga Horária de ACC, considera-se a equivalência de 01 ponto para 01 hora.

Quadro 01: Critérios de pontuação para equivalência à carga horária em ACC no Curso Superior Tecnológico em Gestão Pública.

Atividade	Pontuação	Pontuação máxima na atividade
Estágio não obrigatório na área de gestão pública.	5 pontos a cada 20 horas	50 pontos
Estágio não obrigatório fora da área de gestão pública.	1 ponto a cada 10 horas	10 pontos
Atuação em comunidade / participação em intervenção local / atuação como liderança local.	5 pontos a cada 20 horas	40 pontos
Monitoria	10 pontos por 34 h de disciplina ou curso	30 pontos
Participação em projeto de pesquisa, em projeto de extensão, projeto de ensino e grupo de estudo, todos devidamente registrados na UFRB ou CNPq.	1 ponto a cada 10 horas	40 pontos
Participação, como diretoria ou trainee, em empresa Junior na UFRB ou outra universidade.	5 pontos a cada 20 horas	40 pontos
Participação em eventos científicos, tecnológicos, profissionais ou culturais.	1 ponto por 04 horas de evento	40 pontos
Apresentação de pôster ou formato simplificado em eventos científicos, culturais, profissionais ou tecnológicos internos na UFRB ou externos à UFRB sem processo seletivo.	2 pontos por apresentação	20 pontos
Apresentação de pôster ou formato simplificado em eventos científicos, culturais, profissionais ou tecnológicos externos à UFRB e que tenham tido processo seletivo	5 pontos por apresentação	
Apresentação de comunicação oral em eventos científicos, culturais, profissionais ou tecnológicos internos na UFRB ou externos à UFRB sem processo seletivo.	5 pontos por apresentação	40 pontos
Apresentação de comunicação oral em eventos científicos, culturais, profissionais ou tecnológicos externos à UFRB e que tenham tido processo seletivo	10 pontos por apresentação	
Participação em comissão organizadora de eventos científicos, tecnológicos, profissionais ou culturais.	2 pontos por 04 horas de evento	40 pontos
Participação em visita técnica a órgãos públicos, governamentais ou de terceiro setor.	4 pontos por participação	20 pontos
Autoria ou co-autoria de resumo ou resumo expandido publicado em anais de eventos científicos ou tecnológicos internos na UFRB ou externos à UFRB sem processo seletivo.	5 pontos por resumo ou resumo expandido	40 pontos
Autoria ou co-autoria de resumo ou resumo expandido publicado em anais de eventos científicos ou tecnológicos externos à UFRB e que tenham tido processo seletivo	10 pontos por resumo ou resumo expandido	
Autoria ou co-autoria de artigo publicado em anais de eventos científicos ou tecnológicos ou em periódicos internos na UFRB ou externos à UFRB sem processo seletivo.	15 pontos por artigo completo	45 pontos
Autoria ou co-autoria de artigo publicado em anais de eventos científicos ou tecnológicos ou em periódicos externos à UFRB e que tenham tido processo seletivo.	20 pontos por artigo completo	

Atividade	Pontuação	Pontuação máxima na atividade
Autoria ou coautoria de capítulo de livro ou livro, aprovado por Conselho Editorial.	20 pontos por autoria ou coautoria	60 pontos
Autoria ou coautoria de capítulo de livro ou livro, sem aprovação de Conselho Editorial.	10 pontos por autoria ou coautoria	20 pontos
Participação em curso de curta, média ou longa duração, em oficina ou similar na área de gestão pública.	2 pontos a cada 04 horas	30 pontos
Participação em curso de curta, média ou longa duração, em oficina ou similar, fora da área de gestão pública.	01 ponto a cada 04 horas	10 pontos
Atuação como representação estudantil em Conselhos, Câmaras e Colegiado na UFRB.	10 pontos por semestre de representação	30 pontos
Atuação como direção nas instâncias de representação estudantil em DA ou DCE.		
Premiação obtida pelo aluno em atuação científica, tecnológica, profissional ou cultural em agências de fomento ou organizações científicas de âmbito nacional.	10 pontos por prêmio.	30 pontos
Premiação obtida pelo aluno em atuação científica, tecnológica, profissional ou cultural em âmbito local.	05 pontos por prêmio.	
Participação em disciplinas optativas extras ou em disciplinas afins concluídas em outros cursos superiores que não foram aproveitadas na análise de equivalência dos cursos, desde que cursadas até no máximo 5 anos antes da entrada no Curso.	10 pontos a cada 34 horas de disciplina cursada e aprovada	50 pontos
Participação em disciplinas optativas extras no próprio Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública ou em disciplinas afins concluídas que não foram aproveitadas na análise de equivalência dos cursos.	15 pontos a cada 34 horas de disciplina cursada e aprovada	
Outras atividades acadêmicas, profissionais e culturais não listadas anteriormente desde que validadas pelo Colegiado do Curso.	1 ponto por 04 horas de atividade	10 pontos

10.3. ATIVIDADES DE EXTENSÃO

As Atividades Curriculares de Extensão são regulamentadas pela Política de Curricularização da Extensão nos cursos de graduação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, conforme Resolução UFRB/CONAC Nº 025/2021, com o objetivo de assegurar um mínimo de 10 (dez) por cento do total de créditos curriculares exigidos em programas e/ou projetos de extensão universitária. Em concordância com o documento citado, se compreende a extensão universitária como o processo educativo, artístico, cultural e científico de modo articulado e indissociável com as atividades de ensino e de pesquisa, potencializando relações transformadoras entre a universidade e demais setores da sociedade.

A Curricularização da Extensão está em concordância com os Objetivos da Extensão Universitária, conforme Regimento Geral e Resolução que disciplina suas normas e que visam

promover a socialização e o compartilhamento entre a comunidade acadêmica e os diversos grupos sociais externos à Universidade; incentivar a democratização do conhecimento acadêmico e científico; colaborar para a discussão, aprofundamento e busca de soluções para os problemas sociais, o desenvolvimento regional e melhoria da qualidade de vida da população em geral; contribuir para a reformulação de concepções e práticas curriculares da Universidade, bem como a sistematização do conhecimento produzido; incentivar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento de habilidades e competências, consciência social e política e a formação profissional e cidadã; contribuir para o desenvolvimento artístico-cultural nacional; e promover a troca de tecnologia na forma de inovação de processos e produtos (RESOLUÇÃO UFRB/CONAC Nº025/2021).

Atendendo à Resolução CONAC 025/2021, o(a) aluno(a) do CSTGP deverá integralizar, no mínimo, 187 horas de extensão, o que equivale a 10,4 % da carga horária total do Curso Para cômputo desta carga horária, o Colegiado do Curso verificará se foram cursadas disciplinas com créditos para a extensão e disciplinas integrantes do Programa de Extensão do CSTGP. As disciplinas para as quais há carga horária prevista neste programa de extensão são: Ciência Política; Economia e Finanças Públicas, Administração Pública e Processos Gerenciais; Gestão do Desenvolvimento e Território, Políticas Públicas; Participação e Sociedade Civil; Elaboração de Programas e Projetos Sociais; Sustentabilidade e Mobilização de Recursos em Organizações da Sociedade Civil; Gestão de Pessoas no Serviço Público: Planejamento Estratégico no Setor público, conforme quadro abaixo. Está prevista a oferta, como componente optativo, do Encontro de Saberes - Gestão Pública e Territórios. A depender da demanda da comunidade vinculada à Gestão Pública, será possível, eventualmente, a oferta de outras disciplinas com este mesmo formato. Caberá ao Colegiado tomar esta decisão.

Quadro 2. Componentes curriculares para fins de Curricularização do Curso com as respectivas cargas horárias do Curso de Graduação

Código	Componente Curricular Obrigatório	Carga Horária			
		T	P	Total	EXT
	Ciência Política	68	-	68	17
	Administração Pública e Processos Gerenciais	68	-	68	17
	Economia e Finanças Públicas	68	-	68	17
	Políticas Públicas, Participação e Sociedade Civil	68	-	68	17
	Elaboração de Programas e Projetos Sociais	51	34	85	34
	Gestão do desenvolvimento e território	68	-	68	17
	Sustentabilidade e mobilização de recursos em organizações da sociedade civil	51	17	68	34
	Gestão de pessoas no serviço público	68	-	68	17
	Planejamento estratégico no setor público	68	-	68	17

Para fins de avaliação, o(s) docente(s) responsável(is) pelo componente curricular terá(ão) autonomia para a composição de nota dos/as discentes. Os programas e projetos de Extensão coordenados por docentes efetivos da UFRB, conforme registro na PROEXC, serão indicados no Plano de Ensino de cada componente curricular. Compete ao Coordenador do programa e dos projetos de Extensão relacionados para fins de curricularização manter as documentações e os encaminhamentos necessários na relação com a PROEXC.

10.4. ESTÁGIO NÃO- OBRIGATÓRIO

O CSTGP não prevê realização de estágio obrigatório para a integralização curricular do(a) aluno(a). Para normas de realização de estágio não obrigatório, o CSTGP segue o determinado na Seção II do Regulamento de Graduação da UFRB (Resolução CONAC 04/2018) e o Regulamento de Estágio Obrigatório e Não obrigatório dos Cursos de Graduação da UFRB (Resolução CONAC 05/2019 ou a que vier a substituí-la ou complementá-la) e na Lei 11.788/08 – Lei de Estágio.

a) Natureza e finalidade do estágio não obrigatório

O estágio não obrigatório no CSTGP é aquele desenvolvido como atividade opcional. O estágio não obrigatório é uma oportunidade de vivenciar e aplicar os conhecimentos teóricos adquiridos durante a formação em gestão pública em um ambiente real de trabalho. Inclui a aplicação de conceitos teóricos em situações concretas e o desenvolvimento de habilidades

práticas necessárias para trabalhar no setor público. Potencializa o estudante no entendimento da dinâmica e do funcionamento do ambiente profissional, técnico e político, na área de gestão pública. Os alunos têm a oportunidade de aprender sobre processos, hierarquias, procedimentos, políticas, cultura organizacional e interações no ambiente de trabalho, fortalecendo a compreensão dos conceitos acadêmicos e aprimorando a visão crítica sobre o campo da gestão pública.

b) Características do campo do estágio não obrigatório

Ao proporcionar ao estudante uma experiência prática no campo da gestão pública, os estagiários têm a chance de estabelecer contatos profissionais e redes com pessoas e organizações na área da gestão pública. Essas conexões podem ser valiosas para futuras oportunidades de trabalho e crescimento na carreira. Além da oportunidade de desenvolverem habilidades, competências e atitudes necessárias para o desempenho da função pública, alargando o desenvolvimento profissional. Ao passo de contribuir com a organização em que estão estagiando, a partir de novas ideias, perspectivas e soluções aos desafios organizacionais.

c) Supervisão/Orientação dos Estágios não Obrigatórios;

A orientação será feita via acompanhamento de relatórios, reuniões, visitas ocasionais ao campo de estágios onde se processarão contatos e reuniões com o profissional supervisor responsável pelo estágio.

d) Avaliação dos Estágios não Obrigatórios

O aluno em estágio não obrigatório está sujeito à apresentação periódica, em prazo não superior a seis meses, de relatório de atividades de estágio, os quais deverão ser obrigatoriamente visados pelo Supervisor da Unidade Concedente e pelo Orientador da Instituição de Ensino.

e) Carga horária correspondente à orientação docente e o número máximo de estagiários por orientador pedagógico

A carga horária correspondente a atividade docente deverá ser no mínimo de duas horas semanais, cabendo a orientador pedagógico obter no máximo dois alunos sob sua orientação.

f) Normas para o aproveitamento do estágio não obrigatório em Mobilidade Acadêmica

O aluno em estágio não obrigatório, realizado em mobilidade acadêmica, poderá aproveitá-lo desde que respeitada a área de atuação no setor público, com a devida concessão de bolsa, comprovação de documentos assinados pelas instituições parceiras, como o Termo de Compromisso e os relatórios de atividades ou de avaliação, supervisionadas e orientadas pela instituição da vinculação de mobilidade acadêmica do discente.

g) Atribuições do orientador em estágio não obrigatório

Ao orientador pedagógico caberá orientar no preenchimento do Termo de Compromisso e acompanhar os relatórios de atividades. Realizar visitas ao campo de estágios onde se processarão contatos e reuniões com o profissional supervisor e o discente estagiário.

h) Atribuição da Unidade Concedente de Estágio

A Unidade Concedente de Estágio deverá enviar à UFRB, em prazo não superior a 6 (seis) meses, relatórios das atividades de estágio, com vista obrigatória do estagiário e anuência posterior do Orientador.

i) Atribuição do estagiário

O estagiário deverá entregar à Instituição de Ensino, em prazo não superior a seis meses, relatórios das atividades de estágio, os quais deverão ser obrigatoriamente visados pelo Supervisor da Unidade Concedente e pelo Orientador da Instituição de Ensino.

j) Carga horária e modalidade de realização do estágio não obrigatório

A jornada de atividade em estágio não obrigatório não poderá ultrapassar seis horas diárias e trinta horas semanais. Nos períodos em que não estão programadas aulas teóricas, o estágio poderá ter jornada de até quarenta horas semanais.

Caso haja possibilidade de realização de estágio não obrigatório remoto, e esta seja uma demanda da instituição concedente, é possível a realização do estágio não obrigatório nesta modalidade, devendo seguir a mesma carga horária determinada em lei.

10.5. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O trabalho de conclusão de curso (TCC) é atividade curricular obrigatória, indispensável para a obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública, sendo destinada a contribuir, juntamente com outras atividades do projeto pedagógico, para pesquisa e/ou desenvolvimento/aplicação de tecnologias de gestão pública pelo estudante.

Todas as etapas e especificidades do TCC do curso são norteadas e amparadas pela Resolução UFRB/CONAC N° 004/2019, que dispõe sobre o Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. As especificidades do Curso serão apresentadas a seguir.

São objetivos do TCC-CSTGP:

- I – Propiciar a reflexão teórico-prática, a partir dos fundamentos oferecidos nas disciplinas do curso, preferencialmente em confronto com elementos empíricos colhidos em trabalhos de campo;
- II – Desenvolver a habilidade de redação técnico-científica e elaboração de produtos tecnológicos;
- III – Fomentar o espírito investigativo como forma de compreensão e solução de problemas no campo da gestão pública;
- IV – Incentivar a aprendizagem pela prática, contribuindo para que o egresso se dedique à sua educação continuada;
- V – Contribuir para o desenvolvimento de tecnologias de gestão pública que possam ser propostas, testadas e/ou (re)aplicadas.

O TCC no CSTGP será desenvolvido nas atividades TCC I e II, ofertadas no 5º e 6º semestres respectivamente, com duas possibilidades de formato: acadêmico (monográfico e artigo) ou em produto tecnológico, a saber:

- I – Monografia e/ou Artigo resultante de pesquisa teórica ou teórico-empírica, nos moldes de Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), conforme recomendações específicas. No caso do Artigo deve ter sido aceito ou publicado em periódicos com Qualis A, B ou C.
- II – Produtos tecnológicos desenvolvidos a partir de pesquisa teórico-empírica e que resultem em:

- a) Artigo de base tecnológica: artigos resultantes das pesquisas de diagnóstico, avaliação ou intervenção, contendo no mínimo 16 páginas, seguindo as normas da ABNT;
- b) Caso de ensino: narrativa de uma situação ou problema de gestão pública, que requer decisões, relatando fatos e situações vividas pelo estudante durante a intervenção. Deve conter o resumo do caso, objetivos de aprendizagem, questões para discussão de acordo com os objetivos e alternativas para análise do caso;
- c) Relatório de diagnóstico: trata-se de relatórios de pesquisas de campo, quantitativas e/ou qualitativa, sobre determinada problemática ou para definição de cenários, dentro de perspectivas de avaliações ex-ante;
- d) Relatórios de avaliação: relatórios de pesquisa empírica sobre processos de formulação, implementação ou resultados relativos à aplicação de determinado processo de gestão pública;
- e) Projeto de intervenção: constitui-se proposta de intervenção elaborada pelo estudante sob a forma de plano de ação, consultoria, assessoria ou capacitação desenvolvidas no âmbito da gestão pública;
- f) Plano: documento contendo o resultado de processo de planejamento estratégico organizacional, planejamento de marketing, planejamento de mobilização de recursos;
- g) Guia, manual ou orientações técnicas: documento contendo orientações técnicas sobre determinado instrumento, técnica ou ferramenta da gestão pública, em diferentes áreas funcionais;
- h) Cartilha: documento contendo tradução de um ou mais aspectos técnicos da gestão pública para a linguagem de um determinado público-alvo;
- i) Tecnologia de ensino: sistematização de metodologias de formação que possam ser aplicadas na gestão pública;

j) Projeto de lei: propostas de projetos de lei para construção ou alteração de alguma questão que possa contribuir para a melhoria da gestão pública no nível estadual ou municipal;

k) Outros formatos tecnológicos: a exemplo de portfólios, blogs, filmes de curta e média metragem contendo argumento sobre tema/problema relacionado a gestão pública; softwares que tragam soluções tecnológicas para a gestão pública; entre outros devidamente aprovados pelo Colegiado do Curso.

No caso do desenvolvimento de produtos tecnológicos serão avaliados, prioritariamente, a concepção do conteúdo e adequação da linguagem proposta para os materiais, devendo ser apresentadas as especificações técnicas e orçamento para contratação de especialistas que os desenvolvam. Ressalta-se que o desenvolvimento do produto tecnológico não implicará em nenhum tipo de ônus para a UFRB.

Para qualquer tipo de produto tecnológico, a exceção de Projeto de Intervenção e Relatórios de Diagnóstico e de Avaliação, deve-se apresentar uma nota técnica sobre o produto contendo no mínimo 10 (dez) páginas de elementos textuais, relatando como ocorreu o processo de desenvolvimento do produto, relacionando os fatos aos conceitos e abordagens teórico-metodológicas utilizadas. Trata-se de um relato reflexivo contendo:

- a) justificativas pessoais e técnicas para o desenvolvimento do produto;
- b) objetivos: geral e específicos;
- c) problema que pretende resolver/minimizar;
- d) principais conceitos e abordagens teóricas que fundamentaram o desenvolvimento do produto;
- e) detalhamento do método utilizado para o desenvolvimento do produto;
- f) público-alvo a quem se destina;
- g) status de desenvolvimento e/ou implementação do produto;
- h) limitações no processo de desenvolvimento do produto e soluções encontradas;
- i) resultados esperados com a aplicação;
- j) especificações técnicas e orçamento para contratação de especialistas;
- k) referências.

São atividades obrigatórias para a realização do TCC-CSTGP:

I – Matrícula na Atividade Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC I), no CSTGP, mediante apresentação de anteprojeto de TCC, validado e encaminhado pelo professor orientador.

II – Apresentação de produto parcial durante Seminário Público de Apresentação de TCC I, como requisito para aprovação em TCC I e matrícula na atividade Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II);

III – Matrícula na atividade TCC II, visando o desenvolvimento, entrega e apresentação pública do produto do TCC-CSTGP, como requisito para aprovação. A matrícula na atividade TCC II está condicionada à aprovação em TCC I.

Conforme dispõe o Art. 12 da Resolução UFRB-CONAC nº 004/2019, os professores orientadores serão obrigatoriamente do corpo docente da UFRB. É desejável que a orientação seja realizada pelos docentes com atuação e/ou aderência ao CSTGP. Caso desejável e necessário, é possível a escolha de co-orientador que pode estar vinculado a UFRB e/ou outras instituições de ensino, mestre de saberes, profissionais de notório saber, órgãos da gestão pública ou organizações da sociedade civil que demonstrem notória atuação e domínio do conteúdo na área do objeto do TCC.

Cada professor poderá orientar, simultaneamente, até 05 (cinco) TCC por semestre letivo, somados TCC I e TCC II, excluindo-se as co-orientações. Excepcionalmente, o professor que já esteja com 05(cinco) orientações poderá solicitar a aprovação do Colegiado do CSTGP para novas orientações, mediante justificativa e comprovando a sua disponibilidade para tal.

O orientador poderá solicitar seu afastamento da orientação, a qualquer momento, desde que os motivos sejam devidamente fundamentados e encaminhados em comunicação escrita para apreciação do Colegiado do CSTGP. O discente também pode solicitar ao professor responsável pela orientação que encaminhe ao Colegiado a solicitação de substituição do orientador, desde que justifique por escrito suas razões. Em caso de troca de orientador em que exista conflitos entre as partes a troca será arbitrada pelo Colegiado do CSTGP que deverá deliberar sobre a indicação de novo orientador.

No caso de afastamento temporário do professor-orientador por período que possa comprometer a conclusão do TCC, este deverá indicar e solicitar substituto ao Colegiado do

CSTGP em comum acordo com o orientando e o professor que aceite diretamente a incumbência.

Os cronogramas semestrais do processo de matrícula, desenvolvimento e avaliação do TCC I e TCCII deverão ser elaborados e divulgados pelo Colegiado do CSTGP.

A aprovação em TCC II está condicionada a entrega e apresentação do produto final em defesa pública. Cabe ao orientador decidir pela habilitação ou não do produto final do TCC II para encaminhamento para banca avaliadora. A banca deverá ser convidada e indicada pelo orientador, sendo validada pelo Colegiado do CSTGP, devendo ser composta pelo próprio orientador, um professor efetivo ou temporário vinculado ao CSTGP e, preferencialmente, outro membro externo ao curso.

A banca utilizará um barema padrão para cada tipo de trabalho. A nota final será calculada pela média aritmética das notas atribuídas por cada membro da banca. Em caso de monografia e artigo científico, o trabalho escrito valerá nota máxima 7,0(sete) e apresentação oral 3,0(três), totalizando a nota 10,0 (dez). Em caso de produto tecnológico, o produto em si valerá no máximo 4,0 (quatro), a nota técnica 3,0 (três) e a apresentação oral 3,0 (três), totalizando a nota máxima 10,0(dez).

10.6. METODOLOGIA

O projeto pedagógico proposto considera a formação do Tecnólogo em Gestão Pública a partir das quatro áreas já citadas: Administração Pública, Direito, Economia e Ciência Política. Para o desenvolvimento das disciplinas e atividades, são sempre observados os conteúdos conceituais, atitudinais e procedimentais, que buscam assegurar, dentre outros, o *ethos* republicano, a ética, o caráter de trabalho em grupo e a autonomia do(a) discente na condução do processo formativo. Há três níveis de formação previstos: o geral, com disciplinas comuns ao CAHL; a formação básica, que trata do conteúdo fundamental para o entendimento da Gestão Pública; e a formação específica, que abre para o(a) aluno(a) as questões mais práticas e atinentes à análise e execução da gestão em instituições públicas estatais e não estatais e mesmo em instituições privadas, quando estão em interação com a gestão pública.

A metodologia de ensino-aprendizagem de cada componente curricular será definida e desenvolvida pelos(as) docentes mediante o exercício de sua autonomia didático-pedagógica, em constante diálogo com os(as) discentes, de acordo com as características inerentes a cada atividade curricular, e poderá incluir, entre outras estratégias, as seguintes:

- aulas expositivas dialogadas e participativas;
- atuação em equipe;
- seminários internos e externos;
- utilização/proposição/realização de recursos visuais e audiovisuais tais como mapas, material iconográfico, filmes, documentários, quadrinhos, músicas e documentos históricos e legais sobre os temas em estudo;
- utilização/proposição/realização de depoimentos, entrevistas, painéis e outros documentos sobre os temas tratados nas disciplinas, disponíveis em acervos ou on line, em sites específicos;
- leitura, interpretação e discussão de textos;
- análise e discussão de documentos legais e normativos e de casos da Gestão Pública;
- análise e discussão de dados secundários buscados em órgãos oficiais, a exemplo do Censo Demográfico, do Censo da Educação Superior e outras bases tornadas públicas;
- implementação de curtos projetos de pesquisa, extensão e práticas, com ou sem fins avaliativos e com ou sem utilização do Laboratório de Gestão Pública;
- produção/desenvolvimento de tecnologias para a gestão pública;
- visitas de estudo e outras atividades de campo.

O trabalho de conclusão de curso proposto significa a possibilidade, para o(a) aluno(a), de sintetizar suas aprendizagens e de, inclusive, propor tecnologias para organizações e públicos específicos.

A adoção dessas abordagens metodológicas visa a contribuir para a formação tecnológica do discente, voltada para o exercício laboral na Gestão Pública, com base no ethos republicano e democrático, na essência multidisciplinar da formação e considerando a natureza técnico-política da atuação. Busca-se, com essas abordagens, desenvolver um futuro egresso que atue de maneira ética e autônoma, mas compreendendo a necessidade de atuação em grupo para a resolução de questões da Gestão Pública.

A sala de aula e suas extensões (a exemplo do trabalho de campo/visitas técnicas), sempre observando a flexibilidade docente de, em parceria com os discentes, propor abordagens semestrais diversas, visa a proporcionar o desenvolvimento do estudante, com reforço à autonomia da aprendizagem e à responsabilidade pelas decisões tomadas no desenvolvimento das atividades e possibilidade de atuação em equipe. Nesse sentido, as

tecnologias digitais de informação e comunicação são ferramentas essenciais para, entre outros, o acesso às bases normativas da Gestão Pública e aos indicadores e bases de dados que, em consequência da Lei de Acesso à Informação, devem estar sempre disponíveis; o desenvolvimento de competências de divulgação e comunicação interna e externa, tanto organizacional, como em termos de divulgação científica; identificação e adoção de bases teóricas e metodológicas hoje disponíveis em portais especializados, a exemplo da Plataforma CAPES de Periódicos. Além disso, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia adota o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas - SIGAA , importante ferramenta de construção da autonomia discente, vez que o professor deverá disponibilizar, semestralmente, dados referentes a cada componente ministrado, tais como ementa, tópicos de aula, referências, tarefas e seus modos de avaliação etc. O SIGAA também favorece o compartilhamento de materiais entre estudantes e a criação de fóruns.

Nesse contexto, para além das atividades avaliativas reguladoras, as abordagens metodológicas adotadas pressupõem acompanhamento contínuo do estudante, como destacado no item 11.

11. AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Em conformidade com a Resolução nº 004/2018, que dispõe sobre o regulamento de ensino de graduação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, entende-se que “a avaliação é parte integrante do processo de aprendizagem e considera o(a) discente como sujeito ativo no seu processo pessoal de desenvolvimento acadêmico e cidadão”.

No CSTGP, a avaliação tem duas naturezas: formativa e somativa. Quanto ao processo, ela assumirá um caráter contínuo, mais qualitativo e holístico, complementada pelas avaliações regulares, a serem utilizadas para aprovação/reprovação nas disciplinas e atividades. A avaliação do processo ensino-aprendizagem será definida e realizada pelo professor da componente curricular conforme os critérios previamente definidos, a cada período letivo, no seu Plano de Ensino, devendo ser realizadas, obrigatoriamente, a cada período letivo, no mínimo duas (2) atividades avaliativas.

A avaliação poderá ser feita por meio de abordagens diversas, dentre as quais:

- testes e provas;
- produção escrita individual ou em grupo;
- preparação e apresentação de seminários, materiais didáticos, materiais de consulta;
- pesquisas e atividades de extensão;
- desenvolvimento de produtos tecnológicos.

Além do desempenho do aluno nas atividades avaliativas, também são consideradas assiduidade e pontualidade nos componentes curriculares.

Os resultados do processo avaliativo parcial serão expressos sob a forma de notas numéricas, até uma casa decimal, obedecendo a uma escala de zero (0) a dez (10). Deverão ser detalhados, no plano de curso de cada disciplina, os respectivos pesos para composição da média. Desde a publicação da Resolução CONAC 004/2018, não há prova final ou atividades de recuperação ao final dos semestres.

Na atividade denominada TCC II, a avaliação será feita pelo resultado do trabalho final, a ser redigido e submetido a uma banca examinadora composta por dois professores além do orientador, os quais avaliarão o trabalho mediante barema específico.

12. ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO AO DISCENTE

O Colegiado do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública desenvolve um sistema de acompanhamento nomeado de Orientação Ativa que tem como objetivos

- reduzir abandono e evasão
- contribuir para o planejamento do percurso acadêmico do(a) aluno(a) de Gestão Pública, especialmente aquele dessemestralizado.
- contribuir para o planejamento do percurso acadêmico do trabalhador-estudante;
- favorecer afiliação institucional do ingressante
- otimizar a incorporação de experiências anteriores do ingressante, contribuindo para identificar possibilidades de aproveitamento de disciplinas, equivalências, etc.;
- acolher o ingressante de 3ª e 4ª listas do SiSu e via demais editais de entrada (transferência, portador de diploma, etc.).

A metodologia de acompanhamento difere para dois perfis de discentes conforme detalhamento a seguir:

a) Para o(a)s aluno(a)s ingressantes

- i. Aplicação do questionário de perfil**
- ii. Tratamento de dados do questionário para identificar:** aluno(a)s já graduados, aluno(a)s que tiveram experiência incompleta na educação superior; aluno(a)s para os quais Gestão Pública não foi 1ª opção; trabalhadores-estudantes; aluno(a)s que moram distante de Cachoeira (mais de 50 KM); aluno(a)s com demanda para a PROPAAE.
- iii. Marcação do encontro de orientação:** encontros de 15 a 20 minutos, no noturno, previamente marcados. O(A)s aluno(a)s já graduados ou com outras experiências de educação superior deverão levar seus históricos escolares. Os demais devem apenas comparecer.
- iv. Encontro de orientação:** Para os já graduados ou com experiência anterior: apresentação da grade / identificação de possibilidades de equivalência de disciplinas ou aproveitamento de estudo / plano de curso. Para os trabalhadores-

estudantes: verificar a possibilidade de trancamento e planejamento de curso visando 04 em lugar de 03 anos, caso seja necessário. Para o(a)s aluno(a)s para os quais Gestão Pública não foi 1ª opção: planejar o curso de modo que ele possa utilizar as disciplinas caso consiga mudar para o curso de desejo e propor acompanhamento mais próximo enquanto ele estiver em Gestão. Para o(a)s aluno(a)s com demandas PROPAE: planejar o semestre e orientar sobre as políticas de assistência na Universidade.

b) Para o(a)s aluno(a)s não ingressantes

- i. **Marcação do encontro de orientação:** encontros de 15 a 20 minutos, no noturno, previamente marcados. Os(as) aluno(a)s devem levar seus certificados de ACC e seus históricos.
- ii. **Encontro de orientação:** Identificar os planos de percurso, as expectativas de período de graduação, os temas de TCC, possibilidades de orientadores, possibilidades de inserção em projetos de extensão e de pesquisa, análise dos ACC. A partir do panorama, orientar em relação a optativas extras e outras atividades para cumprir a carga de ACC, a abordagem aos(as) prováveis orientadores(as) de TCC, o cronograma para o(a)s dessemestralizado(a)s, entre outras demandas.

13. AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

A avaliação do projeto pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública (CSTGP) é realizada pelos membros do NDE do Curso que, após discussão, emitem um parecer com recomendações para a validação pelo Colegiado do Curso. Esta avaliação é embasada por quatro diferentes relatórios:

- Relatório da Comissão Própria de Avaliação, emitido semestralmente a partir da coleta feita com aluno(a)s e professores. Com a adoção do SIGAa pela Universidade, o(a) aluno(a) está obrigado(a) a realizar a avaliação do semestre anterior, sob pena de não conseguir matricular-se no semestre seguinte.
- Relatório e outros documentos relativos ao ENADE para os cursos de tecnologia em Gestão Pública e, especificamente, do CSTGP. Estes documentos ficam disponíveis no *site* do Curso.
- Relatório de Perfil do Ingressante, realizado a cada semestre de entrada de novo(a)s aluno(a)s. Este Relatório foi adotado em 2011 e, desde então, é discutido pelo Colegiado. Por não conter dados pessoais do(a)s aluno(a)s, o Relatório é disponibilizado na página do Curso de Gestão Pública.
- Relatório de Pesquisa Avaliativa, realizada esporadicamente por membros do NDE de Gestão Pública junto aos formandos e/ou aos egressos. Este relatório também é disponibilizado no *site* do Curso, preservado o sigilo dos respondentes.

Decorrentes das primeiras avaliações e dos perfis de ingressantes, várias decisões foram tomadas na elaboração deste projeto pedagógico.

- Foi observado que dois semestres são críticos para a evasão e abandono no CSTGP: o primeiro e o último. Nos últimos anos, o percentual de ingressantes que não havia escolhido o Curso de Gestão como sua primeira opção no SiSu cresceu, chegando a ultrapassar os 50%. É fundamental, portanto, que as disciplinas oferecidas no primeiro semestre do Curso possam apresentar o Curso e seu conteúdo, adotando um caráter introdutório não só para as teorias e o jargão da Gestão Pública, mas também para questões tecnológicas. Assim,

uma das decisões tomadas na elaboração deste Projeto Pedagógico foi alterar a composição de disciplinas para o primeiro semestre e atentar para que os professores, tanto de Sociologia Geral como de Introdução aos Estudos Acadêmicos – as duas disciplinas de caráter geral, tenham também domínio de temas na Gestão Pública. Ainda para o primeiro semestre, tem sido pensadas atividades de acolhimento ao ingressante e, a depender do desenrolar do semestre, orientação para que o(a) aluno(a) busque fazer sua transferência interna para um curso que mais se aproxime do que ele realmente deseje.

- Quanto ao último semestre, neste novo Projeto Pedagógico, buscou-se a obrigatoriedade de oferta de disciplinas obrigatórias, de modo a não deixar o(a) aluno(a) apenas com o trabalho de conclusão de curso II. Foi observado que este(a) aluno(a), por não ter mais nenhum compromisso com a vinda ao Centro, exceto orientações, tende a abandonar o Curso: perde sua rede de colegas para apoio, não tem mais a necessidade de estar no CAHL pelo menos duas vezes na semana.
- Também decorrente da avaliação realizada com formandos e egressos, além da Comissão de Avaliação do Curso, de que o CSTGP necessitaria de assumir seu caráter tecnológico, uma outra decisão para este Projeto Pedagógico disse respeito à redução de disciplinas mais teóricas e ao reforço de aspectos práticos – conteúdos que tratem de aspectos intraorganizacionais - nas demais disciplinas, de modo a que o caráter tecnológico do Curso fique enfatizado.

Por fim, diferente do que ocorria nos primeiros anos do CSTGP, houve um aumento no percentual de aluno(a)s que escolheram o Curso por sua curta duração. Muito embora a maioria do(a)s aluno(a)s se forme com três anos e meio, e não no período mínimo de três anos, buscou-se, neste projeto pedagógico, honrar as 1.600 horas mínimas para um curso tecnológico na área da Gestão Pública, às quais foram acrescidas 102 horas para o trabalho de conclusão de curso e outras 85 horas de atividades complementares. Assim, com as mudanças que este projeto pedagógico propõe, o número mínimo de horas para a integralização do Curso foi mantido em 1.802 horas, inferior, portanto, ao Projeto anterior, com suas 1870 horas.

14. RECURSOS HUMANOS

Conforme apresentado em tabela a seguir, o Curso possui nove (09) docentes que atuam diretamente e compõem seu Colegiado e NDE. Já o corpo técnico administrativo do Centro de Artes, Humanidades e Letras conta com um (01) técnico em assuntos educacionais.

PROFESSOR / LATTES	TITULAÇÃO ACADÊMICA	REGIME DE TRABALHO	ÁREA DE FORMAÇÃO
Daniela Abreu Matos http://lattes.cnpq.br/5704919732927582	Doutorado	DE	Comunicação Social e Cultura
Doraliza Auxiliadora Abranches Monteiro http://lattes.cnpq.br/4816989136382970	Doutorado	DE	Administração e Gestão de Cooperativas
Ivana Tavares Muricy http://lattes.cnpq.br/3284907665766849	Doutorado	DE	Ciências Sociais e Sociologia
Jorge Antônio Santos Silva http://lattes.cnpq.br/9597326937570596	Doutorado	DE	Administração, Economia e Ciências da Comunicação
Lucas Santos Cerqueira http://lattes.cnpq.br/5628669794615033	Doutorado	DE	Administração, Gestão da informação e Desenvolvimento Regional e Urbano
Lys Maria Vinhaes Dantas http://lattes.cnpq.br/8146930602237757	Doutorado	DE	Educação, Administração, Turismo e Eng ^a Agrônômica
Nelson Eugênio Pinheiro Montenegro http://lattes.cnpq.br/2576854311637842	Doutorado	DE	Ciência Política e Sociologia Política
Pedro Augusto Pessoa Lepikson http://lattes.cnpq.br/2304361977147363	Mestrado	DE	Direito
Sielia Barreto Brito http://lattes.cnpq.br/5898291176070245	Doutorado	DE	Economia e Administração

DOCENTES SEGUNDO A TITULAÇÃO		
TITULAÇÃO	Nº	%
Especialistas	0	0
Mestres	1	11,1%
Doutores	8	88,9%
TOTAL	09	100%

15. INFRAESTRUTURA

A infraestrutura disponibilizada pelo Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL), local de oferta do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública (CSTGP), é composta pelas seguintes instalações e equipamentos: Sala da Coordenação do Curso, equipada com computador, mobiliários de escritório, armários tipo arquivo, e estação de trabalho. Sala mobiliada para professores, equipada com computadores, impressora e armário com escaninhos; 20 salas de aulas climatizadas, com cerca de 50m² cada, equipadas com TV/projetor e computadores.

Biblioteca Universitária de Cachoeira (BUC), que atende ao Centro de Artes, Humanidades e Letras e integra o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (SIB/UFRB), constituído de seis bibliotecas. A Biblioteca Universitária de Cachoeira conta com ampla sala de leituras e a consulta ao acervo pode ser feita no local ou através do Pergamum, pela internet.

Laboratório de Edição de Áudio e Vídeo, ocupando área de 28m², climatizado, equipado com um pequeno estúdio e nove ilhas de edição compostas por 1 Mac OS com softwares instalados para formação, produção e edição de material audiovisual (clipes, documentários, filmes, telejornais, peças publicitárias para tv, redes sociais digitais etc.).

Laboratório de Informática com área de 46,6m², climatizado, conta com 15 computadores (Chromebooks) para estudantes da graduação e pós-graduação, para acesso às redes internacionais de dados.

Laboratório de Informática Avançada, ocupando área de 55,6m², climatizado, conta com computadores 23 IMacs OS. dispendo de softwares para edição materiais audiovisuais criados e editados pelos estudantes habilitados ou em formação.

Sala do setor de equipamentos e empréstimos, ambiente climatizado, com mobiliário apropriado para acondicionamento de câmeras fotográficas, objetivas e acessórios diversos, câmeras de filmagem e acessórios, mesas digitalizadoras, tablets etc.

Além das instalações de uso geral, o CSTGP possui um laboratório de pesquisa localizado na sala número 6 do Centro de Artes Humanidades e Letras, o qual possui um acervo de 03 tablet Samsung (10 polegadas) e 03 notebook dell inspiron (15 polegadas); 01 câmera fotográfica; 5 min gravadores; 5 estabilizadores; 1 tripé; 01 tripé profissional; 01

Impressora Kyocera (equipamentos que foram adquiridos com o Projeto Avaliação dos resultados dos instrumentos de políticas públicas de Agricultura Familiar e Economia Solidária financiados pela CAR/BNDES (Editais nº 01/10 e nº01/12).

Auditório Hansen Bahia – Com capacidade para até 90 pessoas, localizado no primeiro andar da Fundação Hansen Bahia.

Auditório do CAHL – Ambiente climatizado e equipado, com palco, camarim, sanitários e com capacidade para 250 pessoas.

Foyer do auditório do CAHL – Ambiente apropriado para exposições e realização de lançamentos de livros etc. Contando com sanitários.

Para se criar um ambiente on line com efetiva acessibilidade às informações e comunicações do Curso, seguiremos as diretrizes do e-MAG (Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico), conforme as normas do Governo Federal, em obediência ao Decreto 5.296, de 2.12.2004.

O CAHL possui 01 elevador que promove acessibilidade às salas de aulas e à biblioteca ambos localizados no primeiro pavimento do Centro. No térreo, tem-se salas de aula, sanitários, xerox e ampla área de convivência que podem ser amplamente acessadas pela entrada principal.

APÊNDICE I - CARACTERIZAÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES

COMPONENTES CURRICULARES DE NATUREZA OBRIGATÓRIA:

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO novo componente	SEMESTRE 1º
NOME DO COMPONENTE Introdução à Gestão Pública		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Obrigatória	FUNÇÃO Geral	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Conceitos e características de organizações públicas, gestão pública e administração pública. Teorias e funções administrativas sob o foco da Administração Pública: evolução histórica. Principais paradigmas da administração pública no Brasil. Princípios e ética nas organizações e gestão pública. Federalismo. Introdução à gestão pública municipal.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA SANTOS, C. S.. Introdução à Gestão Pública . São Paulo: Saraiva, 2006. PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon (Org). Administração pública . Coletânea. Trad. Sonia Midori Yamamoto; Miriam Oliveira. São Paulo: Editora UNESP, Brasília, DF: ENAP, 2010 TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. Estado, democracia e administração pública no Brasil . Rio de Janeiro: FGV, 2004		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BOULLOSA, Rosana de Freitas (Org). Dicionário para a formação em gestão social . Salvador: Editora CIAGS/UFBA, 2014 BERGUE, Sandro Trescastro. Modelos de Gestão em Organizações Públicas . Teorias e tecnologias para análise e transformação organizacional. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2011. DENHARDT, Robert B. Teorias da administração pública . Trad.e glossário Francisco G. Heidemann. São Paulo: Cengage Learning, 2012		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO novo componente	SEMESTRE 1º
NOME DO COMPONENTE Ciência Política		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 17		
NATUREZA Obrigatória	FUNÇÃO Geral	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Conceito de Política e Ciência Política, conceitos básicos – autoridade, legitimidade, liberdade, poder, democracia, republicanismo. Formação do Estado Moderno, Contratualismo, Democracia na tradição liberal, Elitismo e Pluralismo, Estado Contemporâneo – função social e econômica.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BBIO, N.; MATTEUCCI, N; PASQUINO, G. Dicionário de política . 12 ed. Brasília: Ed. da UNB, 2004. DAHL, R. A moderna análise política . RJ: Ed. Lido, 1966. WEFFORT, F. C. (org.) Os clássicos da política . SP: Ed. Ática, 2006		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR FERES JUNIOR, J. & POGREBINSCHI, T. Teoria política contemporânea : uma introdução. RJ: Elsevier, 2010. OFFE, C. Problemas estruturais do estado capitalista . RJ, Tempo Brasileiro, 1984 SCHUMPETER, J. Capitalismo, socialismo e democracia . RJ: Zahar, 1984. BOBBIO, Norberto. Teoria geral da política : a filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000. Capítulo 11, Mudança Política, p.577-637		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO CAH 225	SEMESTRE 1º
NOME DO COMPONENTE Sociologia Geral		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Obrigatória	FUNÇÃO Geral	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Releitura dos clássicos da sociologia e seus desdobramentos na modernidade, Marx e os marxismos; Weber e A escola sociológica alemã, Durkheim, positivismo e funcionalismo. As principais correntes teóricas e principais autores da Sociologia na contemporaneidade.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA DURKHIEM, E.. As regras do método sociológico . São Paulo: Editora Martin Claret, 2001. MARX, K.. A ideologia Alemã . São Paulo: Editora Martin Claret, 2004 WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo . São Paulo: Editora Martin Claret,		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ARON, R. As Etapas do Pensamento Sociológico . São Paulo: Editora Martins Fontes/editora UNB,1982. MARX K.. Manuscritos econômicos e filosóficos . São Paulo: edit. Martin Claret, 2005 GIDDENS, A. TURNNER, J. Teoria Social Hoje . São Paulo: UNESP, 1999		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO novo componente	SEMESTRE 1º
NOME DO COMPONENTE Introdução ao Estudo do Direito		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Obrigatória	FUNÇÃO Geral	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Objetos e finalidades da Ciência do Direito. Seres humanos, sociedades e Direito. O Direito e as Ciências afins; Ética e Moral. Conceitos sobre o Direito – teorias positivistas e pós positivistas. Estrutura e Validade da Norma Jurídica. Classificação das regras Jurídicas. Fontes do Direito; Relação Jurídica, Sujeitos do Direito e Personalidade Jurídica. Direitos subjetivos e difusos; Integração e aplicação do Direito; Os princípios Gerais do Direito; Dos Planos e Âmbitos do Conhecimento Jurídico e Fundamentos do Direito. Direito, ética e gestão pública.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. Introdução ao Estudo do Direito . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001. NADER, Paulo. Introdução ao Estudo do Direito . Rio de Janeiro: Forense. MONTORO, André Franco. Introdução à Ciência do Direito . São Paulo: Revista dos Tribunais.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BOBBIO, Norberto. Positivismo jurídico . São Paulo: Cone, 1999. WOLKMER, Antônio Carlos. Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura no Direito . São Paulo: Ed. Alfa Omega Ltda, 1994. LYRA FILHO, R. O que é Direito . 11o ed. São Paulo: Brasiliense, 1982 DINIZ, Maria Helena. Compêndio de introdução à ciência do direito . São Paulo: Saraiva. VENOSA, Sílvio de Salvo. Introdução ao estudo do Direito: primeiras linhas . São Paulo, Atlas		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO	SEMESTRE 1º
NOME DO COMPONENTE Introdução aos Estudos Acadêmicos		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 34	PRÁTICA 34
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA	FUNÇÃO	TIPO
Obrigatória	Geral	Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Pilares da vida universitária: ensino, pesquisa, extensão. Ética na vida acadêmica. Percurso formativo na graduação da UFRB: planejamento. Campo de Públicas e eixos de pesquisa na Gestão Pública: possibilidades de inserção. Fontes de informação e uso de bibliotecas e portais. Estratégias de estudo e leitura de texto acadêmico. Formatos da escrita acadêmica: artigos, resenhas, resumos, fichamentos, etc. Aspectos formais da escrita acadêmica. Normas ABNT de estruturação, citação e referenciamento.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BIANCHETTI, Lucidio; MEKSENAS, Paulo (Org). A trama do conhecimento . Teoria, método e escrita em ciência e pesquisa. 2ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2012 (Coleção Papirus Educação) LUBISCO, N.M.L; VIEIRA, S.C. Manual de Estilo Acadêmico : monografias, dissertações e teses. 5ª ed.revista e ampliada. Salvador: EDUFBA, 2013. 145p. SERPA, Felipe. Rascunho digital : diálogos com Felipe Serpa. - Salvador: Edufba, 2011		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR PIMENTEL, Carlos. Redação Descomplicada . São Paulo: Saraiva, 2008. Pereira MG. Artigos científicos : como redigir, publicar e avaliar. Rio de Janeiro: Editora Guanabara-Koogan,2011. KEINERT, T. M. M.O movimento “Campo de Públicas”: construindo uma comunidade científica dedicada ao interesse público e aos valores republicanos. Administração Pública e Gestão Social , v. 6, n. 4, p. 169-176, 2014.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO componente novo	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Administração Pública e Processos Gerenciais		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 17		
NATUREZA Obrigatória	FUNÇÃO Geral	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA <p>Funções gerenciais e introdução às grandes áreas na Administração Pública, com foco no planejamento-organização-direção-controle e administração de materiais e serviços e gestão de recursos materiais e patrimoniais. Sistemas de informação governamental. Fluxos e processos de gestão, com ênfase em serviços públicos.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA <p>SANTOS, Clézio Saldanha dos. Introdução à Gestão Pública. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2014. BRUDEKI, Nelson Martins; BERNARDI, Jorge. Gestão de serviços públicos municipais. Curitiba: Editora Intersaberes, 2014. MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru; NOHARA, Irene Patrícia. Gestão Pública: abordagem integrada e do direito administrativo. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2017.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR <p>BERGUE, Sandro Trescastro. Modelos de gestão em organizações públicas: teorias e tecnologias gerenciais para análise e transformação organizacional. Caxias do Sul: Educs, 2011. 701 p. COSTIN, Claudia. Administração Pública. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. MATIAS PEREIRA, José. Manual de Gestão Pública Contemporânea. 2. ed. São Paulo, SP: Editora Atlas, 2009 REZENDE, D. A. Alinhamento estratégico da tecnologia da informação ao planejamento estratégico: proposta de um modelo de estágios para a governança em serviços públicos. Revista de Administração Pública, 38 (4): 519 –42, 2004. SOUZA, Gleim Dias de; CARVALHO, Maria do Socorro M. V. de; LIBOREIRO, Manuel Alejandro Martínez. Gestão da cadeia de suprimentos integrada à tecnologia da informação. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 40, n. 4, p. 699-729, 2006.</p>		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO componente novo	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Gestão do Desenvolvimento e Território		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 17		
NATUREZA	FUNÇÃO	TIPO
Obrigatória	Geral	Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA		
Conceitos e escalas do território. Território e região. Os conceitos de desenvolvimento territorial, regional e local. A teoria do desenvolvimento endógeno. Capital social e desenvolvimento. Arranjos produtivos locais e gestão do desenvolvimento. Redes institucionais e territoriais. Gestão e governança territorial do desenvolvimento.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
BECKER, Dinizar F.; WITTMANN, Milton L. (Org.). Desenvolvimento regional : abordagens interdisciplinares. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2003. DOWBOR, Ladislau; POCHMANN, Marcio (Org.). Políticas para o desenvolvimento local . São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008. (1ª edição: outubro de 2010) FISCHER, Tania. (Org.) Gestão do desenvolvimento e poderes locais : marcos teóricos e avaliação. Salvador, BA: Casa da Qualidade, 2002.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
DALLABRIDA, Valdir R. (Org.). Governança territorial e desenvolvimento : descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais. Rio de Janeiro: Garamond, 2011 LAGES, Vinícius; BRAGA, Christiano; MORELLI, Gustavo. (Org.). Territórios em movimento : cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Brasília: Relume Dumará, 2004. PIRES, Elson L. S. [et al.]. Governança territorial : conceito, fatos e modalidades. Rio Claro: UNESP – IGCE: Programa de Pós-graduação em Geografia, 2011. Livre on line em: https://gen2011urc.files.wordpress.com/2012/06/livro-governanca-territorial_pires_fuini_mancini_piccoli.pdf .		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO componente novo	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Economia e Finanças Públicas		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 17		
NATUREZA Obrigatória	FUNÇÃO Geral	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA <p>A ciência econômica e seus conceitos fundamentais; agregados macroeconômicos; Renda/consumo/investimento; Inflação no Brasil: causas e consequências; políticas macroeconômicas: monetária, fiscal e cambial; Setor externo e balanço de pagamentos. As funções de governo e o gasto público; Sistema Tributário Brasileiro, Federalismo fiscal, Evolução da Carga Tributária; O Plano Real: Reformas Estruturais, o ajuste fiscal de 1999, acordos com o FMI e a Lei de Responsabilidade Fiscal; FMI e Soberania Nacional; Finanças Públicas e Federalismo; descentralização, tensões Federalistas e redistribuição de Encargos. Controle do Endividamento dos Estados e Municípios. Dívida pública, superávit fiscal e gasto público.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA <p>GIAMBIAGI, F.; ALEM, A. C. Finanças públicas: teoria e prática no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2011. REZENDE, F. A..Finanças públicas. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2011. GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. Economia brasileira contemporânea. 7 ed. reimpr. São Paulo: Atlas, 2014.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR <p>MANKIW, N. Princípios de macroeconomia. São Paulo: Pioneira Thomson Learning. 2005. 3ª. ed. BAER, W. A economia brasileira. São Paulo: Nobel, 1996. VASCONCELLOS, Marcos Antonio Sandoval; GARCIA, Manoel: Fundamentos de Economia. São Paulo. Saraiva; 2014. 5ª.ed.</p>		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO componente novo	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Formulação e Análise de Políticas Públicas		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS: 0		
NATUREZA Obrigatória	FUNÇÃO Geral	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA <i>Politic, policy e polity.</i> Conceitos e abordagens estadocêntricas e sociocêntricas. Modelos de análise de políticas públicas. Tipologias de políticas públicas. Ciclo de políticas públicas. Arenas e atores de políticas públicas. Redes de políticas públicas (<i>policy network</i>). Modelos de decisão (<i>policy making process</i>). Análise de instrumentos de políticas públicas.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA HOWLLET, M.; RAMESH; M. PERL, A. Políticas Públicas . Seus ciclos e subsistemas. Uma abordagem integral. 3 ed. Tradução: Francisco Heidermann, Rio de Janeiro: Elsevier, 2013 LACOUTES, P.; LE GALES, P. Sociologia da Ação Pública . Tradução e estudo introdutório: George Sarmento. Macéio: Edufal, 2012. SECCHI, Leonardo. Políticas públicas . Conceitos, esquemas de análise e casos práticos. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR CAPELLA, A. C. N. Análise de Políticas Públicas: da técnica às ideias. Ideias - Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. v.6, n. 2, Campinas: Unicamp, 2015, p. 13-34 PROCOPIUK, M. Políticas Públicas e Fundamentos da Administração Pública . São Paulo: Atlas, 2012. (Cap. 5) RODRIGUES, Marta M. Assumpção. Políticas públicas . São Paulo: Publifolha, 2010 (Folha Explica). RAEDER, Savio. Ciclo de Políticas: uma abordagem integradora dos modelos para análise de políticas públicas. Perspectivas em Políticas Públicas , V. VII, nº 13, Belo Horizonte, p. 121-146, jan/jun 2014 HEIDMAN, Francisco G.; SALM, José Francisco. Políticas públicas e desenvolvimento: bases Epistemológicas e modelos de análise , Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2009		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO componente novo	SEMESTRE 3º
NOME DO COMPONENTE Direito Administrativo		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Obrigatória	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Noções Gerais de Direito Administrativo. Princípios Básicos da Administração Pública. Os princípios constitucionais do Direito Administrativo e os poderes/deveres administrativos. Os atos administrativos e as pessoas jurídicas administrativas. Servidores públicos: regime jurídico e noções gerais. A responsabilidade civil do Estado e do gestor público. Controle da Administração Pública. Direito Administrativo, ética e o imperativo constitucional da eficiência na gestão pública.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro . 25ª. ed. São Paulo: Malheiros, 2004. MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo . 12ª. ed. São Paulo: Malheiros, 2000. PIETRO, Maria Sylvia Zanella de. Direito Administrativo . 12ª. ed. São Paulo: Atlas, 2000.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Direito Administrativo . 4ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2000. GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo . 8ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Municipal Brasileiro , São Paulo: Malheiros CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo . São Paulo: Atlas. MARQUES NETO, Floriano de Azevedo (Coord.). Direito e Administração Pública: estudos em homenagem a Maria Sylvia Zanella di Pietro . São Paulo: Atlas		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO componente novo	SEMESTRE 3º
NOME DO COMPONENTE Políticas Públicas, Participação e Sociedade Civil		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 17		
NATUREZA	FUNÇÃO	TIPO
Obrigatória	Geral	Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Os conceitos e sentidos da participação. Cultura política e instituições democráticas. Tipos e níveis de participação. Sociedade civil: conceitos e agentes estruturantes (movimentos sociais, ONGs, terceiro setor e novas redes de mobilização social). Arquitetura da participação no Brasil contemporâneo. Novas tecnologias, novas formas de participação e <i>accountability</i>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BORDENAVE, Juan E. Díaz. O que é participação . 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994 (Coleção Primeiros Passos, 95) ARNSTEIN, Sherry R. Uma escala da participação cidadã. Participe – Revista da Associação Brasileira para a Promoção da Participação, ano 2, n. 2, Porto Alegre: Núcleo, jan. 2002. GOHN, Maria da Glória. O protagonismo da sociedade civil . Movimentos sociais, Ongs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005 (Questões da Nossa Época, 123)		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR RAHNEMA, M. Participação. In: SACH, W. Dicionário do Desenvolvimento . Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 190-210, 2000. SOUTO, A. L. S.; PAZ, R. D. O. (orgs.) Novas lentes sobre a participação : utopias, agendas e desafios. São Paulo: Instituto Pólis, 2012, 132p. (Publicações Pólis, 52) Disponível em: www.polis.org.br/uploads/1585/1585.pdf Acesso em: 02 mai. 2013 AVRITZER,L.;NAVARRO,Z.(Org.). A inovação democrática no Brasil . São Paulo: Cortez,2002		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO componente novo	SEMESTRE 3º
NOME DO COMPONENTE Elaboração de Programa e Projetos Sociais		
CARGA HORÁRIA 85	TEÓRICA 51	PRÁTICA 34
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 34		
NATUREZA Obrigatória	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Projetos e Programas Sociais enquanto instrumento técnico e ético-político para atuação no campo social. O papel dos projetos e programas na vida das organizações. Marco Legal das OSCs. Formas de operacionalização da Ação Social: Política, Plano, Programa, Projeto e Ações. Ciclo dos projetos sociais. Metodologias participativas para elaboração. Etapas do planejamento e formulação de projetos. Avaliação e Monitoramento e Programas e Projetos Sociais. Prestação de Contas.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ARMANI, Domingos. Como elaborar Projetos? Guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais . Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004. KISIL, Rosana. Elaboração de Projetos e propostas para organizações da sociedade civil . São Paulo: Global, 2001. BEGOÑA, Gavilan et al. Guía para la gestión de proyectos sociales . Equipo del Observatorio del Tercer Sector de Bizkaia. 2010.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR SPITZ, André & PEITER, Gleyse. O planejamento de projetos sociais: dicas, tecnicas e metedologias. Rio de Janeiro: Oficina Social, Centro de Tecnologia, Trabalho e Cidadania, 2002. (Cadernos da Oficina Social) ABONG. Sustentabilidade das ONGs no Brasil: acesso a recursos privados . Rio de Janeiro: Abong, 2010. ABONG. Manual de fundos públicos: controle social e acesso aos recursos públicos . São Paulo: ABONG; Peirópolis, 2004. SANTOS, T. C. S. S.. Organizações da sociedade civil e as construções teóricas contemporâneas acerca da sustentabilidade. Cadernos Gestão Social , v. 2, p. 105-120, 2009.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO componente novo	SEMESTRE 3º
NOME DO COMPONENTE Orçamento Público		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA	FUNÇÃO	TIPO
Obrigatória	Específica	Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Sistema de Planejamento e Orçamento no Brasil, gestão por programas; integração planejamento e orçamento; eficiência do gasto público e custos; Ciclo de gestão dos recursos públicos: PPA, LOA e LDO; elaboração da lei orçamentária e execução orçamentária; As receitas públicas no orçamento; As despesas públicas no Orçamento; Fiscalização, Controle e avaliação da execução orçamentária; A Lei de responsabilidade fiscal.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA MATIAS PEREIRA, J.. Finanças públicas: a política orçamentária no Brasil .5ª. Ed. São Paulo. Atlas,2010. GIACOMONI, James. Orçamento público . 15ª Ed. São Paulo. Atlas, 2012. ALBUQUERQUE, Claudiano; MEDEIROS, Márcio; FEIJÓ, Paulo. Gestão de Finanças Públicas: Fundamentos e práticas de planejamento, orçamento e administração financeira com responsabilidade social . 2ª. Ed. Ed. Gestão pública. Brasília 2008		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ANDRADE, Nilton de Aquino. Contabilidade Pública na Gestão Municipal . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008. PISCITELLI, Roberto Bocaccio et al. Contabilidade Pública: uma abordagem da administração financeira pública . 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010. MATIAS, Alberto Borges. Administração Financeira Municipal . São Paulo: Atlas, 2000.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO componente novo	SEMESTRE 4º
NOME DO COMPONENTE Políticas Sociais no Brasil		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA	FUNÇÃO	TIPO
Obrigatória	Específica	Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Concepções e conceitos sobre política social. Direitos sociais. Categorias e modelos de Estado de Bem-estar. O planejamento e implementação das políticas sociais no Brasil. Proteção contributiva e não-contributiva. A seguridade social no Brasil: políticas de saúde, previdência social e assistência social. Sistemas federativos de políticas sociais. Intersectorialidade nas políticas sociais.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA PEREIRA, Potyara A. P. Política social: temas & questões . 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME (MDS), Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil . Brasília: MDS, Unesco, 2009 SPOSATI, A (org.) Proteção social: dilemas e desafios . São Paulo: Cortez, 1997.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR CARVALHO, J. M. Cidadania no Brasil . O longo caminho. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. Vozes do Bolsa Família . Autonomia, dinheiro e cidadania. Ed. revista e ampliada. São Paulo: Unesp, 2014 MATIJASCIC, Milko. Política Social Brasileira: conquistas e desafios . Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2015 ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do Welfare State. Tradução: Lua Nova , São Paulo, n. 24, set. 1991. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451991000200006&lng=en&nrm=iso . Acesso em 23 jan. 2015.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO componente novo	SEMESTRE 4º
NOME DO COMPONENTE Metodologia da Pesquisa		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA	FUNÇÃO	TIPO
Obrigatória	Específica	Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA		
Pesquisa aplicada à gestão pública. Teoria social e pesquisa social: perspectivas atuais. Valores e ética na pesquisa. Métodos, instrumentos e técnicas de pesquisa. Elaboração de projeto de pesquisa.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
FLICK, Uwe. Introdução à metodologia de pesquisa . Um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013		
LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. A construção do saber . Manual de metodologia da pesquisa em Ciências Humanas. Porto Alegre: Editora Artes Médicas; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999		
LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. Manual de Investigação em Ciências Sociais . Portugal: Gradiva, 1995		
RICHARDSON, Robert Jarry e colaboradores. Pesquisa Social : métodos e técnicas. São Paulo: Editora Atlas, 3ª edição revista e ampliada.		
DEMO, Pedro. Metodologia científica em Ciências Sociais . São Paulo: Editora Atlas, 1995. 3ª ed. Revista e ampliada.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO componente novo	SEMESTRE 4º
NOME DO COMPONENTE Sustentabilidade e Mobilização de Recurso em Organizações da Sociedade Civil		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 51	PRÁTICA 17
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 34		
NATUREZA	FUNÇÃO	TIPO
Obrigatória	Específica	Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Sustentabilidade e desenvolvimento institucional. Desafios contemporâneos: contextos e possibilidades. Sustentabilidade: perspectiva multidimensional. Planejamento e gestão da mobilização de recursos em organizações da sociedade civil. PMR - Plano de Mobilização de Recursos: estratégias. Autonomia Institucional. Rede de apoiadores. Novos formatos de Mobilização de Recursos.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ARMANI, Domingos. Mobilizar para Transformar . A Mobilização de Recursos nas Organizações da Sociedade Civil. São Paulo: Editora Peirópolis e Recife: Oxfam, 2008. PECCHIO, Rubem & ARMANI, Domingos. Novos desafios à luta por direitos e democracia no Brasil - Sustentabilidade das Organizações da Sociedade Civil . Aliança Interage: Recife, 2010. MENDONÇA, Patrícia et el. (org.) Arquitetura Institucional de Apoio às Organizações da Sociedade Civil no Brasil . São Paulo: FGV, 2013.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ABONG. Sustentabilidade das ONGs no Brasil: acesso a recursos privados . Rio de Janeiro: Abong, 2010. ABONG. Manual de fundos públicos: controle social e acesso aos recursos públicos . São Paulo: ABONG; Peirópolis, 2004. SILVA, Rogério & LUBAMBO, Paula. Mobilizar – A Experiência do Programa de Formação em Mobilização de Recursos da Aliança Interage . Recife: Aliança Interage, 2008. SIMÕES, Paulo. Entre a alma missionária e o espírito mercador - uma análise na cooperação não governamental holandesa no Brasil . Curitiba: APRIS, 2014. Elsa Kraychete; Denise Vitale. (Org.). Cooperação Internacional para o Desenvolvimento: desafios no século XXI . 1ed.Salvador: EDUFBA, 2013.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO componente novo	SEMESTRE 5º
NOME DO COMPONENTE Avaliação de Políticas e Projetos Sociais		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 34	PRÁTICA 34
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Obrigatória	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Conceito(s) de avaliação. Avaliação como ferramenta de gestão pública. Aspectos éticos da avaliação e do delineamento avaliativo. Finalidades e tipos da avaliação/ Técnicas e métodos de avaliação. Conceito(s), características e usos de indicador.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA MARINO, Eduardo. Manual de avaliação de projetos sociais . São Paulo: Saraiva: Instituto Ayrton Senna, 2003. RAUPP, Magdala; REICHLE, Adriana. Avaliação: ferramenta para melhores projetos . Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. RICO, E. M. (Org.). Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate . São Paulo: Cortez, 1998.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR CANO, Ignácio. Introdução à avaliação de programas sociais . 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. SILVA, Maria Ozanira da Silva (Org.). Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática . São Paulo: Veras, 2001. FRANCO, Ernesto Cohen Rolando. Avaliação de projetos sociais . São Paulo: Vozes, 2000. BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre. Avaliação participativa de programas sociais . São Paulo: Veras/CPIHTS, 2000. ELLIOT, Ligia Gomes (Org.) Instrumentos de avaliação e pesquisa: caminhos para construção e validação . Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO componente novo	SEMESTRE 5º
NOME DO COMPONENTE TCC I		
CARGA HORÁRIA 34	TEÓRICA 34	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Obrigatória	FUNÇÃO Específica	TIPO Atividade de orientação individual
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Elaboração do projeto de TCC. Tipos possíveis de projeto de TCC: diagnóstico, intervenção e avaliação. Produtos de TCC: monografias, casos de ensino, projetos de instrumentos de gestão e de políticas públicas, vídeo, desenvolvimento de tecnologias de gestão, desenvolvimento de materiais instrucionais (cartilhas, guias etc.), outros produtos tecnológicos. Exame de qualificação (seminário).		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA MOROZ, M.; GIANFALDONI, M. H. T.A. O processo de pesquisa . Iniciação. Brasília: Liber livro Editora, 2006 SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico . 23 ed. São Paulo: Cortez, 2008 LUBISCO, N.M.L; VIEIRA, S.C. Manual de Estilo Acadêmico : monografias, dissertações e teses. 5ª ed.revista e ampliada. Salvador: EDUFBA, 2013. 145p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR SALOMON, D.V. Como fazer monografia . 11 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008 BEZZON, L.C. Guia prático de monografias, dissertações e teses . Campinas: Alínea, 2004. MARTINS, G.A.; LINTZ, A. Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso . São Paulo: Atlas, 2000.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO componente novo	SEMESTRE 5º
NOME DO COMPONENTE Gestão de Pessoas no Serviço Público		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 17		
NATUREZA	FUNÇÃO	TIPO
Obrigatória	Específica	Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA As pessoas na Gestão Pública. Gestão estratégica de recursos humanos no setor público. As vertentes do estudo das competências em gestão de pessoas. Subsistemas da gestão de pessoas: Suprimento, Aplicação, Manutenção, Desenvolvimento e Controle. Aspectos contemporâneos do comportamento das organizações públicas.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BERGUE, Sandro Trescastro. Gestão de pessoas em organizações públicas . 2. ed. Caxias do Sul: Educs, 2007. 432 p. COSTIN, Claudia. Administração Pública . Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. PANTOJA, M. J.; CAMÕES, M. R. S.; BERGUE, S. T. (org.) Gestão de Pessoas: bases teóricas e experiências no setor público . Brasília: ENAP , 2010, p. 143-174..		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ARAUJO, Luis César G. de. Gestão de Pessoas: estratégias e integração organizacional . São Paulo: Atlas, 2006. BERGUE, Sandro Trescastro. Modelos de gestão em organizações públicas: teorias e tecnologias gerenciais para análise e transformação organizacional . Caxias do Sul: Educs, 2011. 701 p. CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos na organização . 4. ed. Editora Manole, 2014. VERGARA, Sylvia. (Org.). Gestão com Pessoas e Subjetividade . São Paulo: Atlas, 2001.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO componente novo	SEMESTRE 6º
NOME DO COMPONENTE Planejamento Estratégico no setor público		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 17		
NATUREZA Obrigatória	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Conceitos e importância do planejamento na gestão pública. Gestão estratégica no setor público. Dimensões estratégica, tática e operacional do planejamento público. Metodologias e instrumentos de planejamento estratégico. Desafios do planejamento estratégico no Brasil contemporâneo.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA WRIGHT, Peter; KROLL, Mark J.; PARNELL, John A. Administração estratégica: conceitos . São Paulo: Atlas, 2010. CARDOSO JR, José Celso. A Reinvenção do Planejamento Governamental no Brasil . Volume 4, Diálogos para o Desenvolvimento, IPEA, 2011. BARNEY, Jay B.; HESTERLY, William S. Administração Estratégica e Vantagem Competitiva . Prentice Hall Brasil, Ed. 3., 2011.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR CARDOSO JR, José Celso; COUTINHO, Ronaldo. Planejamento estratégico governamental em contexto democrático: lições da América Latina -2013 . Brasília: ENAP, 2014 (Cadernos EIAPP) MATIAS PEREIRA, José. Governança no Setor Público . São Paulo, SP: Editora Atlas, 2010. PFEIFFER, Peter. Planejamento estratégico municipal no Brasil: uma nova abordagem . Texto para discussão ENAP. Brasília. Enap, 2000. GIACOMONI, James. Orçamento público . 15ª Ed. São Paulo. Atlas, 2012. REPETTO, Fabian et all. Reflexões para Ibero-América: Planejamento Estratégico . Brasília: ENAP, 2009. p.21-36.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO componente novo	SEMESTRE 6º
NOME DO COMPONENTE TCC II		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA:	PRÁTICA 68
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Obrigatória	FUNÇÃO Específica	TIPO Atividade de orientação individual
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso. Elaboração do texto final. Defesa do trabalho.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA MOROZ, M.; GIANFALDONI, M. H. T.A. O processo de pesquisa . Iniciação. Brasília: Liber livro Editora, 2006 SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico . 23 ed. São Paulo: Cortez, 2008 LUBISCO, N.M.L; VIEIRA, S.C. Manual de Estilo Acadêmico : monografias, dissertações e teses. 5ª ed. revista e ampliada. Salvador: EDUFBA, 2013. 145p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR SALOMON, D.V. Como fazer monografia . 11 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008 BEZZON, L.C. Guia prático de monografias, dissertações e teses . Campinas: Alínea, 2004. MARTINS, G.A.; LINTZ, A. Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso . São Paulo: Atlas, 2000.		

COMPONENTES CURRILARES DE NATUREZA OPTATIVA:

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO GCECULT 539	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Administração e gestão pública		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Principais modelos de administração: patrimonialista, burocrático, nova gestão pública e papéis do Estado. Evolução e características da administração pública no Brasil; as singularidades brasileiras; novos cenários e novos desafios. As tendências internacionais de mudança da gestão pública. Instrumentos gerenciais contemporâneos no cenário de mudanças mundiais. Globalização; desenvolvimento tecnológico, desigualdades e seu impacto sobre o Estado e a sociedade. O sistema político brasileiro e suas consequências sobre o Estado e a gestão. Participação cidadã e sua influência na Gestão Pública e no controle social das ações governamentais.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA COSTIN, Claudia. Administração Pública . Rio de Janeiro: Campus Editora, 2010. FIEL FILHO Alécio; KANAANE, Roberto; FERREIRA, Maria das Graças (Orgs.). Gestão Pública: Planejamento, Processos, Sistemas de Informação e Pessoas . São Paulo: Atlas, 2010. MATIAS-PEREIRA, José. Manual de Gestão Pública Contemporânea . São Paulo: Atlas, 2012.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BERGUE, Sandro Trescastro. Modelos de gestão em organizações públicas: teorias e tecnologias para análise e transformação . Caxias do Sul-RS: EDUCS, 2011. CARNEIRO, Margareth Fabiola dos Santos. Gestão Pública . Rio de Janeiro: Brasport, 2010. KUNSCH, Margarida M.K.(Org.). Gestão estratégica em comunicação organizacional e relações públicas . São Caetano do Sul-SP: Difusão editora, 2009. TORQUATO, Gaudêncio. Tratado de comunicação organizacional e política . São Paulo: Cengage Learning, 2010.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO GCAH 460	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Administração e políticas públicas		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Conceitos e fundamentos básicos de administração pública. As políticas sociais como espaço de atuação governamental. Tendências, aportes teóricos e modelos gerenciais de organização de políticas públicas e serviços sociais. Democratização e estratégias de gestão pública. Tecnologias de gestão, planejamento, avaliação e monitoramento de políticas públicas.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BARREIRA & CARVALHO (orgs.). Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais . São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001. BENTO, Leonardo Valles. Governança e governabilidade na reforma do Estado : entre eficiência e democratização. São Paulo: Manole. 2003. BOBBIO, Norberto. Estado, Governo e Sociedade : para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1992. NUNES, Edson. A gramática política do Brasil : clientelismo e insulamento burocrático. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2003. SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.) Democratizar a democracia : os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: civilização Brasileira. 2002		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR AMATO, Pedro Muñoz. Introdução à administração pública . Rio de Janeiro: FGV, 1971. ARRETCHE, Marta. Políticas Sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. Revista Brasileira de Ciências Sociais . V.14, nº 40, junho de 1999. FARAH, Marta F. S e BARBOZA, Hélio B. (org.). Novas experiências em gestão pública e cidadania . Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. HABERMAS, J. Mudança estrutural da esfera pública . Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984 LARANJEIRAS, Solange (org.). Os movimentos Sociais na América Latina . São Paulo: Hucitec, 1990.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO componente novo	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Administração Pública Comparada		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Administração pública e cultura política brasileira. Análise comparada das Reformas Administrativas do Estado: princípios e estratégias. Sistemas de governança internacionais. Organizações econômicas internacionais e influência no estado brasileiro. Políticas comerciais, financeiras e monetárias. Relações Norte/Sul e Sul/Sul. Estruturas de interface governamental.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ENAP. Experiências internacionais voltadas para a satisfação dos usuários - cidadãos com os serviços públicos. Brasília: ENAP, 2000. Texto para discussão, n. 42. 65f (mimeo). HEIDEMANN, F. G & SALM, J. F. Políticas Públicas e Desenvolvimento . Bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: UnB, 2009 PAULA, Ana Paula Paes de. Por uma nova gestão pública . Rio de Janeiro: FGV, 2005.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR DENHARDT, Robert. Teoria Geral de Organizações Públicas . 4.ed. Tradução: Francisco G. Heidemann. Thomson/Wadsworth, 2004. DUPAS, Gilberto. Tensões Contemporâneas entre o Público e o Privado . São Paulo: Paz e Terra, 2003 FERLIE, Ewan et alii. A nova administração pública em ação . Brasília: Edunb; Enap, 1999		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO CAH 784	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Administração Pública no Brasil: Análise Política		
CARGA HORÁRIA 34	TEÓRICA 34	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Administração pública no Brasil Colônia: reflexão sobre impactos na atualidade; Coronelismo e administração pública; Formação do Estado Nacional: burocracia com clientelismo; Regime militar e administração pública; Governo de coalizão: a persistência do clientelismo no gerencialismo		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil . SP: Companhia das Letras, 1995. NUNES. Edson. Gramática política brasileira : clientelismo e insulamento burocrático. RH: Zahar, 1997. SCHWARTZ, STUART. Burocracia e sociedade no Brasil colonial : a suprema corte da Bahia e seus juízes 1609 a 1651. SP: Perspectiva, 1979.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR CARDOSO, Fernando Henrique. Autoritarismo e democratização . RJ: Paz e Terra, 1975. FAORO, Raymundo. Os donos do poder : formação do patronato político brasileiro. SP: Globo, 2001. LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto : o município e o regime representativo no Brasil. SP: Alfa Ômega, 1993.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO CAH699	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Antropologia, Gênero e Sexualidade		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Geral	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Sexualidade, Gênero e a Antropologia Clássica; O Tabu do Incesto e A Antropologia; Dispositivo da Sexualidade; Etnografia do Gênero e da Sexualidade; Sexualidade e Cultura Brasileira; Antropologia Feminista; Masculinidades; Estudos Gays e Lésbicos.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ARILHA, M.; UNBEHAUM, S.; MEDRADO, B. (Orgs.) Homens e Masculinidades. Outras Palavras. São Paulo: Ecos; Editora 34, 2001. HEILBORN, Maria Luiza (Org.). Sexualidade. O Olhar das Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. MALINOWSKI, Bronislaw. Sexo e repressão na sociedade selvagem. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BENEDETTI, M. Toda feita: o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2005. HERITIER, F. Masculino e feminino: o pensamento da diferença. Lisboa: Instituto Piaget, 1996. PARKER, Richard. Corpos, Prazeres e Paixões. A cultura sexual no Brasil contemporâneo. São Paulo: Editora Best Seller, 1991. PISCITELLI, Adriana, GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio (Orgs.) Sexualidades e saberes: convenções e fronteiras. Rio de Janeiro: Ed. Garamond Universitária, 2004. SCHPUN, Monica R (Org.). Masculinidades. Santa Cruz dos Sul: Editempo editorial, EDUNISC, 2004.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO GCAH 104	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Antropologia I		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Geral	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA O que é a Antropologia. Constituição histórica da disciplina. Relações de alteridade; Etnocentrismo e Relativismo; Natureza e Cultura; Raça e Etnia. Conhecimento antropológico e compreensão da sociedade brasileira contemporânea.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA LAPLATINE, FRANÇOIS. Aprender Antropologia . São Paulo: Brasiliense, 2007. LARAIA, Roque de Barros. Cultura : um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. SCHWARCZ, Lilia Moritz. O Espetáculo das Raças . São Paulo: Cia das Letras, 1993.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Sobre o Pensamento Antropológico . Editora Tempo Brasileiro, 2003. CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Antropologia do Brasil : mito, história e etnicidade. São Paulo: Brasiliense, 1984. DAMATTA, Roberto. Relativizando . Uma introdução a Antropologia Social. Rio de Janeiro: Rocco, 1993. SAID, Edward. Orientalismo : o oriente como invenção do ocidente. SP: Companhia das Letras, 2007. TODOROV, Tzvetan. A conquista da América : a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 1993		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO GCAH 564–4	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Comportamento Eleitoral		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Teorias sobre o comportamento eleitoral. A constituição de clivagens e as preferências políticas. Os históricos brasileiros e a literatura comparada do comportamento eleitoral. Pesquisas qualitativas e análise de comportamento recente do eleitorado.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ALMEIDA, Alberto Carlos. A Cabeça do Eleitor. Rio de Janeiro. Record. 2008. BAQUERO, Marcelo. A Pesquisa Quantitativa em Ciências Sociais. Porto Alegre. Ed. UFRGS. 2009. FERRAZ, Francisco. Manual Completo de Campanha Eleitoral. L&PM Editores.2003.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ALMEIDA, Alberto Carlos. Os Erros na Pesquisas Eleitorais. Rio de Janeiro. Record. 2009. DALTON Russell and KLINGEMANN Hans-Dieter. The Oxford Handbook of Political Behavior. Oxford University Press, 2007. FIGUEIREDO, Marcus. A Decisão do Voto - Democracia e Racionalidade. Belo Horizonte, Ed. UFMG. 2008. KUNTZ, Ronald. Marketing Eleitoral: manual de campanha eleitoral. São Paulo: Global Editora. 2006. SINGER, André. Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro. São Paulo. EDUSP, 2002		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO GCAH 604	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Cooperativismo e capital social		
CARGA HORÁRIA 34	TEÓRICA 34	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Conceito e história do Cooperativismo. Funcionamento e objetivos de empresas cooperativas. Legislação aplicada. Tipos de cooperativas. Estatutos sociais. Capital social.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ABRANTES, José. Associativismo e cooperativismo : como a união de pequenos empreendedores pode gerar emprego e renda no Brasil. Rio de Janeiro: Interciência, 2004. PUTNAM, Robert D. Comunidade e democracia : a experiência da Itália moderna.– 5. ed. –Rio de Janeiro: FGV, 2007. RECH, Daniel. Cooperativas : uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. Economia e gestão de organizações cooperativas . 2.ed. São Paulo: Atlas, 2012. HESPANHA, Pedro. ...[et al.]. (Coord.). Dicionário internacional da outra economia . Coimbra: Almedina, 2009. (Série Políticas Sociais; 01) HIGGINS, Silvio S. Fundamentos teóricos do capital social . Chapecó, SC: Argos, 2005. MELO, Ana B. Cooperativismo e trabalho autogestionário : entre o real e o possível. Curitiba: Appris, 2012. MOTTA, Vânia C. da. Ideologia do capital social : atribuindo uma face mais humana ao capital. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO GCAH 141	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Cultura Baiana		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Significados de uma noção de cultura baiana. Formação da cultura baiana: matrizes histórico-antropológicas e estéticas. Panorama histórico recente da cultura na Bahia: cultura ornamental; avant garde; “reafricanização”; mercado, indústrias da cultura. A inscrição significativa da Bahia no contexto cultural brasileiro. Cultura baiana e cultura na Bahia. Os sentidos do texto identitário da baianidade. Situação atual, perspectivas e desafios da cultura baiana.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BACELAR, Jefferson. Etnicidade : ser negro em Salvador. Penha: Ianamá, 1989. PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. Aldeamento de Salvador no século XVI. Revista da Bahia , n. 18, set./nov., 1990. p. 39-48. REIS, João José. Escravidão e Invenção da Liberdade . São Paulo: Brasiliense, 1988.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. Algazarra nas ruas : comemorações da independência da Bahia (1889-1923). Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1999. REIS, João José. A morte é uma festa Ritos fúnebres desenham perfil do Brasil imperial. Folha de São Paulo. Caderno Letras, 02.11.1991. RISÉRIO, Antonio. Caymmi : uma utopia de lugar. São Paulo: Perspectiva, 1993. RISÉRIO, Antonio. Uma história da Cidade da Bahia . Salvador: Omar G.,2000. VERGER, Pierre. Notícias da Bahia - 1850. Salvador: Corrupio, 1981. 237p.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO componente novo	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Cultura e Criatividade na Economia e no Desenvolvimento		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Conceitos de cultura e de criatividade. Conteúdos da economia relacionados à cultura e a criatividade. Economia da cultura e economia criativa. Atribuição de valor aos produtos e serviços culturais: valor econômico e valor cultural – valor simbólico. Indústrias culturais e indústrias criativas. Escopo dos setores culturais e criativos e cadeias produtivas associadas. Cultura e economia criativa no crescimento econômico e no desenvolvimento: endógeno, local/regional e sustentado. Cultura, economia criativa e território: cidades criativas, APLs ou pólos criativos - territórios criativos. O papel do Estado na esfera da cultura e da economia criativa por meio de políticas públicas: articulação entre Estado, mercado e sociedade civil - governança.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA D'AGUIAR, Rosa F. (Org.). Celso Furtado e a dimensão cultural do desenvolvimento. Rio de Janeiro: E-papers: Centro Internacional Celso Furtado, 2013. (Pensamento Crítico; 2) FLORIDA, Richard. A ascensão da classe criativa ... e seu poder na transformação do trabalho, do lazer, da comunidade e do cotidiano. Porto Alegre, RS: L&PM, 2011. REIS, Ana C. F. Economia da cultura e desenvolvimento sustentável: o caleidoscópio da cultura. São Paulo: Manole, 2006.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BOLAÑO, César R. S. (Org.). Cultura e desenvolvimento: reflexões à luz de Furtado. Salvador; Brasília: EDUFBA, 2015. TOLILA, Paul. Cultura e economia: problemas, hipóteses, pistas. São Paulo: Iluminuras: Itau Cultural, 2007. http://d3nv1jy4u7zmsc.cloudfront.net/wp-content/uploads/itau_pdf/000577.pdf WOOD JR., Thomaz; BENDASSOLLI, Pedro F.; KIRSCHBAUM, Charles; PINA E CUNHA, Miguel (Coord.) Indústrias criativas no Brasil. São Paulo: Atlas, 2009.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO GCAH 706	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Cultura Popular		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Cultura Popular e Cultura de Massas; Cultura Popular e Identidade Nacional; Hegemonia e Contra Hegemonia; Indústria Cultural; Cultura Afro-Brasileira; Festa, Simbolismo e Ritual; Patrimônio Cultural; Diversidade Cultural.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ADORNO, Theodor W. Indústria cultural e sociedade . Paz e Terra, 2002. BOSI, Ecléa. Cultura de massa e cultura popular . Petrópolis: Vozes, 2003. ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional . São Paulo: Brasiliense, 1998.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ALMEIDA, Guido de; ADORNO, Theodor W; HORKHEMEIR, Max. Dialética do Esclarecimento . Rio de Janeiro, Jorge Zahar. 1985. BAKHTIN, Mikhail. A cultura popular na idade média e no renascimento . São Paulo: Hucitec Editora, 2010. CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro; GONÇALVES, José Reginaldo Santos. As festas e os dias . Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009. FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra Cássia Araújo. O que é patrimônio cultural imaterial . São Paulo: Brasiliense, 2008. GRAMSCI, Antônio. Literatura y vida nacional . Madri: Cuarenta, 2010.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO GCAH462	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Desenvolvimento de comunidade		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA O conceito de desenvolvimento comunitário. A importância das ações comunitárias. A relação comunidade e sociedade civil. Organização e articulação de grupos comunitários. A articulação de redes comunitárias.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BHABHA, H. K. O local da cultura . Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003. DOWBOR, Ladislau. Introdução ao planejamento municipal . São Paulo: Brasiliense, 1987. GEERTZ, C. O saber local. Novos ensaios de antropologia interpretativa . Petrópolis: Vozes, 2002. HERMET, G. Cultura e desenvolvimento . Petrópolis: Vozes, 2002 IANNI, Octavio. A era do globalismo . Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996 (2ª edição). SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção . São Paulo: Hucitec, 1996.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR COHEN, E.; FRANCO, R. Avaliação de projetos sociais . 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1993. FARAH, Marta F. S. e BARBOZA, Hélio B. (org.). Novas experiências em gestão pública e cidadania . Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. HESSELBEIN, Francis; GOLDSMITH, Marshall; BERCKHARD, Richard; SCHUBERT, Richard F. A comunidade do futuro . Peter F. Drucker Foundation, 2 ed., São Paulo: Editora Futura, 2001. RICO, Elizabeth de M. & DEGENSZAJN, Raquel R. Gestão Social: uma questão em debate . São Paulo, EDUC, 1999. TENÓRIO, Fernando G. Gestão Social: uma perspectiva histórica. Revista de Administração Pública . Rio de Janeiro, fundação Getúlio Vargas, v. 32, 1998.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO GCAH 602	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Desigualdades Sociais e Raciais		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Analisar o processo de institucionalização do debate em torno das desigualdades raciais e sociais no Brasil. Examinar conceitos relacionados à problemática racial, bem como avaliar as políticas sociais voltadas para a população negra.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Classes, raça e democracia . SPA: EDUSP, 2002. HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Vale e LIMA, Márcia. Cor e estratificação social . RJ: Contracapa, 1999. SOUZA, Jessé. A invisibilidade da desigualdade brasileira . MG: Ed. UFMG, 2006.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BOBBIO, N. A era dos direitos . RJ: Campus, 1992. ORTIZ, Renato. Universalismo e diversidade: contradições da modernidade-mundo . SP: Boitempo, 2015. SCOTT, Joan. O enigma da igualdade. Estudos Feministas , V. 13, N.1, 2005.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO CAH 779	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Direito Constitucional		
CARGA HORÁRIA 34	TEÓRICA 34	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Constituição. Direitos e garantias fundamentais. Direitos Sociais. Divisão Espacial do Poder – Organização do Estado. Divisão Orgânica do Poder. Ordem Social. Ordem Econômica e Financeira.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado . 16ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional . 28ª. ed. São Paulo: Atlas, 2012. SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo . 35.ª ed. São Paulo: Malheiros, 2012.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BARROSO, Luiz Roberto. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo . 3ª.ed. São Paulo: Saraiva, 2011. BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional . 27.ª ed. São Paulo: Malheiros, 2012. BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). A Constituição e o Supremo . 3ª. ed. Brasília: Secretaria de Documentação, 2010. TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional . 10ª. Ed. São Paulo: Saraiva, 2012. SARLET, Ingo. Wolfgang. Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988 . 9ª. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011. AGRA, Walber de Moura. Curso de Direito Constitucional . 7ª. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO CAH 781	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Direito do Consumidor		
CARGA HORÁRIA 34	TEÓRICA 34	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA A importância do Direito do Consumidor na Sociedade de Massa. Evolução histórico-legislativa do Direito do Consumidor. Fundamentos constitucionais da tutela consumerista no Brasil. Âmbito de incidência das normas de proteção do mercado de consumo. A caracterização das relações de consumo: aspectos controvertidos. A Política Nacional das Relações de Consumo (PNRC): propósitos e princípios. Tutela da vida, saúde e segurança: responsabilidade extracontratual no CDC. A responsabilidade civil no Direito do Consumidor. Responsabilidade pré-contratual e contratual. Oferta. Publicidade. Práticas abusivas. A gestão pública e a implementação da PNRC.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA GRINOVER, Ada Pellegrini <i>et alli</i> . <i>Código de defesa do consumidor comentado pelos autores do anteprojeto</i> . Rio de Janeiro: Forense Universitária. MARQUES, Claudia Lima. <i>Contratos no Código de Defesa do Consumidor</i> . São Paulo: RT. NUNES, Luiz Antonio Rizzatto. <i>Curso de Direito do Consumidor</i> . São Paulo: Saraiva.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR MARQUES, Cláudia Lima e outros. <i>Comentários ao Código de Defesa do Consumidor: arts 1º a 74: aspectos materiais</i> . São Paulo: Revista dos Tribunais. FILOMENO, José Geraldo Brito. <i>Curso Fundamental de Direito do Consumidor</i> . São Paulo: Atlas. ALVIM, Arruda e outros. <i>Código do Consumidor comentado</i> . São Paulo: RT. SOUZA, Miriam de Almeida Souza. <i>A política legislativa do consumidor no direito comparado</i> . Belo Horizonte: Nova Alvorada. BRASILCON – Instituto Brasileiro de Política e Defesa do Consumidor. <i>Revista de Direito do Consumidor</i> . São Paulo: Revista dos Tribunais.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO componente novo	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Direito do trabalho e previdenciário		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA	FUNÇÃO	TIPO
Optativa	Específica	Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA		
Introdução ao Direito do Trabalho. Contrato de Trabalho e Relação de Trabalho. Empregado. Empregador. Admissão do Empregado. A Duração do Trabalho. Salário e Remuneração. FGTS. Término de Contrato de Trabalho. Seguro Desemprego. Estudo do Direito da Seguridade Social. Previdência Social. Benefícios e custeios. Assistência Social. Benefícios assistenciais.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
MARTINS, Sérgio Pinto. Curso de Direito do Trabalho . São Paulo: Atlas, 2011. NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito do Trabalho . São Paulo: Saraiva, 2011. VIANNA, C. S. V. Manual Prático das Relações Trabalhistas . 9ª ed. rev. atual., São Paulo: LTr, 2008.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
DELGADO, Maurício Godinho. Curso de Direito do Trabalho . São Paulo: Ltr, 2011. IBRAHIM, Fábio Zambitte. Curso de Direito Previdenciário . 11a. ed. Rio de Janeiro: Ímpetus. 2008. MARTINS, Sérgio Pinto. Direito da Seguridade Social . São Paulo: Atlas. 2002.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO componente novo	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Direito tributário		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA	FUNÇÃO	TIPO
Optativa	Específica	Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Sistema Tributário Nacional, elementos estruturais. Distribuição das competências tributárias. Tributos da União. Tributos dos Estados e do Distrito Federal. Tributos dos Municípios. Impostos Sobre o Patrimônio. Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. Impostos Sobre a Produção e Circulação. Contribuições. Taxas e Contribuição de Melhoria.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de direito tributário . 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. 681p. MACHADO, Hugo de Britto. Curso de Direito Tributário . São Paulo: Malheiros. 2010. 574p. RIBEIRO, Roberto Luiz. Direito tributário brasileiro: parte geral . Goiânia: Kelps, 2008. 278p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR FREITAS, Vladimir Passos; CALMON, Eliana. Código tributário nacional comentado : 4. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. 1087 p. MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário , 20ª ed. São Paulo: Malheiros, 2002. ROSA JR., Luiz Emygdio. Manual de Direito Financeiro e Tributário . Rio de Janeiro/São Paulo: Renovar, 1998.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO GCAH197	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Diretos Humanos		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA	FUNÇÃO	TIPO
Optativa	Específica	Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA		
A construção social do Direito ao longo da história. Direito Natural x Direito Positivo. Liberdades individuais e positivação do Direito. Direito Internacional x Direito Interno. A posição dos Direitos Humanos (DHs). História dos Direitos Humanos. ONU e DHs. Tratados Internacionais x Normas de direito interno. A posição do STF. Sistemas de Proteção aos DHs. Sistema global. Sistemas regionais. Sistemas locais. Comissão interamericana de DHs. Corte interamericana de DHs. Direitos Humanos específicos: a luta contra discriminações e vulnerabilidades. Debates atuais sobre DHs.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
PIOVESAN, Flávia e CRUZ, Júlia Cunha. <i>Curso de Direitos Humanos: sistema interamericano</i> . Rio de Janeiro: Forense, 2021.		
PIOVESAN, Flávia; FACHIN, Melina Girardi e MAZZUOLI, Valério de O. <i>Comentários à Convenção Americana sobre Direitos Humanos</i> . Rio de Janeiro: Forense, 2019.		
MAZZUOLI, Valério de O. <i>Direitos Humanos na Jurisprudência Internacional: sentenças, opiniões consultivas, decisões e relatórios internacionais</i> . São Paulo: Método, 2019.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
BAUMAN, Zygmunt. <i>GLOBALIZAÇÃO: as consequências humanas</i> . Rio de Janeiro: Zahar, 1999.		
BAUMAN, Zygmunt. <i>Estranhos à nossa porta</i> . Rio de Janeiro, Zahar, 2017.		
MELLO, Celso de A. (Coord). <i>Anuário Direito e globalização: A SOBERANIA</i> . PIDIG/UERJ. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.		
SEITENFUS, Ricardo. <i>Relações Internacionais</i> . Barueri/SP: Manole, 2004.		
SOUZA, Jessé. <i>Como o racismo criou o Brasil</i> . Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO CAH 359	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Economia brasileira contemporânea		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA	FUNÇÃO	TIPO
Optativa	Específica	Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA		
A economia brasileira após a crise internacional de 1929; o Modelo de Substituição de Importações; o debate Nacional versus Nacional-Desenvolvimentismo; o Plano de Metas; a crise do início dos anos 60; recuperação e expansão econômica; os choques externos e as tentativas de ajuste da economia; os planos heterodoxos; abertura comercial; planos Collor e Real; Governo Lula e Dilma e perspectivas contemporâneas.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
BAER, W. A Economia Brasileira . São Paulo: Nobel, 2002.		
GREMAUD, A. P., TONETO, JR., R. VASCONCELOS, M.A. Economia Brasileira Contemporânea . São Paulo: Atlas, 2011.		
ABREU, M. P. A ordem do progresso : 100 anos de política econômica republicana- 1889/1989. Rio de Janeiro: Campus, 1992.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento Econômico Brasileiro : O ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo. 2ª ed. (revista), Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.		
BRUM, A.J. Desenvolvimento Econômico Brasileiro . Ed. Vozes, 1997		
FURTADO, Milton Braga. Síntese da Economia Brasileira . Rio de Janeiro: LTC, 2000.		
LANZANA, A.E.T. Economia brasileira Contemporânea . 2002		
REZENDE FILHO, C.B. Economia brasileira contemporânea . São Paulo: Contexto, 2002.		
MENDONÇA, Sônia Regina de. Estado e Economia : Opções de Desenvolvimento. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO GCAH 390	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Economia da Cultura		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Campo da economia da cultura: artes, patrimônio cultural, indústrias culturais e indústrias criativas. Impacto das novas tecnologias nas artes e na cultura. Globalização, diversidade cultural e economia da cultura. Economia da cultura e propriedade intelectual. Economia da cultura e desenvolvimento. Políticas culturais e economia da cultura. Financiamento da cultura.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BENHAMOU, Francoise. Economia da Cultura. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007. BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 2005. LIMA, Luiz Costa (org.) Teoria da cultura de massa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BANDEIRA, Antonio Alfredo Bertini de Torres. Economia Da Cultura - A Indústria do Entretenimento e o Audiovisual no Brasil. São Paulo: Saraiva, 2008. CRIBARI, Isabel (org.). Economia da Cultura. Recife: Massangana, 2009. EARP, Fábio Sá. Pão e circo: fronteiras e perspectivas da economia do entretenimento. Rio de Janeiro: Palavra e Imagem, 2002. THORSBY, David. Economía y cultura. Madrid: Cambridge University Press, 2001. TOLILA, Poul. Economia e Cultura. São Paulo: Iluminura, 2007.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO GCAH 840	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Economia do setor público		
CARGA HORÁRIA 34	TEÓRICA 34	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Definições e avaliação do setor público. Teorias dos bens públicos. Despesas. Receitas. Sistemas tributários e federalismo fiscal. Crédito e dívida pública. Lei de Responsabilidade Fiscal.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA MATIAS PEREIRA, J.. Finanças públicas : a política orçamentária no Brasil.5ª. Ed. São Paulo. Atlas,2010. NOKANO, Yoshiaki (org.). Economia do setor público . Campus. Rio de Janeiro, 2004. REZENDE, F. A.. Finanças públicas . 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR GIAMBIAGI, F.; ALEM, A. C.. Finanças públicas: teoria e prática no Brasil . 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000. MERCADANDE, A.. O Brasil pós-real : a política econômica em debate. 2ª ed. São Paulo: UNICAMP, 1998.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO componente novo	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Empreendedorismo no Serviço Público		
CARGA HORÁRIA 34	TEÓRICA 34	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA	FUNÇÃO	TIPO
Optativa	Específica	Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA		
Empreendedorismo e espírito empreendedor. Comportamento do empreendedor: habilidades, atitudes e competências. Visão e oportunidades de negócios: identificação, seleção e definição do negócio; Do Patrimonialismo ao Estado empreendedor; empreendedorismo no setor público; análise de cenários; ciclo orçamentário e proposição de ação; Planejamento estratégico na gestão pública e a participação da sociedade; A implementação de inovações em serviços públicos.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
JACOBI, Pedro; PINHO, José Antonio. Inovação no campo da gestão pública local: novos desafios, novos patamares . Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006		
FERRER, Florencia. Gestão Pública Eficiente : impactos econômicos de governos inovadores. 3.ed. São Paulo: Campus, 2007.		
DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo, transformando ideias em negócios . 3.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
DOLABELA, F. O Segredo de Luísa . São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999.		
MOORE, Mark H. Criando Valor Público: gestão estratégica no governo. Rio de Janeiro: Uniletras; Brasília: ENAP, 2002.		
COZZI, A. (org.). Empreendedorismo de Base Tecnológica . <i>Spin-Off</i> : criação de novos negócios a partir de empresas constituídas, universidades e centros de pesquisa. Rio de Janeiro. Elsevier. 2008.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO GCAH 363	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Estado Militar No Brasil: Política E Repressão (1964-1985)		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Projeto político dos governos militares (1964-1985), caracterizado por uma tecnocracia civil-militar que instaura um regime autoritário de cerceamento das liberdades políticas e de exclusão social. Compreende que este projeto é marcado por crise das instituições representativas da sociedade. Aprofunda o tema da transição política e os impasses para consolidação democrática no Brasil.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA DREIFUSS, René A. 1964: A Conquista do Estado . Ação Política, Poder e Golpe de Estado. Petrópolis, Vozes, 1981. GASPARI, Elio. As Ilusões Armadas: A ditadura Envergonhada, A Ditadura Escancarada, A Ditadura Derrotada, A Ditadura Encurralada . Coleção As Ilusões Armadas. São Paulo: Cia. das Letras, 2002 a 2004, 4 volumes. SKIDMORE, Thomas. Brasil de Castelo a Tancredo . RJ, Paz e Terra, 1993.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e Oposição no Brasil: 1964-1984 . Petrópolis, Vozes, 1984. BENEVIDES, M. Vitória. O governo Jânio Quadros . São Paulo: Brasiliense, 1982. FICO, Carlos. Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar . São Paulo: Editora Record, 2004. GREEN, James N. Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985 . São Paulo: Companhia das Letras, 2009 TOLEDO, Caio. O Governo Goulart e o Golpe de 64 . SP, Brasiliense, 1994.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO CAH – 780	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Estatística Básica Aplicada		
CARGA HORÁRIA 34	TEÓRICA 34	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Uso da estatística na gestão pública. / Mensuração e medida. Níveis de mensuração. Definição de variável e suas características. / Medidas de tendência central. / Medidas de dispersão. / População e amostra. Distribuições de probabilidade / Erro / Organização e apresentação de dados. Tabulação e categorização. Bases de dados, tabelas e gráficos. / Leitura e interpretação de dados estatísticos. As estatísticas oficiais brasileiras.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BARBETTA, P. A. Estatística aplicada às ciências sociais . 5ªed., Florianópolis: UFSC, 2005. 340p. LEVIN, J. Estatística aplicada a ciências humanas . 2 ed., São Paulo: Harbra, 1987. 392p. SPIEGEL, Murray R. Estatística . Trad. e revisão técnica. Pedro Consentino. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 1994.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR CERVI, Emerson. Manual de métodos quantitativos para iniciantes em Ciência Política . Curitiba: CPOP, 2017. Vol. 1 BRUNI, A. L. SPSS aplicado à pesquisa acadêmica . São Paulo: Atlas, 2009. TRIOLA, M. Introdução à estatística . 7ª Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1998.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO componente novo	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Estudo da previsão do comportamento dos agentes em políticas públicas		
CARGA HORÁRIA 34	TEÓRICA 34	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA A previsibilidade do comportamento dos agentes nas políticas públicas na teoria racional, o autointeresse, a definição de prioridades, os motores das opções individuais, os constrangimentos institucionais na tomada de decisão, os impedimentos da ação coletiva, neo-institucionalismo e as novas vertentes do estudo do comportamento.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA DOWNS, Anthony. Uma teoria da democracia . SP: EDUSP, 1999. CARVALHO, Bruno Sciberras de. A escolha racional como teoria social e política: uma interpretação crítica . RJ: Topbooks, 2008. SMITH, Adam. Uma investigação sobre a natureza e causa da riqueza das nações . SP: Hermes, 1987.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR OLSON, Mancur. A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais . SP: EDUSP, 1999. BUCHANAN, James. Custo e escolha: uma indagação em teoria econômica . SP: Instituto Liberal: Editora Inconfidentes, 1993. ELSTER, Jon. Ulisses liberto: Estudos sobre racionalidade, pré-compromisso e restrições . SP: UNESP, 2009.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO GCAH565	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Etnologia E História Dos Povos Indígenas		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Visão geral e introdutória dos estudos sobre etnologia e história de povos indígenas localizados nas terras baixas sul-americanas. Abordagem comparativa entre distintas áreas etnográficas. Atenção voltada para a estrutura social, bem como os debates teóricos suscitados no campo da etnologia.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA CALAVIA SÁEZ, Oscar. O nome e o tempo dos Yaminawa: etnologia e história dos Yaminawa do rio Acre. São Paulo: Editora da UNESP/ISA; Rio de Janeiro, 2006. FRANCHETTO, Bruna; HECKENBERGER, Michael. Os povos do Alto Xingu: história e cultura. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001. OLIVEIRA, João Pacheco de. Ensaios em Antropologia histórica. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1999.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR CARNEIRO DA CUNHA, Maria Manuela (org.). História dos índios no Brasil. S. Paulo: Cia das Letras,1992. CARVALHO, Maria Rosário G. de. 2002. Os Kanamari da Amazônia ocidental: história, mitologia, ritual e xamanismo. Salvador : FCJA. FAUSTO, Carlos. Inimigos Fiéis: História, Guerra e Xamanismo na Amazônia. São Paulo: Edusp, 2001. VIEGAS, Suzana Matos. Terra Calada: Os Tupinambá na Mata Atlântica do Sul da Bahia. Editora 7 Letras, Rio de Janeiro, 2007. VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo Batalha. A inconstância da alma selvagem e outros ensaios em antropologia. S. Paulo: Cosac e Naify, 2002.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO GCAH 364	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Formação Econômica do Brasil		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Período colonial e sistema colonial: desenvolvimento e crise. Interpretações da economia colonial. Formação do Estado Nacional brasileiro e das economias de exportação: o café e outras economias regionais. As reformas de Meados do XIX: Lei de terras, Tarifas Alfandegárias, o processo de Abolição e o Código Comercial. Modernização e Crescimento Industrial: teoria e debate. Crise nos preços internacionais do café e políticas de valorização. Origem e desenvolvimento da indústria no Brasil: principais correntes interpretativas. Crise de 29.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA CANO, Wilson., Raízes da Concentração Industrial em São Paulo , São Paulo, T. A. Queiroz, 1981. FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil . 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007 (1ª edição: 1959). PRADO JÚNIOR, Caio. História econômica do Brasil . São Paulo: Brasiliense, 2000.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR PRADO JR., Caio. Sentido da colonização. In: _____. Formação do Brasil contemporâneo: colônia . São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000, p. 7-21. _____. História econômica do Brasil . 43. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012 (1ª edição: 1945, última edição atualizada: 1970). Caps. 3-7, 10, 15, 18, 19. _____. Revolução . In: _____. Evolução política do Brasil: colônia e império . 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983, cap. 3, p. 45-89 (1ª edição: 1933). _____. Império . In: _____. Evolução política do Brasil: colônia e império . 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983, cap. 4, p. 90-102 (1ª edição: 1933). VIEIRA, Wilson. O café e a industrialização fluminense. In: _____. Apogeu e decadência da cafeicultura fluminense . Campinas: IE-UNICAMP, 2000 (Dissertação de Mestrado em História Econômica do Instituto de Economia da UNICAMP), p. 42-49.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO GCAH 224	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Fundamentos de Filosofia		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA A filosofia a partir de seus problemas nos âmbitos da filosofia teórica e prática. A emergência dos problemas filosóficos nos textos clássicos e sua forma contemporânea na literatura atual. (1) Realidade e aparência; (2) O problema da consciência; (3) O problema mente-corpo; (4) Determinismo e liberdade; (5) Ética e filosofia política; (6) Juízo de gosto e experiência estética.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BOBBIO, T. <i>Thomas Hobbes</i> . Rio de Janeiro: Campus, 1991. DESCARTES, R. <i>Meditações</i> . São Paulo: Abril Cultural, 1973. HOBBES, T. <i>Do Cidadão</i> . São Paulo: Martins Fontes, 2002. .		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR HUME, D. <i>Investigação sobre o entendimento humano</i> . São Paulo: Abril Cultural,1992. NAGEL, Thomas. <i>Breve Introdução à Filosofia</i> . São Paulo: Martins Fontes, 2001. NAGEL, Thomas. <i>Breve Introdução à Filosofia</i> . São Paulo: Martins Fontes, 2001. SEARLE, J. <i>Mente, Linguagem, Sociedade</i> . Rio de Janeiro: Rocco, 2000. TUGENDHAT, E. <i>Lições sobre ética</i> . Petrópolis: Vozes, 2003.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO componente novo	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Gestão Cultural		
CARGA HORÁRIA 34	TEÓRICA 34	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA		
Administração e gestão culturais: especificidades. A administração de instituições culturais. Componentes fundamentais do gerenciamento cultural: aspectos culturais, políticos e econômicos. A gestão cultural no setor público e nas organizações da sociedade civil. Gestor cultural: papel, funções, habilidades.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
KAUARK, Giuliana; RATTES, Plínio; LEAL, Natália. (orgs). Um lugar para os espaços culturais: gestão, territórios, públicos e programação. Salvador: EDUFBA, 2019.		
NERI, Clelia et. al. Políticas e gestão da cultura: diálogos entre universidade e sociedade. Salvador: EDUFBA, 2017. (Coleção Cult).		
RUBIM, Antonio Albino; CANAL, Carlos; BAYARDO, Rubens. Panorama da gestão cultural na Ibero-américa. Salvador : EDUFBA, 2016.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
CUNHA, Maria Helena. Gestão cultural, profissão em formação. Belo Horizonte: Duo Editorial, 2007.		
LEITÃO, Claudia (org.). Gestão cultural: significados e dilemas na contemporaneidade. Banco do Nordeste, 2003.		
MIDDLEJ, Suylan; SILVA, Frederico A. Barbosa. Políticas públicas culturais: a voz dos gestores. Brasília: IPEA, 2011.		
PONTE, Elizabeth. Por uma cultura pública: organizações sociais, Oscips e a gestão pública não estatal na área da cultura. Org. Lia Calabre. – São Paulo: Itaú Cultural: Iluminuras, 2012.		
CUADERNOS DE LA OEI: Cultura - Conceptos básicos de administración y gestión cultural. Madrid: Organización de Los Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura (OEI), 1998.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO GCCA528GRA	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Gestão da qualidade		
CARGA HORÁRIA 34	TEÓRICA 34	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Conceito de qualidade. História e fundamentos indicadores de qualidade ferramentas da qualidade para empreendimentos solidários. Gestão da qualidade em empreendimentos solidários. Custos e desperdícios na qualidade. Normas de higiene e segurança na empresa. Qualidade de vida no trabalho - QVT. Prêmio Nacional da Qualidade - PNQ. Auditoria da qualidade.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA JURAN, J. M., A Qualidade desde o Projeto , São Paulo, Editora Thomsom, 1992. CAMPOS, V. F., TQC, GERENCIAMENTO DA ROTINA DO TRABALHO , 1994, BLOCH EDITORES. PEREIRA. S. R. G, Gestão da Qualidade : revelando Alta Performance às Empresas, São Paulo. Editora Saraiva.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR CALEGARE, A. J. A., Os mandamentos da Qualidade Total , Campinas, CGS Digital Printing, 1996. DEMING, W. E., QUALIDADE: A REVOLUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO , 1982, EDITORA MARQUES-SARAIVA LEWIN, K. Problemas de dinâmica de grupo . São Paulo: Cultrix, 1970. MAILHIOT, G. B. Dinâmica e gênese dos grupos . São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1998.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO componente novo	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Gestão de Materiais e Patrimônio no Setor Público		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA A administração de materiais como parte da logística. Atividades inerentes à administração de materiais: previsão de demanda/consumo; manutenção de estoques; processamento de pedido; compras; programação do produto; embalagem de proteção; armazenagem; manuseio de materiais; manutenção da informação; e gestão de transportes. Gestão do almoxarifado, inventário e classificação de materiais. Administração de patrimônio e a classificação dos recursos patrimoniais		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA DIAS, Marco Aurélio. Administração de Materiais: Uma Abordagem Logística . São Paulo, Atlas, 2008. FENILI, Renato Ribeiro. Gestão de Materiais . Brasília: ENAP, 2015. 168 p.:il. Enap Didáticos, Nº 1. FRANCISCHINI, Paulino Graciano; GURGEL, Floriano do Amaral. Administração de Materiais e do Patrimônio . São Paulo: Thomson/Pioneira, 2004.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BALLOU, Ronald H. Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos . 6. ed. São Paulo: Bookman, 2006. GURGEL, FLORIANO DO AMARAL; FRANCISCHINI, PAULINO G. Administração de materiais e do patrimônio . Cengage Learning Editores, 2002. ROSA, Rodrigo de Alvarenga. Gestão de operações e logística I . Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2011.160p. : il. VIANA, João José. Administração de Materiais: um enfoque prático . São Paulo: Atlas, 2008.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO componente novo	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Gestão de Operações e Logística no Setor Público		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Histórico e conceitos de logística, cadeia de suprimentos e cadeia de valor. Principais atividades da logística. Gestão do processamento do pedido, do transporte e do estoque. Compras, armazenagem, manuseio de materiais, manutenção da informação, embalagem de proteção e transporte. Operações de Serviços. Gestão da capacidade e da demanda. Distribuição nos serviços públicos e suas peculiaridades. Relacionamento com o cidadão		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BALLOU, Ronald H. Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos : Logística Empresarial. Bookman, 2006. ROSA, Rodrigo de Alvarenga. Gestão de operações e logística I . Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2011.160p.: il. VAZ, José Carlos; LOTTA, Gabriela Spanghero. A contribuição da logística integrada às decisões de gestão das políticas públicas no Brasil . RAP - Rio de Janeiro 45(1): 107-39, jan./fev. 2011.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR DIAS, Marco Aurélio. Administração de Materiais : Uma Abordagem Logística. São Paulo, Atlas, 2008. FITZSIMMONS, James A.; FITZSIMMONS, Mona J. Administração de Serviços : Operações, Estratégia e Tecnologia da Informação. McGraw Hill Brasil, 2014. NOVAES, Antônio. Logística e Gerenciamento da Cadeia de Distribuição . Elsevier Brasil, 2004. SOUZA, Gleim Dias de; CARVALHO, Maria do Socorro M. V. de; LIBOREIRO, Manuel Alejandro Martínez. Gestão da cadeia de suprimentos integrada à tecnologia da informação. Revista de Administração Pública , Rio de Janeiro, v. 40, n. 4, p. 699-729, 2006. TRIDAPALLI, Juarez P.; FERNANDES, Elton; MACHADO, Waltair V. Gestão da cadeia de suprimento do setor público: uma alternativa para controle de gastos correntes no Brasil. Revista de Administração Pública , Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 401-33, 2011.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO componente novo	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Gestão Integrada de Serviços Públicos		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Serviços públicos: conceitos, princípios e tipologias. Gestão integrada de serviços públicos. Serviços de infraestrutura, saneamento básico, transporte, gestão de resíduos sólidos. Logística no Setor Público. Compras públicas. Redes e cadeias de suprimentos		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BRUDEKI, Nelson, BERNARDI, Jorge. Gestão de Serviços Públicos Municipais . Curitiba: IPBEX, 2013. MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru; NOHARA, Irene Patrícia. Gestão Pública: abordagem integrada e do direito administrativo . 1 ed. São Paulo: Atlas, 2017. ROSA, Rodrigo de Alvarenga. Gestão de operações e logística I . Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2011.160p.: il.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR COSTA, Caio César de Medeiros; TERRA, Antônio Carlos Paim. Compras públicas: para além da economicidade. Brasília: Enap, 2019. 135 p.: il. FENILI, Renato Ribeiro. Gestão de Materiais . Brasília: ENAP, 2015. 168 p.:il. Enap Didáticos, Nº 1. VAZ, José Carlos; LOTTA, Gabriela Spanghero. A contribuição da logística integrada às decisões de gestão das políticas públicas no Brasil . RAP - Rio de Janeiro 45(1): 107-39, jan./fev. 2011.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO a ser criada	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Gestão Pública no Brasil Contemporâneo		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA A reforma do Estado no Brasil. Centralidade e descentralização das ações governamentais. A municipalização e a participação. Os papéis dos governos federal, estaduais e municipais na gestão pública descentralizada.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ERGUE, Sandro Trescastro. Modelos de gestão em organizações públicas: teorias e tecnologias gerenciais para análise e transformação organizacional . Caxias do Sul: Educus, 2011. 701 p. COSTIN, Claudia. Administração Pública . Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru; NOHARA, Irene Patrícia. Gestão Pública: abordagem integrada e do direito administrativo . 1 ed. São Paulo: Atlas, 2017.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR DENHART, Robert B. Teorias da administração pública . Tradução técnica e glossário: Francisco Heidmann; São Paulo: Cengage Learning, 2012. LOTTA, Gabriela S.; PIRES, Roberto Rocha C.; OLIVEIRA, Vanessa Elias. Burocratas de médio escalão: novos olhares sobre velhos atores da produção de políticas públicas. Revista do Serviço Público Brasília , n. 65, v. 4, Brasília: ENAP, out/dez 2014, p. 463-492 MAINARDES, E. W.; ALVES, H.; RAPOSO, M.; DOMINGUES, M. J. C. S. Quem são os Stakeholders de uma Universidade? In: VI Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD, 2010, Florianópolis. Anais do ENEO , 2010. OLIVEIRA, Antônio. Burocratas da linha de frente: executores e fazedores das políticas públicas. Revista de Administração Pública . 2012, vol.46, n.6, pp. 23-48. PAULA, Ana Paula Paes. Por uma nova gestão pública . Limites e possibilidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2005. SECCHI, Leonardo. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. Revista de Administração Pública – RAP , n. 43, v. 2, Rio de Janeiro: EBAPE, mar./abr.2009, p. 347-69.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO GCAH 468	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Gestão Social		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA O contexto e emergência da questão, seus fundamentos teóricos e interfaces e especificidade com os campos da administração, das políticas sociais e das políticas econômicas. Gestão social e esfera pública. Estratégia e instrumentos da gestão social: participação e controle social, intersetorialidade. Economia social, redes sociais e parcerias. A gestão social em contexto de crise de emprego e renda. Sustentabilidade política das organizações da economia social e do terceiro setor.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA KARSCH, U. O Serviço Social na era dos serviços. São Paulo, Cortez, 1989. MOTA, Ana Elizabete (org.) A nova fábrica de consensos. São Paulo: Cortez, 1998. _____ O feitiço da ajuda, São Paulo, Cortez, 1987. SANTOS, Boaventura S. Pela Mão de Alice: social e o político na pós-modernidade. Porto, Afrontamento, 1994. _____(Org.). Produzir para viver. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002. ..		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR DOWBOR Landislau. A Reprodução Social. Petrópolis: Vozes, 1998. SPINK, Peter e CLEMENTE, Roberta. 20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997. TENÓRIO, Fernando G. (Org.). Gestão de ONGs: Principais Funções Gerenciais. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997. SILVA E SILVA, Ozanira & YAZBEK, Carmelita & GIOVANNI, Geraldo di. A Política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda. São Paulo: Cortez, 2004.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO componente novo	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Globalização e Políticas Públicas no Brasil		
CARGA HORÁRIA 34	TEÓRICA 34	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Conceito e histórico da globalização, agências multilaterais: recomendações e financiamento das políticas nacionais, o Consenso de Washington e as ações de governo no Brasil, a perspectiva do desenvolvimento como liberdade, os Objetivos do Milênio, a agenda internacional de políticas públicas nos diversos setores		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA HELD, David. Prós e contra da globalização. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. PEREIRA, José Márcio Mendes. O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro – 1994-2008. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BATISTA JÚNIOR, Paulo Nogueira. A economia como ela é. São Paulo: Boitempo, 2005. DRAIBE, Sonia. “Coesão social e integração regional: a agenda do Mercosul e os grandes desafios das políticas sociais integradas”. Cadernos de Saúde Pública, 2007, V.23, N.2 SHETTY, Salil. Declaração e objetivos de desenvolvimento do milênio: oportunidades para os direitos humanos. SUR. Revista internacional de direitos humanos.2005, V.2, n,2.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO GCAH 593	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Instituições Políticas		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA	FUNÇÃO	TIPO
Optativa	Específica	Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA As instituições políticas: conceituação e abrangência. Instituições Políticas no constitucionalismo brasileiro. Origens e contradições da república federativa. Reconstrução política no panorama institucional brasileiro. Instituições políticas e representação social. Vulnerabilidades sociais e o papel das instituições políticas no Século XXI. Sociedade Internacional, globalização e instituições políticas		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA AVELAR, L.; CINTRA, A. O. Sistema Político Brasileiro : uma introdução. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação Unesp Ed., 2008. AVRITZER, L.; ANASTASIA, F. Reforma política no Brasil . Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. Disponível em: http://www.ligiatavares.com/gerencia/uploads/arquivos/d2af15de8666c5382e11d8660f15dd31.pdf .		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BAUMAN, Zigmunt. Identidade . Rio de Janeiro, Zahar, 2005. DAHL, R A. Poliarquia: participação e oposição . São Paulo: EDUSP, 2005. MELLO, Celso de Albuquerque (Coord.). Anuário Direito e Globalização: A soberania/dossiê . Rio de Janeiro, Renovar, 1999. CUNHA, A.S.; MEDEIROS; B. A.; AQUINO. L. M. Estado, Instituições e Democracia: república . Brasília. Instituto de Pesquisa: Econômica Aplicada. - Ipea, 2010. (Série Eixos Estratégicos do Desenvolvimento Brasileiro; Fortalecimento do Estado, das Instituições e da Democracia, livro 9, v. 1). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro09_estadoinstituicoes_vo11.pdf FRONZAGLIA, Maurício Loboda. As instituições políticas brasileiras – uma visão histórica . Disponível em: http://fjm.ikhon.com.br/proton/imagemprocesso/2013/07/686539494A325EBF4615%7D07_fjm_curso_form_pol_pub_mod_I_texto_refer_aula_5.pdf MOREIRA, Marcelo Sevyabricker. Sobre ideias e instituições políticas no Brasil . (Resenhas: Lynch, Christian: Da monarquia à oligarquia: história institucional e pensamento político brasileiro).		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO NOVO	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Licitação e Contratos		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA A discussão do contrato na administração pública: eficiência, custos, descentralização. Contratações no setor público. A Lei Federal Nº 8.666/93. O processo de licitação. Modalidades de licitação. O pregão eletrônico. Modalidades de contratos no serviço público: concessão, permissão, franquia, terceirização, convênio, contrato de gestão. Os procedimentos de contratação: a adjudicação e a assinatura do contrato. A Execução do contrato e a importância do gestor do contrato. Mecanismos de acompanhamento e controle dos contratos. Alterações legais e o novo marco regulatório.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Curso de Direito Administrativo . 23 ed. São Paulo: Atlas, 2010 JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos . 14. Ed. São Paulo: Dialética, 2010. MEIRELLES, Hely Lopes; AZEVEDO, Eurico de Andrade; MONTEIRO, Vera. Licitação e contrato administrativo: (de acordo com a Lei 8.666, de 21.6.1993, com as alterações posteriores . 15. ed. atual. por Eurico de Andrade Azevedo e V. São Paulo: Malheiros, 2010.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de direito administrativo . 27.ed. São Paulo: Malheiros, 2010. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Parcerias na administração pública: concessão, permissão, franquia, terceirização e outras formas . 5.ed. São Paulo: Atlas, 2006. ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito administrativo descomplicado . 16. ed. rev. e atual. São Paulo: Método, 2008.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO GCAH 395	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Linguagem Brasileira de Sinais		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Aspectos clínicos, educacionais e socioantropológicos da surdez. A Língua de Sinais Brasileira - Libras: características básicas da fonologia. Noções básicas de léxico, de morfologia e de sintaxe com apoio de recursos audiovisuais; Noções de variação. Praticar Libras: desenvolver a expressão visual-espacial.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA CAPOVILLA, F. RAPHAEL, Walkíria Duarte. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua Portuguesa . Porto Alegre: Artmed, 2004. GESSEI, Audrei, Libras - Que língua é essa? São Paulo: Parábola, 2009. FELIPE, Tanya A. Libras em Contexto . Brasília: Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos, MEC/SEESP, 2001.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR LACERDA, CRISTINA B. G. de. Interprete de Libras . Porto Alegre: Mediação Editora, 2009. Bibliografia Complementar: FERREIRA BRITO, L. Por uma Gramática de Língua de Sinais . Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/ UFRJ, 1995. LODI, Ana Cláudia et all. Letramento e Minorias . Mediação: Porto Alegre, 2004. PERLIN, Gládis. O Espaço da Cultura Surda . Porto Alegre: UFRGS, 2002. TESKE, Ottmar (Org.). Letramento e Minorias . Porto Alegre: Mediação Editora, 2003. BRASIL, Decreto n.º 5626 , de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o artigo 18 da Lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília: Fernando Haddad, 2005. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm > BRASIL, Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília: Paulo Renato Souza, 2002. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm > CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. Enciclopédia da língua de sinais brasileira: o mundo do surdo em LIBRAS . São Paulo: EDUSP, 2008. LABORIT, Emmanuelle. O Voo da gaivota . São Paulo: Best Seller, 1994. QUADROS, Ronice Muller; KARNOPP, Lodenir. Língua de Sinais Brasileira: Estudos Linguísticos . Porto Alegre: Editora Artmed, 2004. SÁ, Nídia Regina Limeira de. Educação de surdos: a caminho do bilinguismo . Niterói: EdUFF, 1999. SACKS, Oliver. Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos surdos . Companhia das Letras, 1990. SILVA, Ângela Carracho da; NEMBRI, Armando Guimarães. Ouvindo o silêncio: educação, linguagem e surdez . Editora Mediação, Porto Alegre, 2008.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO GCAH 721	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Marxismo Latino-Americano		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Origens e etapas do marxismo na América Latina. O pensamento marxista de José Carlos Mariátegui. Correntes do marxismo latino-americano. Marxismo e teologia da libertação. A influência do marxismo nas ciências sociais latino-americanas. O marxismo latino-americano na atualidade.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA Bibliografia Básica: KONDER, L. A derrota da dialética: a recepção das ideias de Marx no Brasil , até o começo dos anos 30. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. LÖWY, M. (org.). O marxismo na América Latina : uma antologia de 1909 aos dias atuais. 2. ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2006. MARIÁTEGUI, J. C. Sete ensaios de interpretação da realidade peruana . São Paulo: Boitempo, 2008.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR LÖWY, Michael. O pensamento de Che Guevara . 6. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005. MARIÁTEGUI, José Carlos. Por um socialismo indo-americano . Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. MORAES, J. Q. et al. (orgs.), História do marxismo no Brasil . 2. ed. Campinas: Unicamp, 2007. 6v. OLIVEIRA, F. de. Crítica à razão dualista – O ornitorrinco . São Paulo: Boitempo, 2003. RICUPERO, Bernardo. Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil . São Paulo: Editora 34, 2000.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO componente novo	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Metodologias Quantitativas de Pesquisa Aplicadas à Gestão Pública		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Conceito de método quantitativo. Lógica da pesquisa e operacionalização de conceito. Indicadores socioeconômicos. Fontes de dados e uso de base de dados disponíveis. Variável: características e possibilidades matemáticas associadas aos diversos níveis de mensuração/escala. Construção de questionário. Tratamento de questões fechadas e questões abertas. Construção e manejo de base de dados em SPPS. Tipos de análise de dados. Estruturação de relatório de pesquisa.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BABBIE, Earl. Métodos de pesquisa de survey . Trad. De Guilherme Cezarino. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. (Coleção Aprender) BARBETTA, Pedro. Alberto. Estatística aplicada às Ciências Sociais . Florianópolis: Editora da UFSC, 2007. LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. A construção do saber : manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Trad. Heloisa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ANDERSON, D.R.; SWEENEY, D.J.; WILLIAMS, T.A. Estatística Aplicada à Administração e Economia . 2ª ed.São Paulo: Cengage Learning, 2012. SAMPIERI, R.H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M.del P. B. Metodologia de Pesquisa . 5ª ed. Porto Alegre: Edit. Penso, 2013 SPIEGEL, Murray R. Estatística . Trad. e revisão técnica. Pedro Consentino. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 1994.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO GCAH 470	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Movimentos Sociais e Cidadania		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA	FUNÇÃO	TIPO
Optativa	Específica	Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA		
O significado dos movimentos sociais no debate contemporâneo: o clássico movimento operário e os novos movimentos sociais no atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas; a cultura política e as novas representações de cidadania: direito, legitimidade e justiça.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
CASTORIADIS, Cornélius. A experiência do movimento operário . São Paulo: Brasiliense, 1985.		
CHAUÍ, Marilena. Cultura e Democracia . São Paulo: Cortez Editora, 1990.		
GOHN, Maria da Glória. História dos Movimentos e Lutas Sociais . São Paulo: Loyola, 1995		
MATOS, LEFORT, Claude. Pensando o político, ensaios sobre democracia, revolução e liberdade . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.		
PINSKY, Jorge e PINSKY, Carla. (org.) História da Cidadania . São Paulo: Contexto.2003.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
ARENDT, Hannah. Da Revolução . Brasília: Editora UNB/Editora Ática, 1990.		
FERREIRA, Maria Inês Caetano. A ronda da pobreza: violência e morte na solidariedade . Novos Estudos CEBRAP No. 63, julho 2002,		
SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo J. Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul. São Paulo: Brasiliense, 1987.		
SOUSA SANTOS, Boaventura de. Pela mão de Alice, o social e o político na pós-modernidade . São Paulo: Cortez, 1996.		
_____ Reconhecer para Libertar: os caminhos do cosmopolismo multicultural . Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2003.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO GCAH 783	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Oficina de Comunicação Escrita no Setor Público		
CARGA HORÁRIA 34	TEÓRICA 34	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Principais elementos da comunicação / Comunicação oficial na gestão pública. O Papel dos diários oficiais. / Redação de portaria, ofícios, CIs e correspondência eletrônica / Cuidados na comunicação escrita. O uso da norma culta. / Produção de gráficos, tabelas, quadros e figuras.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BRASIL. Presidência da República. Manual de redação da Presidência da República . MENDES, Gilmar Ferreira; FORSTER JUNIOR, Nestor José (Org). 2ª ed. Brasília: Presidência da República, 2002. BLIKSTEIN, Izidoro. Técnicas de Comunicação Escrita . 22 ed. São Paulo: Ática, 2006. 103p. Série Princípios, 12 BORDENAVE, Juan E. Diaz. O que é comunicação . São Paulo: Brasiliense, 2007 (Coleção Primeiros Passos, 67).		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR PIMENTEL, Carlos. Redação Descomplicada . São Paulo: Saraiva, 2008. SCHNITMAN, Matilde. A palavra como ferramenta de gestão . Simões Filho: Editora Kalango, 2010.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO componente novo	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Oficina de Elaboração de Casos em Gestão Pública		
CARGA HORÁRIA 34	TEÓRICA 34	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA	FUNÇÃO	TIPO
Optativa	Específica	Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA		
Método do caso. Tipos de casos: estudos de caso e casos de ensino. Etapas para construção de casos em gestão pública. Identificação da situação-problema. Contextualização. Problematização. Estratégias para coleta de dados. Estrutura do caso. Criatividade e disciplina do escritor. O estilo de redação do caso.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
FACHIN, Roberto; TANURE, Betania, DUARTE, Rober. Uso de Casos no Ensino de Administração . São Paulo: Cengage Learning, Pioneira, 2007.		
FISCHER, T.; ROESCH, S.; MELO, V. P. Gestão do Desenvolvimento Territorial e Residência Social – casos para ensino. Salvador: EDUFBA, Ciags./UFBA, 2006.		
ROESCH, Sylvia; FERNANDES, Francisco. Como escrever casos para o ensino da Administração . São Paulo: Atlas, 2007.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
ENAP. Casoteca . Disponível em: http://casoteca.enap.gov.br/ Acesso em 20 dez. 2015.		
ROESCH, S.M.A. Projetos de Estágio do Curso de Administração - Guia para Pesquisas, Projetos, Estágios e Trabalhos de Conclusão do Curso, 3ed. São Paulo: Atlas, 2005.		
YIN, Robert. <i>Estudo de casos</i> – planejamento e métodos. Ed. Bookman, Porto Alegre, 2005		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO componente novo	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Oficina de elaboração de Textos Acadêmicos		
CARGA HORÁRIA 34	TEÓRICA 34	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA	FUNÇÃO	TIPO
Optativa	Específica	Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA		
Textos acadêmicos no contexto da comunicação: porque e para quem escrevemos; linguagem e objetividade; tipos e formatos de textos acadêmicos (do resumo ao relatório de pesquisa); padronização ABNT e APA; ética na elaboração de textos acadêmicos.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lilia Santos. Resumo . São Paulo: Parábola Editorial, 2004. (Leitura e produção de textos técnicos e acadêmicos) MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lilia Santos. Resenha . São Paulo: Parábola Editorial, 2004. (Leitura e produção de textos técnicos e acadêmicos) LUBISCO, Nidia Maria Lienert; VIEIRA, Sonia Chagas. Manual de estilo acadêmico . Trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses. Salvador: EDUFBA, 2013.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
MATENCIO, M. de L. M. (2002). Atividade de (Re)textualização em práticas acadêmicas: um estudo do resumo. Scripta , 6(11), 109-122. Recuperado de http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/12453 PITHAN, Livia Haygert, VIDAL, Tatiane Regina Amando. O plágio acadêmico como um problema ético, jurídico e pedagógico. Revista Direito & Justiça, v. 39, n. 1, p. 77-82, jan./jun. 2013. Disponível em http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fadir/article/view/13676/9066 SABBATINI, Marcelo. Do plágio à publicidade disfarçada: brechas da fraude e do antiético na comunicação científica. ComCiência, Campinas, n. 147, Apr. 2013 Available from < http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542013000300009&lng=en&nrm=iso >.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO CAH 858	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Oficina de Expressão Oral		
CARGA HORÁRIA 34	TEÓRICA 34	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Principais elementos da comunicação / Oralidade e exercício profissional. / Oralidade e oratória / Características do enunciado oral; elementos facilitadores e perturbadores da comunicação oral / Comunicação não verbal; gestual; postura corporal; expressões faciais; comportamento ocular; aparência física / Organização de apresentações com e sem uso de apoios visuais. / Práticas de oralidade: relato, apresentação, entrevista, debate e mesa redonda.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BORDENAVE, Juan E. Diaz. O que é comunicação . São Paulo: Brasiliense, 2007 (Coleção Primeiros Passos, 67) PASSADORI, Reinaldo. 7 dimensões da comunicação verbal . São Paulo: Editora Gente, 2009. MALANDRO, Loretta. Estratégias de comunicação . A linguagem dos líderes. São Paulo: Phorte Editora, 2004.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR CINTRA, José Carlos. Didática e oratória com data-show . São Carlos, SP Didática e oratória com data-show : Editora Rima, 2008. SCHNITMAN, Matilde. A palavra como ferramenta de gestão . Simões Filho: Editora Kalango, 2010.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO GCAH 197	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Oficina de Textos		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA	FUNÇÃO	TIPO
Optativa	Específica	Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA		
Questões sociais da linguagem que interferem na produção e na utilização da língua escrita, produção de textos e análise das funções linguísticas. Texto identificado como acadêmico, embasado nos padrões científicos de produção e divulgação do conhecimento.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
CLAVER, Ronald. Escrever sem doer : oficinas de redação. 2.ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.		
FIORIN, J.L.; SAVIOLI, F.P. Para entender o texto : leitura e redação. 16. ed. São Paulo: Ática, 2000.		
FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler - em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1989..		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
BECKER, H..Segredos e truques da pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.		
CHALHUB, Samira. Funções da linguagem . São Paulo: Ática, 1999.		
CHARTIER, Roger. A aventura do livro : do leitor ao navegador. São Paulo: Unesp, 1999.		
FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão. Prática de Texto para estudantes universitários . Petrópolis: Vozes, 2001.		
LUBISCO, N.M; VIEIRA, S. C. SANTANA, I. V. Manual de estilo acadêmico : monografias, dissertações e teses. Salvador: EDUFBA, 2008. 4ª. Edição.		
MARCUSCHI, Luiz A. Gêneros textuais : definição e funcionalidade. In: Gêneros textuais e ensino. Rio de Janeiro: Lucena, 2003, p. 20-36.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO GCAH 447	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Oficina de informática		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Noções básicas de informática. Edição de textos. Bancos de dados. Planilhas, tabelas e gráficos. Introdução ao uso de software para a análise de tipo estatístico e quantitativo.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BRASIL, P. E. A. A. Zotero – Roteiro de Aula . Aplicativos de informática para uso em pesquisa. Instituto de Pesquisa clínica Evandro Chagas –Fundação Oswaldo Cruz. 2009. Guia rápido do Nvivo. Disponível em http://www.qsrinternational.com/other-languages_portugueseresources.aspx Manual: mendeley.com Manual: knalij.com Manual: zotero. com MUNDSTOCK, E. et all. Introdução à análise estatística utilizando o spss 13.0 . Universidade federal do Rio Grande do Sul instituto de matemática. Cadernos de Matemática e Estatística Série B: Trabalho de Apoio Didático. Série B, Número XX Porto Alegre - maio de 2006. Tutorial: colocando as referências no Word 2010. Disponível em http://www.igc.usp.br/uploads/media/Tutorial_referencias_no_Word_01.pdf . Acesso em 09/06/2015.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BAUER, M., GASKELL, G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático . Petrópolis, RJ. Vozes, 2002. TEIXEIRA, Alex Niche; BECKER, Fernando. Novas possibilidades da pesquisa qualitativa via sistemas CAQDAS. Sociologias , Porto Alegre, n. 5, p. 94-113, June 2001. YAMAKAWA, Eduardo Kazumi et al. Comparativo dos softwares de gerenciamento de referências bibliográficas: Mendeley, EndNote e Zotero. Transinformação , Campinas, v. 26, n. 2, p. 167-176, Aug. 2014.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO componente novo	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Participação e Políticas Públicas no Brasil: autonomia e clientelismo		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA		
Participação social na formulação e implementação das políticas públicas como demanda dos movimentos sociais e como recomendação do Banco Mundial, a consolidação e a institucionalização da participação nas políticas públicas no Brasil, a crítica à representatividade dos representantes da sociedade, participação como conquista da autonomia, a contaminação da participação pelo patrimonialismo e clientelismo, estudos de caso de participação na Bahia.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
AVRITZER, Leonardo. Reforma política no Brasil . Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.		
AVRITZER, Leonardo. Participação social no Nordeste . Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.		
FILGUEIRAS, Cristina Almeida Cunha e FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Governo local, política pública e participação na América do Sul . Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2008.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
MIGUEL, Luís Felipe. Democracia e representação : territórios em disputa. São Paulo: Ed. UNESP, 2014.		
PEREIRA NETO, André de Faria. Conselho de favores – controle social na saúde: a voz dos seus atores. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.		
MILLS, Wright C. A elite no poder . RJ: ZAHAR, 1975.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO GCAH 727	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Partidos Políticos		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Partidos políticos em perspectiva comparada. Organização da estrutura partidária. A competição eleitoral. Clivagens na sociedade. Função governativa. O histórico da instituição partido. O sistema eleitoral.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA DUVERGER, Maurice. Los Partidos Políticos . Madri. Ed. F.C.E. 2002. PANEBIANCO, Ângelo. Modelos de Partido . São Paulo. Martins Editora. 2005 WILLAN, Felipe. Teoria e Organização do Partido. São Paulo. Ed. Sundermann 2006.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ALCANTARA, Manoel; FREIDENBERG, Flavia. Partidos Políticos de América Latina . São Paulo. Fondo de Cultura. 2003. KATZ, Richard and CROTTY, William. Handbook of Party Politics . Sage Publications.2006. MANWARING, Scott; MENEGUELLO, Raquel. Partidos Conservadores no Brasil Contemporâneo . São Paulo. Paz e Terra. 2000. MOTTA, Rodrigo. Introdução a História dos Partidos Políticos Brasileiros. Belo Horizonte, Ed. UFMG. 2008 PRAÇA, Sergio; DINIZ, Simone. Os Partidos Políticos Funcionam . São Paulo. Paulus Editora. 2005.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO GCAH 729	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Pensamento social no Brasil		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA O Brasil enquanto tema de reflexão sociológica		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA FERNANDES, Florestan. Mudanças Sociais no Brasil . São Paulo: Global editora, 2008. FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala São Paulo: Record, 2001. HOLANDA, Sergio. Raízes do Brasil . São Paulo: Companhia das Letras, 2006.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR FERNANDES, Florestan. A revolução Burguesa no Brasil : Ensaio de Interpretação Sociológica. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2006. IANNI, Octávio. Pensamento Social no Brasil . Bauru: Edusc, 2004. MARTINS, José de Souza. A Sociabilidade do Homem Simples . São Paulo: Ed. HUCITEC, 2000. OLIVEIRA. Lucia Lippi. A Sociologia do Guerreiro . Rio de Janeiro: UFRJ, 1995. PRADO JR., Caio. Formação do Brasil Contemporâneo . São Paulo: Ed. Brasiliense, 2007.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO GCAH 619	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Planejamento Social		
CARGA HORÁRIA 34	TEÓRICA 34	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Aspectos históricos do planejamento na América Latina e Brasil. Diferentes modelos de planejamento: do normativo ao estratégico. Conceitos fundamentais do planejamento. Métodos, técnicas e parâmetros de programação. Processo de elaboração e condução de planos de ação, a partir da aplicação de métodos e técnicas de processamento de problemas		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BAPTISTA, M. V. Planejamento Social - intencionalidade e instrumentação. São Paulo, Veras, 2000. BUSTELO, E. S. (orgs.). Política x técnica no planejamento : perspectivas críticas. São Paulo: Brasiliense/Unicef, 1982. DALMÁS, A. Planejamento participativo na escola : elaboração, acompanhamento, avaliação. Petrópolis: VOZES, 1999.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR KISSIL, R. Elaboração de projetos e propostas para organizações da sociedade civil . São Paulo: GLOBAL, 2001. DOWBOR, L. Introdução ao planejamento municipal . São Paulo: Brasiliense, 1987.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO componente novo	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Planejamento Urbano e Regional		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA	FUNÇÃO	TIPO
Optativa	Específica	Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA		
Planejamento Urbano e Regional e o processo de ocupação do espaço urbano. Teorias das Cidades, do Urbanismo e do Planejamento Urbano. Princípios e instrumentos de regulação do uso do solo. Instrumentos de política urbana e regional: conceitos, métodos de elaboração, implantação e controle. O território do Recôncavo e as políticas públicas de planejamento urbano e regional.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
BRASIL. ESTATUTO DA CIDADE. Guia para implementação pelos Municípios e Cidadãos. BRASIL: Câmara dos Deputados, 2001. 21-63p.		
MARICATO, Ermínia. BRASIL, CIDADES: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.		
VAINER, Carlos; ARANTES, Otília; MARICATO, Ermínia. (Org.). A Cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
HALL, Peter. Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX. São Paulo, Perspectiva, 2007		
SANTOS, Milton (1996). A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. 4. reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008		
SOUZA, Marcelo Lopes de. Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO GCAH 106	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Poder Político Na Bahia Contemporanea I		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA curso tem por objeto os discursos teóricos-metodológicos fundamentais para o entendimento do cenário político baianos em fins do século XIX e primeira metade do século XX.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA FAORO, Raimundo. Os donos do poder . Rio de janeiro, Globo, 1958. SAMPAIO, C. N. Partidos Políticos da Bahia na Primeira República : uma política de acomodação. 2ª. ed. Salvador: Ed. UFBA, 1999. TEIXEIRA, Cid. Coronéis e Oligarquias . Universidade Federal da Bahia – Ianamá, 1988.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR CALASANS, José. A Revolução de 1930 na Bahia . (Documentos e Estudos) Salvador, EDUFBA, 1980. CASTELLUCI, Aldrin. Industriais e operários baianos numa conjuntura de crise (1914-1921) . Salvador: Editora FIEB, 2004. GUIMARÃES, Antônio Sérgio. A formação e crise da hegemonia burguesa na Bahia . Dissertação de Mestrado, Salvador, UFBA, 1982. MAGALHÃES, Juracy; GUEIROS, J.A. O último tenente . Rio de Janeiro, Record, 1996. 388 p. il. PANG, Eus-Sool. Coronelismo e oligarquias . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. SANTOS, Mário Augusto da Silva. O movimento republicano na Bahia. Salvador: CEB/UFBA, 1990. 32p. (Centro de Estudos Baianos, 143) SILVA, Paulo Santos. “Primeira parte: luta política na Bahia”. In: Âncoras de tradição : luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949). Salvador, EDUFBA, 2000.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO GCAH 204	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Poder Politico Na Bahia Contemporanea II		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA O curso discute os episódios fundamentais para o entendimento do cenário político que marcou a Bahia durante a segunda metade do século XX.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA DANTAS NETO, Paulo Fábio. Tradição, autocracia e carisma: a política de ACM na modernização da Bahia (1954-1974). UFMG/ IUPERJ, 2006. GUIMARÃES, Antônio Sérgio. A formação e crise da hegemonia burguesa na Bahia. Dissertação de Mestrado, Salvador, UFBA, 1982. SILVA, Paulo Santos. Âncoras de tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949). Salvador, EDUFBA, 2000.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR DANTAS NETO, Paulo Fábio. Espelhos na Penumbra: o enigma soteropolitano - ensaio e bloqueio da autonomia política de Salvador (1947-1959). Salvador, Dissertação de Mestrado – UFBA, 1996. FAORO, Raimundo. Os donos do poder. Rio de janeiro, Globo, 1958. FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. Quem pariu e bateu que balance! : mundos femininos, maternidade e pobreza. Salvador, 1890-1940. Salvador: CEB, 2003. MAGALHÃES, Juracy; GUEIROS, J.A. O último tenente. Rio de Janeiro, Record, 1996. 388 p. il. BRITO, Antonio Mauricio Freitas. Capítulos de uma História do Movimento Estudantil na UFBA 1964-1969). (tese de Doutorado)		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO GCAH 391	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Políticas Culturais		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA	FUNÇÃO	TIPO
Optativa	Específica	Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA		
Estudos acerca dos conceitos de cultura. Estudos públicos culturais e produção cultural. Público e mercado na implementação de projetos e ações culturais relacionados às áreas da cultura.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
CALABRE, Lia (org.). Políticas Culturais no Brasil. Dos anos 1930 ao século XXI . Rio de Janeiro: ed. FGV, 2009.		
NUSSBAUMER, Gisele M. (Org) Teorias e políticas da cultura . Salvador: EDUFBA, 2007.		
RUBIM, Antonio e BARBALHO, Alexandre (Orgs.). Políticas culturais no Brasil . Salvador: EDUFBA, 2007.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
RUBIM, Albino & ROCHA, Renata. (Orgs). Políticas Culturais para a Cidade . Salvador, EDUFBA, 2010.		
BARBALHO, Alexandre et. all (Orgs.) Cultura e Desenvolvimento: perspectivas políticas e econômicas . Salvador: EDUFBA, 2011.		
CALABRE, Lia. Políticas culturais: diálogos e tendências . Rio de Janeiro: FCRB, 2010.		
RUBIM, Albino. Políticas culturais, democracia & conselhos de cultura . Salvador: EDUFBA, 2010.		
RUBIM, Albino e ROCHA, Renata. (Orgs.) Políticas culturais . Salvador: EDUFBA, 2012		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO componente novo	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Política e Gestão da Assistência Social no Brasil		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA A política de assistência social no âmbito dos direitos de seguridade à proteção social não contributiva. Princípios e diretrizes. Marcos regulatórios e políticos. Sistema Único de Assistência Social (SUAS): desenho, implementação e avaliação. Desafios para a gestão integrada de benefícios e serviços socioassistenciais no Brasil.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME (MDS), Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil . Brasília: MDS, Unesco, 2009, p. 259-287. STUCHI, C. G; PAULA, R. F. S.; PAZ, R. D. O. (org.) Assistência Social e Filantropia : cenários contemporâneos. São Paulo: Veras, 2012 (Coleção coletâneas) COUTO, B. R.; YASBEK, C.; SILVA, M. O. S.; RAICHELLIS, R. D. (orgs). O Sistema Único de Assistência Social no Brasil : uma realidade em movimento. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2014.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR FAHEL, Murilo; NEVES, Jorge Alexandre Barbosa. Gestão e avaliação de políticas sociais no Brasil . Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2007. 424 p PEREIRA, Potyara A. P. Política social : temas & questões. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009. REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. Vozes do Bolsa Família . Autonomia, dinheiro e cidadania. Ed. revista e ampliada. São Paulo: Unesp, 2014.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO GCAH 615	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Políticas de Educação		
CARGA HORÁRIA 34	TEÓRICA 34	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Sociedade, Estado e Educação. A política educacional no contexto das políticas públicas. Perspectivas e tendências contemporâneas das políticas educacionais expressas nas reformas educacionais, na legislação de ensino e nos projetos educacionais. Políticas públicas de educação.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA AZEVEDO, J. À. Educação como política pública . São Paulo: Autores Associados, 1988. DOURADO, L. F.; PARO, V. H. (org.). Políticas Públicas e Educação Básica . São Paulo: Xamã., 2001. STEINER, J. E.; MALNIC, G.(orgs.). Ensino Superior: Conceito & Dinâmica . São Paulo: Edusp, 2006.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR SADER, E. GENTILI, P.. (org.). Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático . São Paulo, Paz e Terra, 1995.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO componente novo	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Políticas Públicas na América Latina		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Surgimento das políticas sociais na América Latina. Tipologias e concepções de políticas sociais na região. As reformas do estado e da política social na América Latina. Indicadores sociais e programas de combate à pobreza na América Latina.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA COELHO, V. S. (Org.). A reforma da previdência social na América Latina. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2003. FLEURY, S. Estado sem cidadãos: seguridade social na América Latina. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1994. LAURELL, A.C. (org.) Estado e Políticas Sociais no neoliberalismo. Cortez Editora / CEDEC, São Paulo, 1995.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR LO VUOLO, R. Et alli. La pobreza... de la política contra la pobreza. Buenos Aires: Ciepp. Miñoy Dávila Editores, 1999. MESA-LAGO, C. La seguridad social en América Latina y el Caribe. Santiago: CEPAL, 1985.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO GCAH 778	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Políticas de Educação no Brasil		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Conceitos de educação. O papel da educação para a sociedade contemporânea. Plano Nacional de Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Oferta de educação no Brasil. Financiamento da educação no Brasil. Gestão municipal da educação, com foco no Recôncavo da Bahia. Política de alfabetização, expansão do ensino superior e internacionalização. Principais indicadores de educação. Políticas de avaliação da educação.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA CUNHA, Maria Couto (ORG). Gestão Educacional nos Municípios : entraves e perspectivas. Salvador, BA: EDUFBA, 2009. FREIRE, Paulo. Pedagogia da esperança . Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Notas de Ana Maria Araújo Freire. 12ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992 / 2005 MACHADO, Lourdes Marcelino; FERREIRA, Naura Syria Carapeto (ORG). Política e Gestão da Educação : dois olhares. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR AZEVEDO, Janete M. Lins de. A educação como política pública . 2ª ed. ampliada. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2001. Coleção Polêmicas de Nosso Tempo, v. 56. Capítulo 4: Uma proposta analítica para a política educacional no espaço de interseção das abordagens. SANTOS, Boaventura de Souza; ALMEIDA FILHO, Naomar. A universidade do século XXI : para uma universidade nova. Coimbra, 2008. Disponível em http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/A%20Universidade%20no%20Seculo%20XXI.p df SEVERINO, Antônio Joaquim; FAZENDA, Ivani C. A. (ORG). Políticas educacionais : o ensino nacional em questão. Campinas, SP: Papirus, 2003 (Série Cidade Educativa). WINCKLER, Carlos Roberto; SANTAGADA, Salvatore. O Fundeb : novos horizontes para a educação básica? Indic. Econ. FEE , Porto Alegre, v. 35, n. 2, p. 39-46, out 2007		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO GCAH 616	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Política de emprego e renda		
CARGA HORÁRIA 34	TEÓRICA 34	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA A problemática atual do emprego-desemprego e as políticas públicas de geração de trabalho e renda. Metodologia de pesquisa sobre emprego, estado, comunidade solidária, e desemprego PME/IBGE, PEDE / DIEESE. A economia solidária. O sistema público de emprego, trabalho e renda. A política nacional de qualificação profissional, o seguro desemprego, o Pronager, Pronaf e Pró-Jovem. A crítica da política pública de emprego e renda.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA AZEVEDO, B. Políticas Públicas de Emprego: a experiência brasileira. SP: ABET, 1998. FILOCREÃO, BOCAYUVA, P. C. As Metamorfoses do trabalho e da cooperação produtiva: a economia popular e solidária na perspectiva da nova centralidade do trabalho. Rio de Janeiro: FASE, 2007. LEITE. M. P. Trabalho e sociedade em transformação: mudanças produtivas e atores sociais São Paulo. Fundação Perseu Abramo, 2003.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR DOMINGUES, J. M. Sociologia e modernidade. Para entender a sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO GCAH 612	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Políticas Públicas de Saúde no Brasil		
CARGA HORÁRIA 34	TEÓRICA 34	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA A história das políticas de saúde no Brasil. Os cenários socio-político-cultural das políticas de saúde. Organização dos serviços de saúde. O papel do Estado na formulação e implantação de políticas públicas de saúde. O Sistema Único de Saúde (SUS) e os seus princípios e diretrizes Acessibilidade e Prioridades em saúde. Tendências dos modelos analíticos para a avaliação das políticas públicas de saúde.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA COHN, A. Saúde no Brasil: políticas e organização de serviços. 5 ed. São Paulo: Cortez, CEDEC, 2003. SERRA, J.. Ampliando o possível: a política de saúde do Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2002.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR COHN, A.; ELIAS, P. E. Saúde no Brasil: políticas e organização de serviços. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO componente novo	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Políticas públicas dos povos e comunidades tradicionais		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA	FUNÇÃO	TIPO
Optativa	Específica	Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Povos Tradicionais no Brasil e no Recôncavo. A proteção jurídica das Populações Tradicionais no ordenamento jurídico brasileiro e internacional. Etnodesenvolvimento e Povos Tradicionais. Condições interculturais e diálogo: autonomia versus intervenção. Protagonismo e autores: mudanças e diálogos interculturais. O reconhecimento pelo Estado dos direitos das comunidades Tradicionais no Brasil: identidade e territorialidade. Agentes gestores das políticas públicas às comunidades Tradicionais. Direitos socioambientais: função social, econômica e ambiental da propriedade nos territórios tradicionais.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ACSELRAD, Henri. O que é justiça ambiental . 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2009 ALMEIDA, A. W. FARIAS, E. A., Jr. (org.). Povos e comunidades tradicionais – Nova cartografia social. Manaus: UEA, 2013. BRASIL. Ministério Público Federal. Territórios de povos e comunidades tradicionais e as unidades de conservação de proteção integral: alternativas para o asseguramento de direitos socioambientais . coordenação Maria Luiza Grabner. Brasília: MPF, 2014.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ACSELRAD, Henri (Org.). Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate . Rio de Janeiro: UFRJ, IPPUR, 2010. ALMEIDA, A. W. Terra de quilombo, terras indígenas, ‘babaçuais livres’, ‘castanhais do povo’, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas . 2. ed. Manaus: UFAM, 2008. VIANNA, L. P. De invisíveis a protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação . São Paulo: Annablume; FAPsESP, 2008.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO GCAH 618	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Políticas para a criança e o adolescente		
CARGA HORÁRIA 34	TEÓRICA 34	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA O significado sócio-histórico das diferentes construções teórico-metodológicas das categorias infância e adolescência. Os direitos da criança e dos adolescentes. A formulação de programas governamentais e não governamentais.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ARIÈS, P.. História social da criança e da família . 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981. PEREIRA, T. S.. Direito da Criança e do Adolescente: uma proposta interdisciplinar . Rio de Janeiro: Renovar, 1996.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR VIANNA, L. P. De invisíveis a protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação . São Paulo: Annablume; FAPsESP, 2008.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO componente novo	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Auditoria e controle governamental		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA <p>Auditoria: Conceito, princípios e normas; tipos de auditoria; procedimentos e técnicas de Auditoria; Controle interno e externo da Administração Pública; Mecanismos de Controle Externo e Interno; Fiscalização orçamentária, financeira e patrimonial pública; Normas de Auditoria Governamental (NAG's); Pareceres de Auditoria e avaliação de resultados.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA <p>Instituto Rui Barbosa. Normas de Auditoria Governamental - NAGs: Aplicáveis ao Controle Externo. 2010. Disponível em: http://www.controlepublico.org.br/ ROCHA, Arlindo Carvalho; QUINTIERE, Marcelo de Miranda Ribeiro. Auditoria Governamental - Uma Abordagem Metodológica da Auditoria de Gestão. 2 ed. Jurua.2013 SILVA, Moacir Marques da. Curso de Auditoria Governamental. 2 ed. São Paulo. Atlas. 2012.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR <p>DOMINGUES, J. M. Sociologia CASTRO, Róbison Gonçalves de; LIMA, Diana Vaz de. Fundamentos de Auditoria Governamental e Empresarial. 2 ed. São Paulo. Atlas.2009. CRUZ, Flávio da. Auditoria Governamental. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2008. PISCITELLI, Roberto Bocaccio et al. Contabilidade Pública: uma abordagem da administração financeira pública. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p>		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO GCAH 631	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Políticas Públicas para Idosos		
CARGA HORÁRIA 34	TEÓRICA 34	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Processo da transição demográfica no brasil e no mundo; discutir conceitos básicos sobre envelhecimento populacional e individual; analisar o impacto epidemiológico da transição demográfica no Brasil e os seus reflexos na realidade de saúde da população e estudar a organização e administração de instituições formais e não formais que prestam assistência ao idoso, bem como as políticas nacionais que visem o bem estar do mesmo.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA CAMARANO, A. A. et. Al. Muito além do 60. Os novos idosos brasileiros, RJ, IPEA, 2004. DEBERT, G. G. A Reinvenção da Velhice. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 1999. SILVA, M. da C.. O processo de envelhecimento no Brasil: desafios e perspectivas. Textos sobre Envelhecimento (UERJ), Rio de Janeiro, v. 8, n. 01, p. 43-60, 2005.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR NOVAES, Maria Helena. Psicologia da Terceira Idade. Conquistas possíveis e rupturas necessárias. Rio de Janeiro, Nau, 2000		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO GCAH 609	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Políticas Públicas para Juventude		
CARGA HORÁRIA 34	TEÓRICA 34	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Significado sócio-histórico das diferentes construções teórico metodológicas das categorias adolescência e juventude. A produção brasileira e sua contribuição para formulação de programas de políticas públicas.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA FREITAS, V. PAPA, F. C.. (Orgs.) Políticas Públicas: juventude em pauta. São Paulo. Cortez. 2003. NOVAES, R., VANNUCHI, P. (Orgs.) Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo. Fundação Perseu Abramo. 2004 CASTRO, J. A. de, AQUINO, L.; ANDRADE, C. (Orgs). Juventude e Políticas Públicas no Brasil. Brasília: IPEA, 2009.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. ABRAMOVAY, Miriam et all. Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas / Brasília: UNESCO, BID, 2002. 192 p. FÀVERO, OSMAR et all. Juventude e Contemporaneidade. —Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007. 284 p. — (Coleção Educação para Todos; 16). SPÓSITO, Marília e CARRANO, Paulo. Juventude e Políticas Públicas no Brasil. Revista Brasileira da Educação , Set /Out /Nov. /Dez, 2003, n.24 UNESCO. Políticas Públicas de/para/com juventudes. Brasília: UNESCO, 2004.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO componente novo	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Políticas Públicas para o meio ambiente		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Meio ambiente no Brasil. Abordagens da questão ambiental. Justiça e compensação ambiental. A formulação de programas governamentais e não governamentais na área do meio ambiente.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA CAMARGO, A.; CAPOBIANCO, J. P.R.; OLIVEIRA, J. A. P. Meio Ambiente Brasil, Avanços e Obstáculos pósRio-92. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2002. CUNHA, S. B. da; GUERRA, A. J. T. (Orgs.). A Questão Ambiental: diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. TORRES, H.; COSTA, H. (Orgs.). População e Meio Ambiente: Debates e Desafios. São Paulo: Editora do SENAC, 2000.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR VINCENT, A. Ecologismo. Ideologias Políticas Modernas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995. VIOLA, E. et al. (Org.). Meio Ambiente, desenvolvimento e cidadania. São Paulo: Cortez/ Ed. UFSC, 1998.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO GCAH 611	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Políticas Públicas para o Meio Rural		
CARGA HORÁRIA 34	TEÓRICA 34	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Meio rural no Brasil. Abordagens da questão rural. Conflitos sociais no meio rural. A formulação de programas governamentais e não governamentais na agricultura brasileira.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA GRAZIANO DA SILVA, José. O novo rural brasileiro . Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 1999. LEITE, Sergio (Org.). Políticas públicas e agricultura no Brasil . Porto Alegre: Editora da Universidade, 2001. SCHNEIDER, Sergio. A pluriatividade na agricultura familiar . Porto Alegre: Editora da Universidade, 2003.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo K.; MARQUES, Paulo E. (Org.) Políticas públicas e participação social no Brasil Rural . Porto Alegre: Editora da Universidade, 2004. TEDESCO, João C. (Org.) Agricultura familiar: realidades e perspectivas . Passo Fundo: EDIUPF, 1999.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO GCAH 614	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Políticas Públicas para o turismo		
CARGA HORÁRIA 34	TEÓRICA 34	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA O Turismo na estrutura administrativa do Estado. o estado no planejamento do turismo. Políticas públicas governamentais do Turismo: Plano Nacional de Turismo, políticas regionais do turismo. Prodetur, Proecotur, Políticas de mega projetos turísticos e outras. turismo sustentável. Ecoturismo em áreas protegidas; Intervenção do Estado sobre o domínio econômico do turismo. Turismo e desenvolvimento local.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA CRUZ, R. de C. Política de turismo e território . São Paulo: Contexto, 2001. TYLER; DUCAN (Orgs). Gestão de Turismo Municipal : teorias e práticas de planejamento turístico nos centros urbanos. São Paulo: Rocca, 2001.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BENI, M. C. Análise estrutural do turismo . São Paulo: Senac, 2002.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO componente novo	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Políticas Sociais para Pessoas com Deficiência		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA	FUNÇÃO	TIPO
Optativa	Específica	Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA		
Fases históricas e paradigmas sobre as pessoas com deficiência sob uma visão interdisciplinar. Estigma, preconceito e discriminação com as pessoas com deficiência. As lógicas da inclusão versus exclusão social. Deficiência, incapacidade, dependência, vulnerabilidade e risco por violação de direitos. Os direitos para as pessoas com deficiência. Principais políticas sociais de atenção as pessoas com deficiência e suas famílias.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
BRASIL. Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (2007). Protocolo facultativo à Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência. Decreto legislativo nº. 186, de 09 de julho de 2008: Decreto nº. 6.949, de 25 de agosto de 2009, 4 ed., ver e atual. – Brasília: Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2012a.		
GOFFMAN, Erving. Estigma – Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. 1963 Digitalizado em 2004, Acesso em 20 mai. 2014		
SPOSATI, Aldaiza (org.). Proteção Social de Cidadania - inclusão de idosos e pessoas com deficiência no Brasil, França e Portugal. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2004.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
ARAÚJO, Edgilson T. Concepções e imaginário sobre exclusão, integração / inclusão e cidadania das pessoas com deficiência no Brasil e seus reflexos sobre a política educacional. In: XXV Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología (ALAS), Anais... Guadalajara – México, 2007.		
CASTEL, R. As armadilhas da exclusão. In: BOGUS, L.; WANDERLEY, L. E.W.; BELFIORE-WANDERLEY, M. (org.) Desigualdade e questão social . 3 ed. (revista e ampliada), São Paulo: EDUC, 2008, p 21-54		
NERI, M. et al. Retratos da deficiência no Brasil . Rio de Janeiro: FGV, IBRE, CPS, 2003, 205p.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO componente novo	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Responsabilidade Socioambiental Empresarial e Governos		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Ética e responsabilidade social ambiental empresarial: elementos históricos e contextuais. Impactos socioambientais da atividade econômica e relações com governos. Responsabilidade Social Empresarial como estratégias de negócios, de desenvolvimento e de gestão. Pactos, declarações, normas e certificações de responsabilidade socioambiental. Estratégias, instrumentos e indicadores de responsabilidade social empresarial. Investimento Social Privado.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ASHLEY, Patrícia Almeida (org.). Ética e responsabilidade social nos negócios. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2005. BARBIERI, José Carlos. Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos. São Paulo: Saraiva, 2004. INSTITUTO ETHOS. Ferramentas de Gestão. Disponível em: www.ethos.org.br . 2009.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BARBIERI, José Carlos; CAJAZEIRA, Jorge Emanuel Reis. Responsabilidade Social, Empresarial e Empresa Sustentável: Da teoria à prática. São Paulo: Saraiva, 2008. SANTOS, B. de S. (Org.). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. (Reinventar a emancipação social: para novos manifestos; 2). SCHOMMER, Paula Chies; ROCHA, Fábio Cesar da Costa. As Três Ondas da Gestão Socialmente Responsável no Brasil: Dilemas, Oportunidades e Limites. In: ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO (ENANPAD), 31, 2007, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: ANPAD, 2007. 1 CD.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO GCAH 617	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Sistema Braille		
CARGA HORÁRIA 34	TEÓRICA 34	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA A leitura e escrita em Braille. Sinais, símbolos e abreviaturas em português. Sinais do código de Matemática Transcrição de materiais em negro para o Braille e vice-versa.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA DUNN, Lloyd M. Crianças excepcionais, seus problemas - sua educação. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1971. TELFORD, Charles; SAWREY, James. O Indivíduo Excepcional. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982..		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR SCHOMMER, Paula Chies; ROCHA, Fábio Cesar da Costa. As Três Ondas da Gestão Socialmente Responsável no Brasil: Dilemas, Oportunidades e Limites. In: ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO (ENANPAD), 31, 2007, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: ANPAD, 2007. 1 CD.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO GCAH 732	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Sociologia brasileira		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Origens e surgimento da sociologia no Brasil. Etapas do pensamento sociológico brasileiro. As diferentes escolas e tradições do pensamento sociológico brasileiro. A situação atual da pesquisa sociológica no Brasil.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA IANNI, O. Pensamento social no Brasil . Bauru: EDUSC/ANPOCS, 2004. MICELI, S. (org.), O que ler na ciência social brasileira: sociologia (1970-1995) . São Paulo: ANPOCS/Sumaré, 2002. VILAS BOAS, Glaucia. Mudança Provocada: passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro . Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR FERNANDES, F. A integração do negro na sociedade de classes . São Paulo: Globo, 2008. 2 v. FREYRE, G. Sobrados e mucambos . São Paulo: Global, 2003. MICELI, S. (org.). História das ciências sociais no Brasil . São Paulo: ANPOCS, 1995/2001. 2v. RAMOS, G. A redução sociológica . 3. ed. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1996. VILAS Boas, Glaucia. A vocação das Ciências Sociais no Brasil . Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2007.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO GCAH392	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Sociologia da Cultura		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA A cultura como objeto de estudo sociológico. Principais teóricos da sociologia da cultura. O mercado dos bens simbólicos. Cultura e identidade. Globalização e cultura.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ADORNO, Theodor. Indústria Cultura e Sociedade . São Paulo: Paz e Terra, 2002. BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. MANNHEIM, Karl. Sociologia da Cultura . São Paulo: Perspectiva, 2008.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BHABHA, H.K. O local da cultura . Belo Horizonte: UFMG, 1998. BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas . São Paulo: Perspectiva, 2005. ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador . 2 volumes Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994 LIMA, L.uiz C. (org.). Teoria da cultura de massa . Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2010. STUART HALL, H.. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO GCAH476	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Sociologia da Educação		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Fundamentos sociológicos da educação, sua natureza e função e transformações. Educação e interação social. Estruturas e ação social na educação. Educação reprodução e transformação social. Aspectos sociológicos atuais da educação formal e não formal no Brasil.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BOURDIEU, Pierre. Escritos de Educação . Petrópolis: Vozes, 1998. DURKHEIM, Emile. Educação e Sociologia . Lisboa: Edições 70, 2007. PAIXÃO Léa Pinheiro & ZAGO, Nadir. Sociologia da Educação . Petrópolis: Vozes, 2007.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ALMEIDA & NOGUEIRA. A escolarização das elites . Petrópolis: Vozes, 2002. BOURDIEU, Pierre. A Reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino , Petrópolis: Vozes, 2008. CHARLOT, B. Os Jovens e o saber : perspectivas mundiais. Porto Alegre: Artmed, 2001. GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. Educação e Pesquisa . São Paulo, v. 29, n. 1, p. 167-182, jan/jun. 2003. HAECHT, Anne Van. Sociologia da Educação . Porto Alegre: Artmed, 2008.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO GCAH 679	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Sociologia da Juventude		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA A juventude como categoria sociológica: a trajetória da Sociologia da Juventude, a teoria sociológica das gerações, a construção de categorias etárias, as transições para a vida adulta e as principais temáticas contemporâneas deste campo disciplinar.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO Mary (org.). Políticas Públicas de/para/com Juventudes . Brasília, UNESCO, 2004. ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO Mary (Org). Juventude, juventudes: o que une e o que separa? Brasília: UNESCO, 2006. TEMPO SOCIAL. Revista de Sociologia da USP. V12, Nº 2. (novembro de 2005). São Paulo, USP, FFLCH, 2005.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional . São Paulo: Instituto Cidadania; Fundação Perceus Abramo, 2005. ARIÉS, P. História social da criança e da família . Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1981. CAMARANO, Ana Amélia. Transição para a vida Adulta ou vida adulta em transição? Rio de Janeiro: IPEA, 2006. CARNEIRO, Maria Jose; CASTRO, Elisa Guaraná. Juventude Rural em Perspectiva . Rio de Janeiro, Mauad X, 2007. GROPO, Luís Antonio. Juventude: ensaios sobre sociologia e história da juventude . Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO GCAH 733	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Sociologia da religião		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Religião e cosmologia. O debate sobre religião na sociologia francesa. A sociologia da religião de Weber. O debate contemporâneo sobre religião.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA DURKHEIM, E. As formas elementares da vida religiosa . São Paulo: Martins Fontes 2003. GEERTZ, Clifford. Observando o Islã . Rio de Janeiro: Zahar, 2004. WEBER, Max A ética protestante e o Espírito do Capitalismo . São Paulo: Companhia das Letras, 2004.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR CASTRO, Ana Maria; DIAS Edmundo Fernandes (Org.) Introdução ao Pensamento Social : Durkheim, Weber, Marx e Parsons. São Paulo: Centauro 2005. HERVIEU- LÉGER, Daniele; WILLAIME, Jen Pol. Sociologia e Religião . São Paulo: Idéia e Letras, 2009. PIERUCCI, Antônio Flavio. O Desencantamento do mundo : todos os passos do conceito em Max Weber. São Paulo: Editora 34, 2003. PRANDI, Reginaldo; PIERUCCI, Antônio Flavio. A realidade social das religiões no Brasil . São Paulo: Huctec,1996. WEBER, Max. Economia e Sociedade . 2 volumes. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO GCAH503	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Sociologia das Relações Raciais		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Literatura brasileira e internacional sobre as relações raciais e étnicas no Brasil. Estudo dos principais conceitos - nação, raça, cor, etnia, relações raciais. Tópicos acerca da: identidade nacional, pensamento racista brasileiro, relações raciais, identidades étnicas, política racial, desigualdades raciais e racismo.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA FLORESTAN, Fernandes. A integração do negro na sociedade de classes . Vol. 1 e 2. São Paulo: Globo, 2008. GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Racismo e Antirracismo no Brasil . São Paulo: Ed. 34, 1999. HASENBALG, Carlos A. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil . Belo horizonte: Editora da UFMG, 2005.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. Branços e negros em São Paulo . São Paulo: Global editora, 2008. FLORESTAN, Fernandes. O negro no mundo dos brancos . São Paulo: Global editora, 2007. GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Classes, raça e democracia . São Paulo: Ed. 34, 2002. MAIO, Marcos C. e SANTOS, Ricardo V. (orgs.) Raça como questão : História, ciência e identidade. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2010. VILLAS Boas, Glaucia e Gonçalves, Marco Antonio (orgs.). O Brasil na Virada do Século . Rio de Janeiro: Relume/Dumará, 1995.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO GCAH504	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Sociologia do Conhecimento		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Conhecimento e relações sociais. Perspectivas clássicas e contemporâneas da Sociologia do Conhecimento: Durkheim, Weber e Marx. Mannheim. Contribuições do interacionismo, fenomenologia e hermenêutica.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA FLORESTAN, Fernandes. A integração do negro na sociedade de classes . Vol. 1 e 2. São Paulo: BOURDIEU, Pierre. O Senso Prático . Petrópolis: Vozes, 2009. MANNHEIM, Karl. Sociologia do Conhecimento . I e II. Porto: Res Editora, 2000. MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã . São Paulo: Boitempo, 2007.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BERGER, Piter., LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade . Petrópolis: Vozes, 2006. CRESPI, Franco; FORMARI, Frabizio. Introdução a sociologia do conhecimento . Florianópolis: Edusc, 2000. DURKHEIM, Emile. As formas elementares da vida religiosa . São Paulo: Martins Fontes, 2003. FREITAS, Renan Springer de. Sociologia do Conhecimento . Florianópolis: Edusc, 2003. WEBER, Max. Ensaio de Sociologia . Rio de Janeiro: LTC, 1982.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO GCAH 738	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Sociologia do desenvolvimento		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Análise sociológica dos processos teóricos e empíricos do desenvolvimento, seus diferentes paradigmas, principais conceitos, dimensões e impasses sociais, com ênfase na realidade brasileira e regional.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA CARDOSO, F. H.; FALETTTO, E. Dependência e desenvolvimento na América Latina : ensaio de interpretação sociológica. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. SEN, A. K. Desenvolvimento como Liberdade . São Paulo: Companhia das Letras, 2000. VEIGA, J. E. da. Desenvolvimento Sustentável - o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ARRIGHI, G. A Ilusão do Desenvolvimento . Petrópolis: Vozes, 1997. FURTADO, C. O Mito do Desenvolvimento Econômico. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. TAVARES, Maria da Conceição. Desenvolvimento e Igualdade : Rio de Janeiro: IPEA, 2010. VILAS BOAS, Glaucia. Mudança Provocada : passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro. Rio de janeiro: Ed. FGV, 2006. WALLERSTEIN, I. M. Capitalismo histórico & Civilização Capitalista . Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO CAH279	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Sociologia do Trabalho		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Conceito de Trabalho. Transformações dos mercados de trabalho, dos processos e das relações de trabalho no século XX. A reestruturação produtiva. Aspectos teóricos e análises comparadas de experiências nacionais e internacionais. Temas contemporâneos e novos enfoques das relações de trabalho no Brasil.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho : ensaio sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2002. CASTEL, Robert. As Metamorfoses da Questão Social . 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2005. SENNETT, Richard. A corrosão do caráter – consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Trad. Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Record, 1999.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR CATTANI, Antonio David; Dicionário de Trabalho e Tecnologia . Porto Alegre, EdUFRGS, 2006. DRUCK, G; FRANCO, T. A perda da razão social do trabalho : terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo, 2007 RODRIGUES, Rifkin, J. O Fim Dos Empregos . São Paulo: Makron Books, 1995. SANTOS, João Bosco F. dos. O Averso da Maldição do Gênesis : a saga de quem não tem trabalho. São Paulo/Fortaleza: AnnaBlume, 2004. SELIGMANN, E. Desgaste Mental do Trabalho . São Paulo: Cortez Editora, 1994.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO GCAH 567	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Sociologia Rural		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA As tradições teóricas sobre o meio rural e a questão agrária; dinâmica e da diversidade da agricultura familiar; as transformações da estrutura social agrária e a ruralidade brasileira contemporânea.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão . São Paulo: Edusp, 2008 STEDELE, J. P. (org.). A questão agrária no Brasil . 7 volumes São Paulo: Expressão Popular, 2005. WANDERLEI, Maria Nazaré. O Mundo Rural como um Espaço de Vida . Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR GUAZIROLI, Carlos. Agricultura Familiar e Reforma Agrária no século XXI . São Paulo: Garamond, 2005. LAMARCHE, Huges (coord.). A Agricultura Familiar . 2 volumes. Editora da UNICAMP, 1998. PLOEG, Jan Douwe van der. Camponeses e impérios agroalimentarios: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização . Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008. SCHNEIDER, Sergio. A pluriatividade na agricultura familiar . Porto Alegre: UFRGS, 2003. WOORTMANN, E. F. Herdeiros, Parentes e Compadres . São Paulo, Hucitec, 1995.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO GCAH 744	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Sociologia Urbana		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Abordagens teóricas na sociologia urbana. A sociologia urbana da Escola de Chicago. A cidade e o capitalismo: os processos de industrialização e urbanização. As cidades no Brasil e na América Latina.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA CASTELLS, Manuel. A Questão Urbana . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009. LOPES, João Teixeira. Novas questões de sociologia urbana . Porto: Afrontamento, 2002. WHYTE, W. F. Sociedade de esquina : a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ENGELS, F. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra . São Paulo: Boitempo, 2008. GIDDENS, Antony. Sociologia . Porto Alegre: Artmed, 2005 OLIVEIRA, M. Brasília: o mito na trajetória da nação. Brasília: Paralelo 15, 2005. SADER, Eder. Quando novos personagens entram em cena . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. VALLADARES, L. P. A Escola de Chicago : impacto de uma tradição no Brasil e na França. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: UFMG/IUPERJ, 2005.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO componente novo	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Teoria das Políticas Públicas II		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Surgimento das políticas sociais na América Latina. Tipologias e concepções de políticas sociais na região. As reformas do estado e da política social na América Latina. Indicadores sociais e programas de combate à pobreza na América Latina.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA COELHO, V. S. (Org.). A reforma da previdência social na América Latina . Rio de Janeiro, FGV Editora, 2003. FLEURY, S. Estado sem cidadãos : seguridade social na América Latina. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1994. LAURELL, A.C. (org.) Estado e Políticas Sociais no neoliberalismo . Cortez Editora / CEDEC, São Paulo, 1995.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR LO VUOLO, R. Et alli. La pobreza... de la política contra la pobreza. Buenos Aires: Ciepp. Miño y Dávila Editores, 1999. MESA-LAGO, C. La seguridad social en América Latina y el Caribe. Santiago: CEPAL, 1985.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO GCAH 595	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Teoria do Desenvolvimento I		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA A problemática do desenvolvimento. O processo histórico de acumulação do capital e o desenvolvimento econômico. Características do subdesenvolvimento. A experiência histórica de desenvolvimento. Diferenças entre crescimento e desenvolvimento econômico. Reconstrução do pós-guerra e desenvolvimento. A natureza do desenvolvimento capitalista e as experiências socialistas de desenvolvimento.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA COUTINHO Maurício C. Lições de economia política clássica . São Paulo: Hucitec, 1993. LUXEMBURGO, Rosa. A acumulação de capital : contribuição ao estudo econômico do imperialismo. 3.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. SOUZA, Nali de J. de. Desenvolvimento econômico . 5.ed. São Paulo: Atlas, 2005. (1.ed. 1993).		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR RICARDO, D. Princípios de economia política e tributação. São Paulo: Abril Cultural. Coleção Os Economistas, 1982. SMITH, A. A riqueza das nações. São Paulo, Abril Cultural, 1983. MÉSZÁROS, I. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. São Paulo/ Campinas: Boitempo Editorial/Editora da UNICAMP, 2002.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO GCAH 599	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Teoria do Desenvolvimento Contemporâneo		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA A questão dos antagonismos - mitos históricos entre tecnologia, progresso e ambiente. As revoluções agrícolas e os paradigmas das ciências agrárias. Sistema econômico x ecossistema: o ótimo da economia do bem-estar ou o sub-ótimo do teste da compensação. Entropia, externalidades, impactos e custos ambientais. Ciência, tecnologia e instrumentos de tutela do ambiente. Biotecnologia e desenvolvimento sustentável. Novos atores e novas relações entre o capital natural e o capital social. Implicações econômicas, sociais, políticas e geográficas do desenvolvimento sustentável. O negócio e as novas profissões do ambiente.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BECKER, Dinizar F. (<i>in memorian</i>); WITTMANN, Milton L. (Org.). Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2003. SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Companhia de Bolso, 2015). VEIGA, José E. da. Desenvolvimento sustentável: O desafio do século XXI. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ALCOFORADO, Fernando. Os fatores condicionantes do desenvolvimento econômico e social. Curitiba: CRV, 2012. BONENTE, Bianca I. Desenvolvimento em Marx: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista. Niterói, RJ: Eduff, 2016. BRESSER-PEREIRA, Luiz C. Em busca do desenvolvimento perdido: um projeto novo-desenvolvimentista para o Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2018. BRESSER-PEREIRA, Luiz C.; OREIRO, José L.; MARCONI, Nelson. Macroeconomia desenvolvimentista: teoria e política econômica do novo desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Elsevier, Campus, 2016. CUNHA, Hélio P. Desenvolvimento regional em perspectiva. uma análise a partir de fatores locais, capital humano e ambiência para inovação. São Paulo: Baraúna, 2018.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO GCAH 546	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Tópicos especiais em Ciência Política I		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Discussões teórico-metodológicas sobre temas contemporâneos no âmbito da Ciência Política.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA WEBER, Max. Ciência e Política . Duas Vocações. São Paulo: Cultrix, 2000. DAHL, Robert. Sobre a Democracia . Brasília: Ed. UnB, 2009. MACHIAVELLI, Niccolo. Comentários sobre a primeira década de Tito Livio . Brasília: Ed. UNB, 2008.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR TOCQUEVILLE, Alexis de. A Democracia na América . Livros 1e 2. São Paulo: Martins Fontes, 2005. MICHELS, Robert. Para uma Sociologia dos Partidos Políticos . Lisboa: Antígona, 2001. PUTMAN, Robert. Comunidade e Democracia . Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008 LIPJHART, Arend. Modelos de Democracia . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública . Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO GCAH 621	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Tópicos especiais em Gestão Pública I		
CARGA HORÁRIA 34	TEÓRICA 34	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Discussão teórico metodológica sobre temas contemporâneos em gestão pública.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA Clique ou toque aqui para inserir o texto.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR Clique ou toque aqui para inserir o texto.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO GCAH 622	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Tópicos especiais em Gestão Pública II		
CARGA HORÁRIA 34	TEÓRICA 34	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Discussão teórico metodológica sobre temas contemporâneos em gestão pública.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA Clique ou toque aqui para inserir o texto.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR Clique ou toque aqui para inserir o texto.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO GCAH 623	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Tópicos especiais em Gestão Pública III		
CARGA HORÁRIA 34	TEÓRICA 34	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Discussão teórico metodológica sobre temas contemporâneos em gestão pública.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA Clique ou toque aqui para inserir o texto.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR Clique ou toque aqui para inserir o texto.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO GCAH 624	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Tópicos especiais em Gestão Pública IV		
CARGA HORÁRIA 34	TEÓRICA 34	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Discussão teórico metodológica sobre temas contemporâneos em gestão pública.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA Clique ou toque aqui para inserir o texto.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR Clique ou toque aqui para inserir o texto.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO GCAH 625	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Tópicos especiais em Gestão Pública V		
CARGA HORÁRIA 34	TEÓRICA 34	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Discussão teórico metodológica sobre temas contemporâneos em gestão pública.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA Clique ou toque aqui para inserir o texto.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR Clique ou toque aqui para inserir o texto.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO componente novo	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Tópicos especiais em Gestão Pública VI		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Discussão teórico metodológica sobre temas contemporâneos em gestão pública.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA Clique ou toque aqui para inserir o texto.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR Clique ou toque aqui para inserir o texto.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO componente novo	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Tópicos especiais em Gestão Pública VII		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Discussão teórico metodológica sobre temas contemporâneos em gestão pública.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA Clique ou toque aqui para inserir o texto.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR Clique ou toque aqui para inserir o texto.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO componente novo	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Tópicos especiais em Gestão Pública VIII		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Discussão teórico metodológica sobre temas contemporâneos em gestão pública.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA Clique ou toque aqui para inserir o texto.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR Clique ou toque aqui para inserir o texto.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO componente novo	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Tópicos especiais em Gestão Pública IX		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Discussão teórico metodológica sobre temas contemporâneos em gestão pública.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA Clique ou toque aqui para inserir o texto.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR Clique ou toque aqui para inserir o texto.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO componente novo	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Tópicos especiais em Gestão Pública X		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Discussão teórico metodológica sobre temas contemporâneos em gestão pública.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA Clique ou toque aqui para inserir o texto.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR Clique ou toque aqui para inserir o texto.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO componente novo	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Tópicos especiais em Sociologia II		
CARGA HORÁRIA 68	TEÓRICA 68	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Discussões teórico-metodológicas sobre temas contemporâneos no âmbito da Sociologia.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BERGER. Peter L.; LUCKMANN, Thomas. A construção Social da Realidade . Petrópolis, Vozes, 2006 BOURDIEU, Pierre. A Profissão de Sociólogo : Preliminares epistemológicas. Petrópolis: Vozes, 2009. DURKHEIM, Emile. As Regras do Método Sociológico . Rio de Janeiro; Ed. Nacional, 2001. BOURDIEU, Pierre. A Distinção: crítica social do julgamento . São Paulo: Edusp, 2008. ´ ELIAS, Norbert. A Sociedade dos Indivíduos . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995. GIDDENS, Antony. A constituição da sociedade . São Paulo: Martins Fontes, 2003 MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos . São Paulo: Boitempo, 2004. WEBER, Max. Economia e Sociedade . 2 V. Brasília: Ed.Unb, 1994		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BOURDIEU, Pierre. A Distinção: crítica social do julgamento . São Paulo: Edusp, 2008. ´ ELIAS, Norbert. A Sociedade dos Indivíduos . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995. GIDDENS, Antony. A constituição da sociedade . São Paulo: Martins Fontes, 2003 MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos . São Paulo: Boitempo, 2004. WEBER, Max. Economia e Sociedade . 2 V. Brasília: Ed.Unb, 1994.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO componente novo	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Violência e políticas de segurança		
CARGA HORÁRIA 34	TEÓRICA 34	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 0		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA Conceito de violência, a violenta cordialidade brasileira, a expansão da violência no Nordeste e na Bahia, as instituições policiais no Brasil, políticas de segurança e propostas, perspectivas e planejamento na área de segurança no país.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ZALUAR, Alba. Integração perversa pobreza e tráfico de drogas. RJ: FGV, 2004. LIMA, Renato Sérgio; PAULA, Liana de. Segurança pública e violência o Estado está cumprindo o seu papel? SP: Contexto, 2008. SANTOS, José Vicente Tavares de. Violências e conflitualidades. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR SOUZA, Luís Antônio et.al. (orgs). Desafio à segurança pública: controle sócia, democracia e gênero. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. SAPORI, Luís Flávio. Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas. SP: FGV, 2007. SAPORI, Luís Flávio e SOARES, Glaucio Ary Dillon. Por que cresce a violência no Brasil? Belo Horizonte: PUC Minas. FERREIRA, Hélder Rogério Sant’Ana e MARCIAL, Elaine Coutinho. Violência e segurança pública em 2023. Brasília: IPEA, 2015.		

CENTRO DE ENSINO CAHL	CÓDIGO componente novo	SEMESTRE 5º
NOME DO COMPONENTE Encontro de Saberes - Gestão Pública e Territórios		
CARGA HORÁRIA 34	TEÓRICA 17	PRÁTICA 0
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 0
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 17		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Nenhum		CORREQUISITO Nenhum
EMENTA <p>Articulação entre a universidade e os sujeitos das culturas populares, mestras e mestres tradicionais e populares, que possibilite a promoção de uma universidade pluriépistêmica que garanta a aproximação entre o saber acadêmico e os saberes populares, bem como a valorização, o diálogo e a memória dos saberes tradicionais. Produção de conhecimentos nos campos das ciências, das culturas, das artes e das tecnologias, a partir da articulação entre os saberes tradicionais e acadêmicos.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA <p>Clique ou toque aqui para inserir o texto.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR <p>Clique ou toque aqui para inserir o texto.</p>		

APÊNDICE II – PLANO DE MIGRAÇÃO CURRICULAR

A migração curricular do Cursos Superior de Tecnologia em Gestão Pública se iniciará em 2024.2 com previsão de término em 2028.1. No quadro de equivalência de componentes (abaixo) são apresentados os componentes do currículo em extinção, sua carga horária, bem como os componentes equivalentes do novo currículo para transição curricular. Em seguida, apresentamos o cronograma de transição com a discriminação dos componentes a serem ofertados por semestre. Cabe destacar que semestralmente será analisada as demandas considerando os alunos vinculados ao antigo e ao novo PPC. A migração curricular ocorrerá em consonância com a resolução UFRB/CONAC Nº 016/2021, que dispõe sobre as diretrizes para criação, reformulação e ajuste de Projetos Pedagógicos de Cursos de Graduação e que, entre outros aspectos.

QUADRO DE EQUIVALÊNCIA ENTRE COMPONENTE PARA FINS DE TRANSIÇÃO CURRICULAR

Código	Componente do Currículo em extinção	Carga horária	Código	Componente do Currículo novo	Carga horária
GCAH 592	Introdução à Gestão Pública	68h	---	Introdução à Gestão Pública	68h
GCAH 591	Estado e Sociedade	68 h	A ser criada	Ciência Política	68h
GCAH 197	Oficina de Textos	68 h	A ser criada	Introdução aos Estudos Acadêmicos	68h
GCAH 225	Sociologia Geral	68 h	GCAH 225	Sociologia Geral	68h
GCAH 224	Fundamentos de Filosofia	68h	GCAH 224	Fundamentos de Filosofia (opt)	68h
GCAH 595	Teoria do Desenvolvimento	68h	GCAH 595	Teoria do Desenvolvimento (opt)	68h
GCAH 593	Instituições Políticas	68h	GCAH 593	Instituições Políticas (opt)	68h
GCAH 772	Metodologia da Pesquisa	68h	A ser criada	Metodologia da Pesquisa	68h
GCAH 594	Teoria das Políticas Públicas I	68h	A ser criada	Formulação e análise de políticas públicas	68h
GCAH 596	Administração e Gestão Pública	68h	A ser criada	Administração pública e processos gerenciais	68h
GCAH 601	Participação e sociedade civil	68h	A ser criada	Políticas públicas, participação e sociedade civil	68h
GCAH 597	Metodologia Quantitativa e Indicadores Sociais	68 h	A ser criada	Metodologia Quantitativa (opt)	68h
GCAH 598	Teoria das Políticas Públicas II	68 h	A ser criada	Políticas públicas na América Latina (opt)	68h
GCAH 599	Teoria do Desenvolvimento Contemporâneo	68 h	GCAH 599	Teoria do Desenvolvimento Contemporâneo (Opt)	68h
GCAH 600	Orçamento e Finanças Públicas	68h	A ser criada	Orçamento Público	68h
GCAH 603	Teoria das Políticas Públicas III	68h	A ser criada	Políticas Sociais no Brasil	68h
GCAH 604	Cooperativismo e Capital Social	34h	GCAH 604	Cooperativismo e Capital Social (opt)	34h
GCAH	Desigualdades Sociais e Raciais	34h	A ser	Desigualdades Sociais e Raciais	68h

602			criada	(opt)	
GCAH 606	Monitoramento e Avaliação de Políticas Sociais	68h	A ser criada	Avaliação de políticas e projetos sociais	68h
GCAH 605	Direito Público e Administrativo	68h	A ser criada	Direito Administrativo	68 h
GCAH 608	Formulação e elaboração de projetos sociais e captação de recursos	68h	A ser criada	Elaboração de projetos sociais	85h
GCAH 607	Gestão Pública no Brasil Contemporâneo	68 h	A ser criada	Gestão Pública no Bral Contemporâneo (opt)	68h
GCAH 768	Estágio Supervisionado I	51 h		ACC	51 h
GCAH 770	TCC I	68 h	---	TCC I	34h
GCAH 769	Estágio Supervisionado II	51 h		ACC	51 h
GCAH 771	TCC II	34 h	---	TCC II	68 h

Início da Migração: 2025.2

Fim da Migração: 2028.1

Número de discentes aptos à migração (Turma 2024.1): 26

Número de discentes que permanecerão com o PPC em extinção (Turma 2023.1 e anteriores): 185

Apresenta-se o cronograma de oferta de componentes por semestre.

CRONOGRAMA DE MIGRAÇÃO CURRICULAR

2025-2: serão ofertados componentes curriculares do segundo semestre da nova matriz curricular e em torno de sete componentes do quarto e do sexto semestres do currículo em extinção.

2026-1: serão ofertados componentes curriculares do primeiro e terceiro semestre da nova matriz curricular e em torno de seis componentes do quinto semestre do currículo em extinção.

2026-2: serão ofertados componentes curriculares do segundo e quarto semestres da nova matriz curricular e em torno de quatro componentes do sexto semestre do currículo em extinção.

2027-1: serão ofertados componentes curriculares do primeiro, terceiro e quinto semestres da nova matriz curricular e em torno de quatro componentes do quinto semestre do currículo em extinção.

2027-2: serão ofertados componentes curriculares do segundo, quarto e sexto semestres da nova matriz curricular e, caso necessário, do sexto semestre do currículo em extinção.

2028-1: a partir deste semestre, deverão ser ofertados apenas componentes curriculares da matriz curricular do novo PPC. O currículo do antigo PPC (2010) será extinto.

Emitido em 01/08/2025

DESPACHO Nº 29/2025 - CTGESPUB (11.01.24.15)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 01/08/2025 09:16)

SIELIA BARRETO BRITO

1844164

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sistemas.ufrb.edu.br/documentos/> informando seu número: **29**, ano: **2025**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **01/08/2025** e o código de verificação: **null**